

ELISÂNGELA APARECIDA LOPES

“Homem do seu tempo e do seu país”:  
senhores, escravos e libertos  
nos escritos de Machado de Assis

Belo Horizonte – MG  
2007

ELISÂNGELA APARECIDA LOPES

“Homem do seu tempo e do seu país”:  
senhores, escravos e libertos  
nos escritos de Machado de Assis

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Literatura da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Teoria da Literatura.

Área de Concentração: Teoria da Literatura

Linha de pesquisa: Literatura e Expressão da Alteridade

Orientador: Prof. Dr. Eduardo de Assis Duarte

Belo Horizonte – MG  
2007

**Para Marcos Fabrício, por caminhar ao meu lado.**

### **Agradeço àqueles que fazem parte da minha história:**

Professor Eduardo de Assis Duarte, por acreditar, desde o início, que a realização deste trabalho seria possível. A ele sou grata também pela amizade e confiança construídas ao longo dos últimos oito anos.

Minha mãe-avó, Iraci, e meu pai-avô, Geraldo, pelo carinho com que sempre cuidaram de mim e por sempre segurarem minhas mãos na caminhada da vida.

Mãe-Sônia e meus irmãos, Ingrid e Iago, pela presença alegre que deixa minha vida mais colorida.

Marcos Fabrício, pela compreensão e pelos diálogos machadianos travados desde o início...

Adriana e Natália, pela amizade sincera.

Maria do Rosário, pela revisão e sugestões.

Aline e Dani, pela confiança e cumplicidade.

Pesquisadores do NEIA (Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade): Zélia, Eduarda, Giovana, pela confiança e Adécio, pela tradução do resumo.

### **Sou grata também....**

À CAPES, pela bolsa que me foi concedida ao longo do último ano de realização deste trabalho;

à Equipe do Pós-Lit, especialmente a Letícia, pelo apoio.

## Resumo

Esta dissertação tem como objetivo analisar as relações estabelecidas entre os personagens que representam os senhores, os escravos e os libertos, nos escritos de Machado de Assis, a fim de demonstrar o ponto de vista do autor em relação ao momento histórico marcado pela transição do regime. A análise da temática escravista e abolicionista nos textos machadianos e, sobretudo, a identificação do *locus* discursivo do qual partem estes escritos permitem-nos afirmar o envolvimento do escritor com as questões do seu tempo, o que vai de encontro ao discurso crítico que propaga o absenteísmo do autor e a ausência ou irrelevância dos personagens negros em sua obra.

**Palavras-chave:** Escritos de Machado de Assis; escravidão; abolicionismo; ironia.

## Abstract

This dissertation proposes to analyze the established relations between the characters that represent masters, slaves, and freed man in Machado de Assis' writings. It aims to highlight the author's point of view concerning the historical scenario which is distinguished by the regime transition. The analysis of the slavery and abolitionists themes and, above all, the identification of the discursive *locus* of these writings allow us to assert the writer's involvement to the questions of his own époque. Therefore, this analysis goes against the critical discourse which declares the author's absenteeism and the no presence or irrelevance of black characters in his work.

**Key words:** Machado de Assis writings; slavery; abolitionism; irony.

## ÍNDICE

### **Introdução**

Escravidão e abolicionismo: assuntos aparentemente remotos  
nos textos de Machado 9

### **Capítulo 1 – Senhores e escravos: o direito de propriedade e o paternalismo regem a sociedade oitocentista**

**1.1** - Entre senhores e escravos: paternalismo e propriedade 35

**1.2** – A liberdade toma a pena do cronista 60

**1.3** – “Pai contra mãe”: memórias de um narrador da escravidão 85

### **Capítulo 2 – Senhores e libertos: outras formas de dominação**

**2.1** – Mais críticas e menos festejos: o cronista Machado de Assis e a abolição 103

**2.2** – “Também se muda de roupa sem trocar de pele”: a imobilidade social do liberto 130

**2.3** – Resquícios do que se foi, reflexões sobre o que está por vir: *Memorial de Aires* 152

### **Conclusão**

Da escravidão à abolição: o olhar preciso de Machado de Assis 162

**Referências** 166

## **Introdução**

### **Escravidão e abolicionismo: assuntos aparentemente remotos nos textos de Machado**

O texto machadiano realiza uma totalidade e realiza-se como totalidade de modo que os livros, romances, contos, crônicas, poemas, crítica, etc. estão articulados como conjunto e não podem ser lidos isoladamente senão como fragmento de algo maior.

Valentim Facioli, em *Machado de Assis* (1982).



Esta dissertação tem como objetivo verificar e analisar a representação do senhor e do escravo nos textos de Machado de Assis, levando-se em conta o processo histórico que vai das últimas décadas da escravidão brasileira à abolição, em 1888, buscando com isto demonstrar a presença dos personagens negros e escravizados na obra do escritor, bem como a representação das relações destes com os senhores de escravos. Neste sentido, tais personagens são tomados como pistas capazes de desvendar o posicionamento do escritor em relação à instituição escravista e à liberdade dos cativos. Desta forma, desejo demonstrar como Machado de Assis se fez “homem do seu tempo e do seu país”, ao tratar, em suas páginas ficcionais, da temática da escravidão e da liberdade.

A escolha do tema justifica-se, primeiramente, pela predominância de um discurso crítico que insiste em afirmar que Machado de Assis, tanto o cidadão, quanto o escritor, manteve-se alheio às questões políticas do seu tempo. Estudos mais recentes, entretanto, reconhecem e analisam o retrato da sociedade oitocentista nos textos de Machado, a exemplo do historiador Sidney Chalhoub (2003), e do crítico literário John Gledson (2003). Em outros estudos que se aproximam desta linhagem crítica e historiográfica, há a demarcação da insignificante presença e/ou pequena importância que ocupam os personagens negros na produção ficcional do escritor (SCHWARZ, 2000b; FAORO, 1974, dentre outros).

Os estudos de crítica literária que compõem esta dissertação, em sua grande maioria, partem da verificação do tratamento machadiano dado às questões sociais e políticas que marcaram o final do século XIX, sob o viés da política do favor e do direito de propriedade, enquanto princípios caracterizadores da mentalidade da época. Estes conceitos serão aqui postos em destaque porque se constituem como princípios importantes para o entendimento da obra machadiana, no que se refere às relações entre senhores, escravos e homens livres. Mesmo diante desta constatação, percebemos que muitos dos textos ficcionais do escritor ainda não foram analisados sob esta ótica. A partir da leitura da obra machadiana, foi possível encontrar outras passagens (além daquelas frequentemente

mencionadas pelos estudiosos) nas quais o autor se detém a focar as relações sociais e os acontecimentos históricos da época, sob o viés da política de dominação dos senhores sobre os escravizados. Diante disso, o desejo de repensar a obra machadiana e a sua recepção foram motivadores para a reflexão sobre dois fatos: a presença de uma relevante crítica social feita pelo escritor em relação aos acontecimentos do final do século XIX, principalmente a abolição dos escravos; e a existência de uma fina ironia capaz de deslocar essas críticas da superfície do texto para as entrelinhas. Acredito que a ironia, manifestada no jogo entre a superfície e as fendas textuais, seja responsável pela sutileza com que Machado representou a realidade social. Reflito ainda sobre a possibilidade das denúncias quanto ao absenteísmo do escritor serem oriundas de uma compreensão crítica restrita dos textos machadianos e dos mecanismos irônicos destes, e do fato de não se levar em conta o projeto literário do escritor, explícito em “Instinto de nacionalidade” (1873).

O tema da omissão de Machado em relação aos acontecimentos de *fin-de-siècle* fez-se presente, por muitas vezes, na crítica literária brasileira. A denúncia da suposta indiferença do escritor em relação às questões do seu tempo, a acusação do seu aparente não envolvimento com as manifestações abolicionistas e o seu pseudo-silêncio quanto à mudança do regime político do país renderam a ele a acusação de não se posicionar politicamente diante de fatos marcantes da história brasileira. Além disso, foram tecidas algumas acusações dirigidas ao homem por detrás do escritor. Machado de Assis foi acusado de “traição”, pois, como “homem de cor”, esperava-se que ele fizesse uso da sua condição de jornalista, cronista e romancista para defender os negros, através de uma produção literária que tendesse ao panfletário.

Na tentativa de traçar esta linhagem crítica, apresento uma retrospectiva deste discurso acusatório. As primeiras críticas ácidas contra Machado foram proferidas por Silvio Romero, ao lançar, em 1897, o seu *Machado de Assis*. Nele, Romero se ateve a enumerar as supostas “falhas” da produção literária machadiana, tais como o estilo, considerado rebuscado e repetitivo; a imparcialidade do escritor em relação aos acontecimentos intelectuais e históricos; a ausência da brasilidade na sua produção: “em seus livros de prosa, como nos de versos, falta completamente a paisagem, falham as descrições, as cenas da natureza, tão abundantes em Alencar, e as da história da vida humana, tão notáveis em Herculano e no próprio Eça de Queiroz” (1936, 55). Como se

pode notar, a ausência da “cor local”, tal como inserida na literatura de outros escritores brasileiros do mesmo período, como Alencar, exemplificaria o absenteísmo ou a imparcialidade atribuída pelo crítico a Machado de Assis.

Romero, numa linhagem fisiológica, atribui à gagueira e à epilepsia aquilo que considerava como lacunas na produção de Machado. Pedro Couto engrossava o coro que se preocupava em denunciar a ausência das “cousas nacionais” nos textos do escritor. Em 1910, ele leva a conhecimento público seu entendimento do que era a literatura machadiana:

Ora, quando é sabido como a Literatura, as Artes refletem o estágio de civilização; quando é sabido que pelas obras deste se pode até certo ponto reconstituir um período social, não se deve admitir que um escritor da nomeada de Machado de Assis não deixe entrever em sua vasta obra nenhum sinal do momento em que viveu. Os fatos sociais são postos à margem, nem indiretamente, mesmo, eles se fazem sentir (*apud* BROCA, 1983, 27-28).

Seguindo esse mesmo raciocínio, o poeta Emílio Moura, em 1926, profere a seguinte declaração:

(...) vivendo numa época que foi talvez a dos maiores surtos da nacionalidade, ele [Machado de Assis] ficou indiferente a todas idéias vitais e tumultuosas da época. Ninguém praticou entre nós, em grau tão elevado, a Arte pela Arte. Nos seus livros ele nunca nos revelou o homem nas suas relações com o meio físico e social (*apud* BROCA, 1983, 28).

Alguns anos depois, em 1939, Mário Matos, no capítulo intitulado “O meio e o temperamento apolítico de Machado de Assis”, reconhece um certo empenho do escritor, quanto ao retrato dos acontecimentos históricos, quando, ainda jovem, publicava seus artigos no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Correio Mercantil*. Porém, assinala que, com o correr dos anos, o empenho da juventude havia sido relegado ao esquecimento, vendo o escritor mais maduro como “espectador imparcial e desinteressado do espetáculo em que foi ator de somenos ou quase de nenhuma importância” (1939, 42). Ao trazer para o seu texto as palavras de Pedro Lessa, que havia saído em defesa de Machado de Assis, Matos atribui a este um entusiasmo exagerado ao ter considerado o conto “Pai contra mãe” como exímio exemplo da posição machadiana contra a instituição escravista. Para Matos, a narrativa citada deve ser assim entendida:

Quando muito, essas páginas se podem catalogar como opinião de pensador objetivista. Isto, sim. Mas não como absolutamente convicções políticas. Estas nunca as exprimiu claramente Machado de Assis, nem como homem, nem como escritor. Não as tinha (1939, 47).

No mesmo ano, um importante nome da nossa literatura, expoente do modernismo brasileiro, Mário de Andrade, escreve um texto intitulado “Machado de Assis”, no qual tece considerações acerca do homem e do escritor. Nele, alguns elementos da crítica psicológica e biográfica são questionados. Mário de Andrade sugere, por exemplo, que o estilo tartamudeante, identificado por Silvio Romero, e depois também constatado por Peregrino Júnior, seja também verificado na poesia do autor. Ele destaca ainda a composição das personagens femininas na obra de Machado de Assis, sempre dotadas de uma inteligência peculiar, de um calculismo quase perverso, enquanto os homens “são pobres animálculos sem mistério nem sutileza” (s/d, 93). Ao comentar sobre a questão amorosa na obra do escritor carioca, Andrade destaca:

A escravidão, por culpa do branco e dos seus interesses, ficou entre nós como expressão do amor ilegítimo. Não só relativamente à casa grande, mas dentro da própria senzala. Machado de Assis nem por sombra quer evocar tais imagens do sangue que também tinha. Ele simboliza o conceito do amor burguês, do amor familiar, e o sagra magnificamente (s/d, 94).

De fato, a realização do amor entre os escravos foi considerada como ilegítima. O fruto destas uniões era visto como mão-de-obra, assim como eram seus pais. A literatura nacional é capaz de nos mostrar isto: os filhos das relações sexuais que envolviam escravos ou eram natimortos ou tinham vida curta, acometidos por alguma moléstia, o que pode ser lido como um indicativo para o determinismo social que tinha o negro como ser inferior, inclusive biologicamente. Porém, as imagens negras são demonstradas ao longo da produção ficcional de Machado de Assis, inclusive sob o aspecto amoroso, como ocorre, por exemplo, no conto “Mariana” (1871) – a “escrava quase senhora” que, diante da impossibilidade de ver seu amor por Coutinho realizado, mata-se. A morte de Mariana determina o fim do compromisso assumido pelo personagem com sua prima, legando a ele a solidão e, até mesmo, o remorso; além de trazê-lo a certeza de que nunca seria amado como um dia fora pela cativa.

Já em “Sabina”, poema publicado em *Americanas* (1875), a mesma temática se faz presente. Nele, a personagem homônima apaixonou-se por Otávio, o “Senhor moço”, e a ele se entrega. O jovem, descrito como possuidor de um “coração volúvel”, estabelece o matrimônio com uma donzela da cidade. Ao ver o jovem casal chegar à fazenda, Sabina parte para o rio, onde intenta se matar. Porém, tal fato não se concretiza: “(...) A morte/ Em vão a chama e lhe fascina a vista; / Vence o instinto de mãe” (1997, 142). Neste poema, Machado, ao demarcar a sobrevivência do fruto da relação entre escrava e senhor, aponta como legítimo o amor materno enquanto sentimento capaz de superar as convenções sociais que referendavam a ilegitimidade das relações entre senhores e escravos. Os textos que tomam por tema as relações entre cativos e seus senhores, a exemplo deste poema e do conto “Mariana”, têm como característica a elevação moral da cativa que questiona a ordem e os costumes vigentes. Sabina é tomada pelo sentimento que assegura a vida do filho, enquanto Mariana desmascara as atitudes cordiais que a ela eram dirigidas pela família que a tinha como escrava.

Para Mário de Andrade, o pessimismo, o humorismo e o ceticismo machadiano são indicativos de uma revolta que o escritor maculou em si mesmo. Segundo ele, Machado foi um vitorioso por ter ultrapassado todos os obstáculos que a condição social e a sua origem humilde lhe impuseram:

Assim, vitorioso na vida, ele o foi mais prodigiosamente no combate que, na obra, travou consigo mesmo. Venceu as próprias origens, venceu na língua, venceu as tendências gerais da nacionalidade, venceu o mestiço. É certo que pra tantas vitórias, ele traiu bastante a sua e a nossa realidade. Foi o anti-mulato, no conceito que então se fazia de mulatismo. Foi intelectualmente anti-proletário, no sentido em que principalmente hoje concebemos o intelectual. Uma ausência de si mesmo, um meticuloso ocultamento de tudo quanto podia ocultar conscientemente. E na vitória contra isso tudo, Machado de Assis se fez o mais perfeito exemplo de “arianização” e de civilização da nossa gente (s/d, 104).

Para Andrade, Machado é um esteta, “um exemplar de academicismo”, um hedonista, um exemplo do cultivo da Arte pela Arte, tal como afirmou Emílio Moura, treze anos antes (s/d, 106). Para ele, o escritor foi um traidor da realidade brasileira, já que se encontrava afeito à imitação dos moldes e tendências europeus: “Machado de Assis continua insolitamente na literatura aquela macaqueação com que a nossa Carta e o nosso parlamentarismo imperial foram na América uma coisa desgarrada” (s/d, 104).

Ao comentar a publicação do número especial da *Revista do Brasil*, dedicada ao escritor carioca, o crítico destaca que os estudos nela contidos deixam sempre escapar restrições à obra e justifica tal conduta: “é que esses brasileiros não se acomodam passivamente com a pequena contribuição de alma brasileira existente no homem Machado de Assis” (s/d, 105). Ainda sob o mesmo aspecto, ao criticar o posicionamento apolítico que considera ter tido o escritor, declara: “Machado de Assis não profetizou nada, não combateu nada, não ultrapassou nenhum limite infecundo” (s/d, 107).

Faz-se importante verificar como as vozes acusatórias de tempos atrás encontram eco na atualidade. Sob o mesmo viés, alguns críticos apontam a inexistência da temática da escravidão e/ou a ausência/irrelevância dos personagens negros na obra de Machado de Assis.

Luiza Lobo (1993) e Domício Proença Filho (1998), ao tratarem da literatura negra, manifestam um ponto de vista comum: ambos acreditam que a produção ficcional do escritor manteve-se alheia em relação à condição do negro. Para Lobo:

Não caberá à literatura a análise do perverso como expressão do recalcado, nem o julgamento ideológico do autor em função da sua classe social ou biografia – mas fica explícita aqui a indiferença de Machado pelo tema abolicionista, à diferença de tantos outros do mesmo período, como Luís Gama, José do Patrocínio e Cruz e Sousa, que não se isentaram do problema (1993, 173).

No mesmo sentido, Proença Filho vai mais além, especificando, a seu ver, como a literatura de Machado se desvia da temática afro-descendente para se ater a outras questões:

Da minha parte, entendo que a literatura machadiana é indiferente à problemática do negro e dos descendentes de negro, como ele. Mesmo os dois contos que envolvem escravos, “O caso da vara” e “Pai contra mãe”, não se centralizam na questão do negro, mas no problema do egoísmo humano e da tibieza do caráter. Os demais tipos negros ou mestiços participam como figurantes em histórias que, no nível do conteúdo manifesto ou do realismo de detalhe, constituem reflexo da realidade social que pretendem retratar (1998, 92).

Se a literatura machadiana é entendida pelo crítico como reflexo da sociedade, significa que o escritor retratou, no plano ficcional, a realidade brasileira, tal qual ela era. Sendo assim, estabeleceu para cada personagem um *locus* social de acordo com a condição econômica e étnica destes: se ricos, representavam a classe dominante, a oligarquia; se

pobres, representavam os agregados sempre sedentos por alcançar o topo da escala social; caso fossem negros, eram, obrigatoriamente, escravos ou libertos.

Até mesmo Raimundo Faoro toma a temática da escravidão como item menor na produção ficcional do escritor carioca, o que se configura como um contra-senso, já que dedica algumas páginas de *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* à análise dos operários e escravizados na obra. Apesar de apontar o olhar crítico do escritor em relação ao momento histórico testemunhado, no que se referia à escravidão brasileira e à abolição, Faoro aponta que Machado fez uso de expressões convencionais ao representar estes personagens e que isto demonstraria uma certa invisibilidade da escravidão em sua produção:

Cético com respeito à abolição e às alforrias, a escravidão existe, na obra de Machado de Assis, independente de sentimentos. O entusiasmo abolicionista, a piedade com a sorte do escravo, o protesto contra o mau trato, não encontrarão nenhum eco na palavra do escritor, senão em expressões palidamente convencionais (1974, 333).

O ceticismo machadiano no que se referia ao processo de libertação de escravos faz-se presente na maioria dos textos selecionados para compor esta dissertação. Porém, em alguns deles, sobretudo nas crônicas, o escritor imprime nas páginas que publicou certa euforia diante dos fatos aos quais se reporta, a exemplo do texto de 01/06/1877, e outro de 14/05/1893. O primeiro comemora o quinto aniversário da Lei do Ventre Livre, entendida como um grande passo rumo à abolição completa. O segundo exalta o quinto aniversário da Lei Áurea e nos apresenta uma visão bastante subjetiva do cronista em relação às comemorações públicas de 13 de maio de 1888. A “sorte” dos escravizados se faz presente nos textos do escritor quando este os representa ficcionalmente presos à lógica escravocrata e ao paternalismo que marcaram a história do país. No meu entender, “Pai contra mãe” se configura como uma página literária capaz de denunciar, dentre outras coisas, o tratamento cruel dispensado aos cativos, a partir de uma visão crítica dos fatos. Sendo assim, tanto a escravidão quanto a liberdade dos escravos ecoam em vários momentos da produção de Machado de Assis, em alguns textos, tais temas não se configuram como centrais, mas são fundamentais para o entendimento do todo. Desta maneira, conforme destacou Facioli (1982), na passagem que serve de epígrafe à esta introdução, tomo os textos do escritor enquanto “totalidade”, lendo-os e os interpretando como partes de um conjunto maior.

Por último, destaca-se o ensaio de Afonso Romano de Sant'Anna, de 1994, quando no item intitulado “A escravidão: um quase silêncio”, afirma ter havido uma inibição por parte de Machado em relação à temática da escravidão. O ensaísta comenta a tentativa de alguns estudos em destacar algumas crônicas do escritor, publicadas depois da abolição, que mencionam o tema, tomando como exemplo o texto de 19/05/1888; algumas passagens de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*; e o discurso de Paulo diante da Assembléia, no romance *Esau e Jacó*. O crítico concluiu: “temos de convir que é muito pouco, diante da gravidade da questão e do espaço que ela ocupava na história da época. Esse quase silêncio só tem paralelo no distanciamento que também suas crônicas mantêm em relação à proclamação da República” (1994, 10). Faz-se importante ressaltar que, ao contrário do que afirma o crítico, a presença de personagens escravizados na obra de Machado de Assis não se limita a esses textos, o que pode ser constatado ao longo desta dissertação.

Essa ramificação do discurso acusatório direcionado a Machado de Assis que aqui tentei demonstrar, a partir das vozes de alguns de seus críticos, tem em comum o destaque dado, desde 1897, a uma suposta indiferença do escritor em relação aos temas nacionais. Este aspecto nacionalista cobrado de Machado se manifesta, nessas vozes acusatórias, das mais diversas maneiras, mas tendo em comum o destaque dado à ausência dos seguintes tópicos: a exaltação da natureza e da cor local (Romero); o retrato dos fatos sociais (Pedro Couto); a relação entre o homem e o meio social, através da representação ficcional dos personagens (Emílio Moura); as posições políticas, o que faria do escritor um “espectador imparcial” da realidade brasileira (Mário Matos); a representação da realidade brasileira (Mário de Andrade); a indiferença pelo tema abolicionista (Luiza Lobo); a indiferença à problemática do negro, no período oitocentista (Domício Proença Filho); além ainda da demarcação de certo convencionalismo da expressão escrita (Faoro), no que se referia ao tratamento dispensado à temática da escravidão, nos textos de Machado de Assis.

Já para Schwarz (2000b), no capítulo intitulado “A sorte dos pobres”, ao dedicar algumas páginas ao personagem Prudêncio, de *Memórias Póstumas*, tece a seguinte afirmação:

A presença do escravismo é determinante, conforme tratei de mostrar, embora as figuras de escravo sejam raras. Umas poucas anedotas esparsas bastam para fixar as perspectivas essenciais. A parcimônia nas alusões, calculada para repercutir, é enfática à sua maneira: um recurso caro ao



humorismo machadiano, mais amigo da insinuação venenosa que da denúncia (2000b, 112).

Os apontamentos feitos por Schwarz localizam-se a meio caminho do discurso crítico demonstrado aqui e daquele que busca, nos textos do escritor, menções ao escravismo brasileiro. A crítica à mentalidade da época é, de fato, determinante, no entendimento da obra, porém, vale ressaltar que ela não se localiza somente nas representações das personagens escravas. Ao representar o modo de viver e de pensar da classe dominante, o escritor o faz de modo crítico e irônico. Há textos de Machado em que os escravos se fazem “presentes na ausência”. É o caso do conto “O espelho”, no qual as atitudes dos escravos são determinantes para o desenrolar da narrativa. Em uma de suas crônicas, o escritor toma o escravo enquanto assunto para se posicionar contra uma prática comum numa sociedade escravista: o leilão. Em muitos momentos o escritor tece críticas à mentalidade escravista e à morosidade das políticas de libertação; já em outros a imobilidade social do liberto e a continuação de uma mentalidade escravista, mesmo após a abolição, circundam as narrativas. Além destes textos, o conto “Pai contra mãe” é capaz de nos demonstrar como escravos e homens livres se encontravam próximos aos olhos da classe dominante.

Mais do que criticar a escravidão, Machado de Assis foi um crítico da mentalidade escravista brasileira que se localizava para além da própria instituição. Além disso, a presença das figuras escravas não são raras, como afirma Schwarz. Levando-se em conta apenas os textos selecionados para compor esta dissertação, nota-se uma considerável galeria de personagens escravizados ou libertos, e de menções feitas a eles. A fim de que possam ser quantitativamente visualizados, segue a relação:

- a) Os escravos de Pio, em “Virginius (narrativa de um advogado)”;
- b) Mariana, personagem do conto homônimo;
- c) Clarimunda, “História de Quinze Dias”, 15/06/1877;
- d) A jovem escrava leiloada, “Ao Acaso”, 25/07/1864;
- e) Arminda, “Pai contra mãe”;
- f) Lucrécia, “O caso da vara”;
- g) Os escravos alugados, “Bons Dias!”, 11/05/1888;
- h) Pancrácio, “Bons Dias!”, 19/05/1888;

- i) Os libertos enquanto “almas mortas”, “Bons Dias1”, 26/06/1888;
- j) Os escravos sob os cuidados de Jacobina, “O espelho”;
- k) Os burros dos bondes: alegoria dos libertos, “Bons Dias!”, 16/10/1892;
- l) O sineiro da Glória, “A Semana”, 04/11/1897;
- m) Prudêncio, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*;
- n) Pai Silvério, “Gazeta de Hollanda”, 27/09/1887;
- o) Sabina, personagem do poema narrativo homônimo;
- p) Os escravos, depois libertos, da fazenda Santa-Pia, *Memorial de Aires*.

Outros personagens escravos ou libertos constam da obra do escritor e uma pesquisa capaz de localizá-los, catalogá-los, com o intuito de se construir um senso dos personagens negros na obra de Machado, objetivando a importância destes para a construção do pensamento social do escritor fica como uma idéia a qual pretendo me dedicar num futuro próximo.

Acredito que posicionamentos acusatórios quanto à prática “apolítica” do escritor ou à ausência do tema escravo em seus escritos deva ser repensada a partir de algumas reflexões que a própria obra machadiana fomenta. A primeira delas adviria da leitura de “Instinto de nacionalidade: notas sobre a atual literatura brasileira”, publicado em 24 de março de 1873, na revista *Novo Mundo*, de Nova York. Naquele ano, José Carlos Rodrigues, editor da publicação, havia solicitado ao escritor carioca que escrevesse “um bom estudo sobre o caráter geral da literatura brasileira contemporânea” (*apud* BATISTA, 2003, 45). Este texto, escrito o objetivo de traçar um panorama capaz de apresentar a literatura brasileira aos americanos, hoje, pode ser vislumbrado também enquanto manifestação do projeto literário do escritor. Ao traçar um panorama da literatura do período, Machado atesta a existência em demasia das “cores do país”, dos “toques nacionais”, enquanto temática capaz de construir uma literatura nascente que dava os seus primeiros passos.

O escritor menciona ainda a presença deste “instinto de nacionalidade” nas produções indianistas enquanto um *topos* que será retomado por cronistas, poetas e romancistas “tal qual um canto épico”. A valorização excessiva dos aspectos físicos brasileiros – sua fauna e flora, assim como o elemento indígena – levaram os críticos do período a adotarem um posicionamento equivocado, aos olhos de Machado: o de

reconhecer o espírito nacional somente nas obras que tratam de assuntos locais, o que, segundo ele, “limita muito os cabedais da nossa literatura” (1997, 803). Assim, passa à caracterização da cor local tanto na prosa quanto na poesia brasileiras.

Além de indicar uma tendência literária do período, neste texto, Machado promove um alargamento da noção de “literatura nacional”, ao afirmar que:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço (1997, 804).

Assim, o escritor, ao exercer a função de crítico da literatura, reconhece a importância dos elementos nacionais na produção escrita brasileira. A exaltação da natureza pátria, das belezas e conquistas do país deveriam ser mencionadas, pois éramos uma nação que havia se tornado independente há meio século. Era necessária a afirmação da identidade nacional e, durante muito tempo, era essa a função da literatura. Porém, para ele, a produção literária do país deveria estar para além desses paradigmas... Parece-me estranho, a partir da leitura de “Instinto de nacionalidade”, que a postura de Machado, diante do dilema dos escravos, por exemplo, pudesse ser aquela desejada pelos críticos que o acusavam de ser omissos quanto à realidade brasileira. Homem introspectivo e altamente reservado (“o mais encolhido dos caramujos”, como ressalta o cronista em texto de 14/05/1893), cuidou das questões relativas à escravidão de uma forma muito diferenciada – tão diferenciada que permaneceu obscura e incompreendida durante muito tempo.

Considero Machado de Assis “homem do seu tempo e do seu país” principalmente quando constrói em sua narrativa a representação do Brasil oitocentista, ao denunciar, de forma muito particular, as mazelas e incongruências do período, bem como os interesses que estariam por detrás dos grandes fatos políticos. Essa maneira de retratar o século XIX está intimamente ligada ao ponto de vista do qual partem os textos machadianos. Certamente, esse lugar de enunciação não está atrelado ao lugar de fala da classe dominante. Nesse sentido, a ficção machadiana não se caracteriza pelo olhar da burguesia sobre si mesma e sobre os demais estamentos sociais. É, ao contrário disso, uma visão

capaz de retratar essa mesma classe, seus interesses, prioridades e “preocupações” de uma forma invertida e irônica. Da mesma forma, Leyla Perrone-Moisés, em artigo sobre o nacionalismo em Machado de Assis e Borges, atesta:

Enquanto os escritores menores cedem ao provincianismo ou, inversamente, à imitação e à influência, os maiores tecem um texto irônico, em que os elementos estrangeiros e os locais produzem uma combinação inédita, que engrandece tanto a literatura nacional como a internacional (2001, 113).

Resta aos leitores tentar captar a presença dos elementos nacionais da obra de Machado de Assis e, para isso, é inevitável desvendar o discurso irônico assumido pelo escritor, principalmente nos textos cujo assunto abordado passa pelas questões relacionadas à escravidão e à liberdade dos cativos.

A fim de promover uma contraposição ao discurso acusatório já demonstrado, posso me valer de outros textos críticos que já reconhecem uma postura política por parte do escritor diante das questões do seu tempo. Octávio Ianni, apropriando-se do conceito de “sistema literário”, de Antonio Candido<sup>1</sup>, localiza Machado de Assis, juntamente com Lima Barreto e Cruz e Souza, como um dos pilares da literatura negra. Faz-se interessante notar que a idéia de sistema literário já aparece, em outros termos, no ensaio de Machado de Assis que foi mencionado anteriormente. Para Ianni, as discussões sobre o tema negro (religião, sociedade e discriminação, por exemplo) encontram-se presentes na obra machadiana de uma forma “implícita, subjacente, decantada” (1988a, 22). A fim de fundamentar suas idéias, ele aponta o olhar cético do escritor em relação ao modo como o negro estaria sendo libertado e aponta que, por antecipação, o escritor fazia a crítica ao logro social no qual seriam jogados os libertos:

o ceticismo essencial de Machado de Assis lhe permitia visualizar o escravo e o livre no contexto da miséria social inerente à sociedade. Para muitos, a alforria poderia significar uma calamidade, quanto às condições de vida e trabalho que teriam de enfrentar (1988a, 22).

Ao ressaltar a importância de Machado de Assis para o que considera como literatura negra, Ianni aponta a necessidade de se fazer uma leitura cuidadosa da obra machadiana e para isso o leitor deve permanecer atento às entrelinhas. Ao estabelecer a

---

<sup>1</sup>CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. p. 23-39.

linhagem literária negra, o sociólogo não desejava destituir a importância desses escritores para a Literatura Brasileira e sugerir que sejam feitas leituras reducionistas de suas obras. Ele sugere que a produção desses escritores seja reconhecida *também* como importante contribuição à literatura negra. Como sistemas complementares que são, a literatura negra (ou afro-brasileira) estaria dentro da literatura brasileira, porém dela se diferenciando por apresentar uma visão de mundo distinta: a dos que se encontram na base da pirâmide social. Como ressalta Ianni, estabelecer Machado de Assis como um dos pilares da literatura negra não significaria reduzir a produção do escritor a uma única temática – a negra – mas, sim, reconhecer a presença e importância desta na obra do escritor. Sendo assim, acredito na necessidade de se promover uma releitura dos textos do autor, direcionada por um olhar mais atento e assim contribuir para uma ampliação do entendimento da sua produção ficcional.

Raimundo Faoro (1988), em ensaio sobre a obra machadiana, chama a atenção para a existência de uma voz solitária, naqueles idos de 1888, que soava distante das aclamações da abolição da Escravatura, ao manifestar a ineficiência do 13 de maio:

Havia alguma coisa diferente no seu modo de sentir a realidade do Rio de Janeiro, sem o véu culto, ilustrado, falsamente livresco dos seus contemporâneos, embriagados de fórmulas. Somente ele, isolado na multidão que aclama, ousou manifestar a inanidade do 13 de maio. Livre o escravo, estará na rua, sem emprego, ou receberá do senhor a esmola do salário, em troca de igual trabalho, com as antigas pancadas e injúrias (1988, 323).

Essa voz solitária, questionadora e crítica tanto da escravatura quanto da liberdade tal como foi concedida aos negros faz-se presente nas crônicas publicadas pelo escritor carioca, nos contos e em passagens de romance que fazem parte do *corpus* desta dissertação.

A ironia se manifesta como um importante elemento textual capaz de encobrir, disfarçar e velar as críticas dirigidas à instituição escravista na obra de Machado de Assis. É possível que o discurso irônico adotado pelo escritor tenha dificultado o entendimento de seu posicionamento político enquanto facilitava a propagação do seu suposto absentismo entre a crítica literária brasileira.

Álvaro Marins (2004) efetivou um estudo comparativo da ironia machadiana e da sátira barretiana. Esses dois recursos literários foram utilizados pela crítica literária para

engrandecer o primeiro e criticar o segundo. Marins analisa a ironia de Machado de Assis, em *A mão e a luva*, percebendo-a como estratégia do escritor para criticar os preceitos do romantismo. No caso de Lima Barreto, a sátira se faz presente no combate à discriminação racial. O estudioso sai em defesa de Lima Barreto ao valorizar a estratégia militante que constituiu o projeto literário deste. Marins entende o tratamento da questão racial brasileira levada a cabo por Lima Barreto como “lúcida”, por já revelar críticas ao mito da democracia racial. Em se tratando de Machado, o estudioso se esquivava quanto à presença/ausência das questões históricas e étnicas tratadas pelo escritor oitocentista. A certa altura, Marins emenda:

Restou ainda dizer algo sobre a cobrança que se faz quanto à omissão de Machado de Assis em relação ao problema da escravidão e suas consequências para as populações de origem africana. Quanto a esse aspecto, o raciocínio é simples: da mesma maneira que se julgou por bem não considerar tal temática como tabu quando da análise da obra de Lima Barreto (...), não se pode considerar essa mesma temática como obrigatória para qualquer autor, seja ele de origem negra ou não. Se boa parte da crítica condenou Lima Barreto por enfatizar demais esse tema, e se essa condenação parece equivocada, não faz sentido, por outro lado, exigir que um outro autor seja obrigado a tratar do tema (2004, 214).

O que consta na passagem acima necessita de algumas considerações. De fato, como é sabido e ficou registrado aqui, houve (e ainda há) uma cobrança por parte de alguns críticos brasileiros quanto à presença do tema escravista e abolicionista na obra do escritor. Cabe ressaltar que tal cobrança, feita por alguns críticos literários, foi responsável por referendar a idéia de que os grandes temas históricos do século XIX estariam ausentes da produção de Machado. A exigência, a que alude o estudioso, só faria sentido se o tema escravo estivesse ausente dos textos do escritor. É óbvio que nenhum escritor tem obrigação de trazer para seus escritos este ou aquele tema. Mas no caso de Machado, tanto a temática escravista quanto as questões relacionadas à inserção do liberto na sociedade encontram-se presentes nos seus escritos. Da forma como Marins aborda esta questão, fica subentendido que, de fato, o escravismo e suas consequências estão ausentes da produção ficcional do escritor.

Segundo Brayner (1976), o recurso utilizado pelos escritores oitocentistas para manifestar as contradições do período (a coexistência de idéias liberais e prática

escravocrata, por exemplo) foi a ironia. A estudiosa ressalta que, na literatura moderna, o conceito de ironia está associado à idéia de paradoxo – um eterno jogo entre Aparência e Realidade.<sup>2</sup> Tal contraste e o conseqüente paradoxo de idéias (ou significados), dele decorrentes, fazem da ironia um recurso literário capaz de revelar outro(s) significado(s), além daqueles percebidos na superfície textual. Sendo assim, a ironia é capaz de instigar o “leitor atento” – para usar uma expressão machadiana – a não se ater às aparências e às primeiras impressões de leitura.<sup>3</sup>

A composição irônica dos textos machadianos já foi alvo de inúmeros estudos, pois tanto ela quanto o humor e a paródia (três elementos que se encontram interligados) apresentam-se como marcas da ficção do escritor. Vale ressaltar que a maioria destes estudos partem de uma concepção unicamente estética de tal figura de linguagem, sem, contudo, analisá-la de dentro e a partir do texto literário. Outras vezes a ambigüidade decorrente do uso da ironia é tomada como elemento capaz de relativizar o sentido do texto, como se, pela presença dela, não se pudesse entrever um posicionamento do autor.

Método distinto é adotado por Heloisa Toller Gomes (1994), ao reconhecer a existência de três discursos literários distintos, nos escritores do século XIX brasileiro e estadunidense: o discurso de tese, o discurso que se pretende neutro e o discurso irônico. A respeito desse terceiro grupo, a autora destaca:

O discurso irônico (a ironia vista aqui não como um recurso estilístico, mas como mola mestra de um discurso específico) é o discurso do paradoxo. Não trabalha essencialmente com antíteses como faz o discurso de tese, sempre maniqueísta. Não é tampouco o domínio da paráfrase, como aquele que se pretende “neutro” diante da escravidão. O discurso irônico nutre-se do ilógico, do descompromisso ideológico e das incongruências sociais, num procedimento lingüístico que lhe é peculiar: ele volta-se para si mesmo e contra si mesmo, denunciando os equívocos da linguagem e mostrando a falta de senso subjacente aos sentidos consagrados. É mestre na arte da construção e da desconstrução do sentido, pois beneficia-se da dúvida e produz a incerteza (1994, 168).

<sup>2</sup> “A força da ironia jaz no antigo e sempre atual prazer humano em fazer contrastar a Aparência com a Realidade, isto é, no conflito de dois significados dentro de uma estrutura dramática peculiar. De início, um significado – a aparência – apresenta-se como verdadeiro; entretanto, o aproveitamento contextual deste nível faz gradativamente surgir um outro lado da moeda – a realidade – diante da qual o primitivo significado surge como falso e limitado, sendo essencial a percepção desta duplicidade fundamental para a compreensão de qualquer ironia” (BRAYNER, 1976, 100).

<sup>3</sup> A respeito do jogo entre aparência e essência na obra machadiana, faz-se necessário ressaltar SANTIAGO, Silviano. “Retórica da verossimilhança” In: *Uma literatura nos trópicos*. 1978.

Ao analisar os livros e autores cuja produção se enquadra nesse grupo, a autora tece comentários pertinentes para o entendimento que proponho a respeito da obra machadiana. Para ela, os textos que caracterizariam o discurso irônico são eficazes ao retratar os desmandos de poder e a desordem social que caracterizavam a sociedade escravocrata. Além disso, ressalta ainda que o texto irônico, por dizer o contrário do que se quer dizer, necessita de uma leitura apurada e de uma certa sagacidade por parte do leitor.

Já Eduardo de Assis Duarte (2007) destaca as estratégias textuais utilizadas por Machado de Assis para disseminar, ao longo de sua produção literária, posicionamentos críticos em relação à situação em que se encontrava a população afro-descendente, naqueles idos do final do século XIX. Duarte aponta um conjunto de procedimentos aos quais nomeia “poética de dissimulação”, sendo eles:

o tratamento enviesado, indireto; os negaceios verbais e as alfinetadas ligeiras, mas cortantes; o discurso irônico substituindo a fala explícita ou peremptória; o enfoque universalizante de questões nacionais; a paródia de mitos e narrativas fundadoras de hegemonias; o desmascaramento da classe senhorial pela sátira dos detentores do poder; e tudo isto vazado numa linguagem marcada por disfarces de toda ordem, aí incluso o do próprio foco narrativo (2007, 272-73).

A partir da percepção e do entendimento do papel desempenhado pela ironia nos textos de Machado (os contos, crônicas e passagens de romances analisados), reconheço uma crítica sublimada ao pensamento escravista quando retrata o princípio de propriedade entre o senhor e o escravo e a conseqüente coisificação deste. Conforme ressalta Schwarz (2000a), a produção escravista dependia mais da violência autoritária e punitiva do que da eficácia e da qualidade da mão-de-obra. Sendo assim, o escravo e os objetos tinham o mesmo valor, como nos relata Machado, em crônica de 26 de junho de 1888, publicada em “Bons Dias!”: “no tempo da escravidão, os escravos eram anunciados com muitos qualificativos honrosos, perfeitos cozinheiros, ótimos copeiros, etc. Era, com outra fazenda, o mesmo que fazem os vendedores, em geral: superiores morins, lindas chitas, soberbos cretones” (1990, 86).

Já as torturas e crueldades do sistema escravocrata estão descritas de forma incisiva no conto “Pai contra mãe”, pois nele está estabelecida uma relação paradoxal entre uma escrava fugitiva e o homem livre, porém pobre, cujo único ofício que lhe resta é a captura de escravos. Quanto aos libertos, Machado os retrata a ocupar posições subalternas. Estes,



após proclamada a abolição da escravatura, permanecem na casa de seus antigos senhores, agora feitos “patrões”, à custa de pequeno (ou nenhum) ordenado. Sendo assim, esses negros passaram da condição de escravos para a de libertos, sem que isso significasse alteração nas relações sociais (conforme consta na crônica de 19/05/1888).

Com relação ao projeto literário do escritor, ele, ao tratar de assuntos que pareciam estar “remotos no tempo e no espaço”, fazia uso do seu senso crítico e da sua fina ironia para retratar as mazelas e os abusos da sociedade patriarcal, além de revelar o rosto por detrás das máscaras, ou seja, as verdadeiras intenções das oligarquias em relação aos dois fatos políticos ocorridos no final do século XIX: a abolição da escravatura e a proclamação da República.

Esta dissertação objetiva analisar textos pouco lembrados e pouco estudados do autor e, além disso, ler a produção machadiana através de um olhar histórico e sociológico, mais atento aos interditos e às fendas dos textos. Além disso, conforme afirma Ianni, é preciso libertar “Machado de Assis da compostura de maior escritor da literatura brasileira, com a glória da fundação da Academia Brasileira de Letras” (1998a, 23), ou seja, faz-se necessário estabelecer uma relação mais próxima entre a obra do escritor e a sociedade a que alude a fim de alargar o entendimento e a interpretação dos textos literários. Essa aproximação é fundamental para que possamos repensar Machado de Assis como “homem do seu tempo e do seu país, mesmo quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (1997, 804). O escritor, ao focar os dilemas, as vicissitudes e as incongruências do seu tempo de forma irônica e sutil, retrata criticamente a sociedade do século XIX, colocando em diálogo constante a literatura, a história e a própria sociedade do período.

Ao vislumbrar o texto crítico “Instinto de nacionalidade” enquanto manifestação do projeto literário de Machado de Assis, é possível entender as nuances históricas contidas nos textos ficcionais do escritor. A forma como os temas da escravidão e da liberdade foram tratados por Machado dialoga com a afirmação de que o escritor pode se fazer homem do seu tempo e de seu país, ao tratar de assuntos que parecem aparentemente distantes. Desta forma, quando estes temas aparecem na produção machadiana e são tratados pelo escritor de forma crítica e irônica, misturados a outras questões filosóficas, por exemplo, o autor põe em prática exatamente aquilo que acentuou como necessidade da nascente literatura brasileira, no texto em questão. Muitas vezes, conforme já foi ressaltado

por outros estudiosos, os negros, na obra do escritor, desempenham um papel secundário, mas, no meu entender, muito importante para que seja possível entrever o posicionamento do escritor frente às questões do seu tempo. Para tanto, faz-se necessário esclarecer que a instância ficcional dos textos não foi posta à margem a fim de que a análise fosse facilitada.

Em alguns textos, as vozes autorais – manifestadas pelos narradores – deixam entrever o pensamento do homem por detrás das letras. Em outros momentos, a representação da sociedade escravista feita por um narrador que se identifica com este sistema faz do próprio texto uma sátira àquela instituição. Principalmente quando tomamos os escritos de Machado de Assis como integrantes de uma obra maior, percebemos que eles mostram, dentre outras coisas, a sociedade brasileira em seus meandros. Ao longo da análise que aqui será realizada, esses narradores ocupam o lugar que lhes é de direito, no entanto, ao partir das recorrências temáticas, levando em consideração a intenção machadiana naqueles textos, deparamo-nos com o posicionamento político e social daquele que é o maior escritor da literatura brasileira.

Por se tratar de um estudo sobre as relações entre senhores e escravos, a fim de demonstrar a presença da instituição escravocrata e da abolição, esta dissertação dialoga com a linha de pesquisa Literatura e Expressão da Alteridade (LEA), uma vez que deseja perceber como a alteridade negra foi contemplada nos escritos de Machado de Assis.

É sabido que a recepção crítica da obra do escritor é muito vasta. Seus textos foram objeto de estudo das mais diferentes formas de pensamento e conhecimento: a sociologia, a psicanálise, a lingüística... Diante disso, e para que a minha proposta de trabalho se tornasse exequível, foi preciso fazer um recorte crítico e escolher, dentre inúmeros estudos, aqueles que melhor dialogavam com o tema proposto. Referente ao *corpus* crítico-teórico destaco a importância de John Gledson, em seus livros *Machado de Assis: ficção e história* (2003) e *“Bons Dias!”* (1990), por apontar, de forma elucidativa, as reminiscências histórias nos textos do escritor, e apresentar indicações essenciais para a leitura das crônicas machadianas. A respeito delas, Gledson afirma que durante um período longo esses textos permaneceram no anonimato, pois não eram assinados, já que o cronista iniciava-os com “Bons dias!”, finalizando-os com “Boas noites!”, uma das várias formas utilizadas por ele para fazer com que o leitor participasse do processo de construção do significado do texto.

Tais escritos só foram compreendidos como sendo de Machado de Assis, quando José Galante de Souza encontrou uma lista de pseudônimos jornalísticos na Biblioteca Nacional.

Enquanto obra representativa da aproximação entre literatura e sociedade, destaco o estudo feito por Faoro (1988), por apresentar uma releitura da obra machadiana, a partir de uma análise sociológica e que muito contribuiu para o entendimento da sociedade ali representada. O crítico estabelece uma interessante relação entre os aspectos sociais, políticos e econômicos do século XIX e os textos do escritor. Ressalto ainda a importância de Schwarz (2000a), sobretudo no ensaio “As idéias fora do lugar”, por elaborar um esclarecedor panorama das contradições que caracterizavam o período, e, a partir disso, promover um melhor entendimento das relações sociais do Brasil oitocentista.

Com relação ao estudo da ironia destaco, além daquele já mencionado, o livro *Teoria política da ironia* (2000), de Linda Hutcheon, por apresentar um amplo estudo da utilização desse recurso na contemporaneidade.

E, por último, mas não menos importante, destaco os trabalhos realizados pelo historiador Sidney Chalhoub (1990 e 2003) pela seriedade e lucidez com que relê Machado de Assis, ao destacar a existência de um posicionamento crítico do escritor em relação à sociedade oitocentista, já na dita primeira fase literária, além de mencionar a importância de Machado como funcionário público responsável pela Segunda Seção da Diretoria da Agricultura do Ministério da Agricultura (1870-1880). O trabalho entre a história e a literatura, realizado por Chalhoub, ainda se faz digno de menção pelas várias dissertações e teses que orientou e que foram construídas sob este trâmite interdisciplinar que se faz tão importante. Estes trabalhos, disponíveis na Biblioteca Central da UNICAMP, onde pude manuseá-los, também encontram-se disponíveis no site da Universidade.

### **Procedimentos de pesquisa: a organização do todo**

A fim de estabelecer o *corpus* machadiano para a execução deste trabalho, foi preciso fazer um recorte dos textos constantes da obra do autor. Outros, além dos que foram selecionados aqui, também tematizam as relações entre senhores e escravos, a escravidão e/ou a liberdade dos negros. Porém, a partir do objetivo deste trabalho, foram tomados aqueles que pudessem revelar tais temas de forma mais precisa. Tais textos se encontram

assim distribuídos: cinco contos, dezoito crônicas e quatro romances, que se encontram relacionados a seguir:

<b>Corpus</b>	
<b>Contos</b>	<p>“Virginius (narrativa de um advogado)”, <i>Jornal das Famílias</i>, 1864.</p> <p>“Mariana”, <i>Jornal das Famílias</i>, 1871.</p> <p>“O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana”, <i>Papéis Avulsos</i>, 1882.</p> <p>“O caso da vara”, <i>Páginas Recolhidas</i>, 1900.</p> <p>“Pai contra mãe”, <i>Relíquias de Casa Velha</i>, 1906.</p>
<b>Crônicas</b>	<p>“A reforma pelo jornal”, <i>O Espelho</i>, 23/10/1859*.</p> <p>“O folhetinista”, <i>O Espelho</i>, 30/10/1859*.</p> <p>“Ao acaso (crônicas da semana)”, <i>Diário do Rio de Janeiro</i>, 25 /07/1864.</p> <p>“História de Quinze Dias”, <i>Ilustração Brasileira</i>, 01/10/1876.</p> <p>“História de Quinze Dias”, <i>Ilustração Brasileira</i>, 15/06/1877.</p> <p>“Notas Semanais”, <i>O Cruzeiro</i>, 14/07/1878*.</p> <p>“Notas Semanais”, <i>O Cruzeiro</i>, 04/08/1878*.</p> <p>“Balas de Estalo”, <i>Gazeta de Notícias</i>, 23/11/1885.</p> <p>“Gazeta de Hollanda”, <i>Gazeta de Notícias</i>, 27/09/1887.</p> <p>“Bons Dias!”, <i>Gazeta de Notícias</i>, 11/05/1888.</p> <p>“Bons Dias!”, <i>Gazeta de Notícias</i>, 19/05/1888.</p> <p>“Bons Dias!”, <i>Imprensa Fluminense</i>, 20 e 21/05/1888.</p> <p>“Bons Dias!”, <i>Gazeta de Notícias</i>, 01/06/1888.</p> <p>“Bons Dias!”, <i>Gazeta de Notícias</i>, 26/06/1888.</p> <p>“A Semana”, <i>Gazeta de Notícias</i>, 16/10/1892.</p> <p>“A Semana”, <i>Gazeta de Notícias</i>, 14/05/1893.</p> <p>“A Semana”, <i>Gazeta de Notícias</i>, 10/06/1894.</p> <p>“A Semana”, <i>Gazeta de Notícias</i>, 04/11/1897.</p>
<b>Romances</b>	<p><i>Memórias Póstumas de Brás Cubas</i>, 1888.</p> <p><i>Quincas Borba</i>, 1891.</p> <p><i>Esau e Jacó</i>, 1904.</p> <p><i>Memorial de Aires</i>, 1908.</p>

\* Crônicas metalingüísticas, nas quais foi priorizado o entendimento machadiano deste fazer jornalístico-literário, tomadas a fim de compormos uma teoria da crônica à Machado de Assis.

O estudo das crônicas e dos contos selecionados será feito em permanente diálogo com passagens e personagens dos romances mencionados, a fim de se proporcionar um entendimento mais amplo da obra machadiana, entendida como um todo organizado e marcado por recorrências temáticas. A fim de se propor uma teorização à Machado, parto das crônicas assinaladas no quadro. Para a teorização dos contos, levei em conta as advertências ao leitor dos seguintes antologias publicadas pelo próprio autor: *Histórias da meia-noite* (1873), *Papéis avulsos* (1882) e *Várias histórias* (1896).

A dissertação encontra-se organizada em dois capítulos. A organização cronológica dos textos foi tomada como prioridade, a fim de que pudéssemos acompanhar as reflexões do escritor de acordo com as alterações políticas e sociais do período histórico. Porém, algumas vezes, tal cronologia foi relegada com o objetivo de demonstrar as recorrências temáticas.

A organização do *corpus* anteriormente descrito deu-se da seguinte forma. O capítulo 1, intitulado “Senhores e escravos: o direito de propriedade e o paternalismo regem a sociedade oitocentista”, foi subdividido em três. Em 1.1, “Entre senhores e escravos: paternalismo e propriedade”, foram analisados os contos “Virginius (narrativa de um advogado)” e “Mariana”, na tentativa de mostrar duas construções ficcionais que abordam de forma distinta a configuração do paternalismo e da cordialidade entre senhores e cativos. Além destes textos, será mencionada uma passagem do romance *Quincas Borba*.

Já o item 1.2, “A liberdade toma a pena do cronista”, inicia-se pela análise de algumas crônicas do escritor carioca, às quais denominei metalingüísticas (estas se encontram especificadas no quadro indicativo do *corpus*). A partir delas, será traçada uma teorização do gênero à Machado, a fim de verificarmos como os procedimentos textuais anunciados pelo escritor e atribuídos a uma melhor feitura da crônica podem ser visualizados nos textos deste gênero que tratam das questões históricas às quais me detive. Em seguida, serão analisadas outras crônicas que trazem em seu bojo comentários a respeito das leis que antecederam a abolição da escravatura: “História de Quinze Dias”, 01/10/1876, seguida de uma menção à crônica de 23/11/1885, publicada em “Balas de Estalo”. Depois será dado destaque à crônica de “História de Quinze Dias”, 15/06/1877,

cujas temáticas se aproximam de outra publicada em “Ao acaso (crônicas da semana)”, 25/07/1864. Nelas é possível vislumbrar tanto o entusiasmo do escritor quanto o seu ceticismo com relação à liberdade dos negros.

No item 1.3 – “Pai contra mãe”: memórias de um narrador da escravidão – será analisado o conto citado enquanto manifestação escrita da memória do narrador a respeito da escravidão. Tais páginas deixam à mostra o funcionamento da sociedade escravista brasileira, enquanto a voz autoral lança suas críticas ao longo dos comentários do narrador, a fim de desvendar o funcionamento da lógica escravocrata enquanto regente das relações humanas. Neste mesmo item será mencionado ainda o conto “O caso da vara”, no qual se pode também visualizar a relação entre os três estamentos constituintes da sociedade oitocentista.

O capítulo 2, intitulado “Senhores e libertos: outras formas de dominação”, encontra-se subdividido em três outros. No item 2.1, “Mais críticas e menos festejos: o cronista Machado de Assis e a abolição”, serão analisadas as seguintes crônicas: “Bons Dias!”, 11/05/1888; “Bons Dias!”, 19/05/1888; “Bons Dias!”, 01/06/1888; “Bons Dias!” 26/06/1888; e “A Semana”, 14/05/1893, além de serem mencionadas passagens dos romances *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*; e um estudo do conto “O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana”. Neste item será possível visualizar, a partir da relação entre os textos selecionados, a visão machadiana a respeito da abolição da escravatura.

No item 2.2, “Também se muda de roupa sem trocar de pele: a imobilidade social dos libertos”, constam as seguintes crônicas: “Bons Dias!”, 20 e 21/05/1888; “A Semana”, 16/10/1892; “A Semana”, 10/06/1894; “A Semana”, 04/11/1897. O romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* também será objeto de estudo neste item, sob a perspectiva da relação firmada entre o protagonista e Prudêncio, seu escravo. Ao final, será feita uma análise comparativa de três personagens escravos, constantes da obra machadiana: Pancrácio, Prudêncio e Pai Silvério, este, personagem da crônica de “Gazeta de Hollanda”, 27/09/1887.

No item 2.3 – “Resquícios do que se foi, reflexões sobre o que está por vir: *Memorial de Aires*” – será feito um estudo do último romance machadiano, a fim de se verificar as menções à mudança do regime escravista, sob a ótica do ex-diplomata.

Os textos literários que constituem o *corpus* dessa dissertação são crônicas, contos e passagens de romances, e, por isso, localizam-se na obra machadiana de forma esparsa. Ao contemplá-los fizemos uso das seguintes edições: *Obra completa de Machado de Assis*, da editora Nova Aguilar (1997); *Obras completas de Machado de Assis*, da edição W.M. Jackson (1970); as séries *Bons Dias!* (1990) e *A Semana* (1996), organizadas por John Gledson. A indicação da edição consultada localiza-se após a citação ou em nota de rodapé, a fim de facilitar sua localização por parte dos futuros leitores.

### **Trajetória: início e consolidação de uma idéia**

As ocorrências que desencadearam a realização deste trabalho datam de longo tempo. O fascínio pela prosa machadiana ocorreu, pela primeira vez, ainda quando era uma estudante do Ensino Médio, em uma escola pública de Belo Horizonte. A leitura de *Esau e Jacó*, a fim de que pudesse proporcionar a realização de uma tarefa pedagógica, um seminário, desencadeou em mim uma curiosidade pelos textos do romancista, marcada, sobretudo, pelas reminiscências históricas. Naquele primeiro momento, a leitura daquele romance já traçava um caminho em direção à representação ficcional da realidade brasileira do fim do século XIX.

Tempos depois, prestei vestibular para o Curso de Letras, imaginando que a partir daí o mundo machadiano pudesse melhor se desvendar para mim. O desejo, de certa forma, concretizou-se, ao longo dos quatro anos de graduação, mas poucas foram as oportunidades de realizar a leitura da obra machadiana pelo viés histórico, naquele momento. Algumas vezes, recolher e analisar a presença e a ausência de alguns personagens negros na obra do escritor parecia ser uma tarefa extremamente difícil, quase impossível, diante de um recorrente discurso de que tal intento não fazia sentido em se tratando de Machado de Assis. Contudo, desde aquela época o estudo dos personagens negros fez e ainda continua fazendo muitos sentidos.

A participação como bolsista do CNPq, no projeto intitulado “Afro-descendências: raça/etnia na cultura brasileira”, coordenado pelo professor Eduardo de Assis Duarte, na UFMG, durante os anos de 2002 e 2003, possibilitou-me um maior contato com textos científicos que tratavam de questões literárias, historiográficas e sociológicas, o que me aproximou ainda mais dos textos machadianos, além de me impulsionar em direção àquela

primeira idéia. A organização do portal literafro<sup>4</sup>, enquanto atuava como voluntária do mesmo projeto, durante o ano de 2004, alargou ainda mais o meu interesse pelas questões étnicas e históricas associadas à literatura brasileira, além de ter-me possibilitado o exercício supervisionado da escrita científica. Durante aquele ano, pude publicar alguns artigos no referido site, sendo um deles intitulado “Machado de Assis – homem do seu tempo e do seu país”, que se configura como um embrião desta dissertação.

Os primeiros contatos com o incipiente estudo da literatura afro-brasileira, em 2001, foi uma dessas flores colhidas. O contato com a representação de vários personagens negros e vozes-líricas negras me fizeram refletir a respeito de Machado de Assis. A leitura e catalogação dos textos que agora fazem parte desta dissertação iniciou-se em 2002. Já em 2005, o curso “Machado de Assis: afro-descendente”, ministrado pelo Prof. Dr. Eduardo de Assis Duarte, foi uma possibilidade de estudar, sob o viés crítico e teórico, alguns dos textos que já compunham o meu também incipiente *corpus* ficcional.

Ao longo do percurso, o contato com outros estudiosos da obra machadiana referendou a intenção primeira. Alguns deles foram: “Machado de Assis e a abolição”, de Raimundo Magalhães Jr.; “Literatura e consciência”, de Octávio Ianni; “Jornalismo político” e “A escravidão”, de Brito Broca; *Machado de Assis: ficção e história*, de John Gledson e *Machado de Assis, historiador*; de Sidney Chalhoub. De posse desses textos que partiam de um *locus* analítico parecido com o que desejava adotar, a transformação dos escritos machadianos selecionados em um *corpus* de projeto de pesquisa tornou-se mais viável e mais fascinante ainda. A realização deste trabalho, que agora entrego à comunidade acadêmica, foi marcada por prazeres e dificuldades, como é de praxe. Os prazeres desencadeados pela leitura dos textos do bruxo do Cosme Velho foram marcados por muitos risos e impactos. As dificuldades impostas pela tarefa e pela vida proporcionaram crescimento e muita reflexão. No momento em que dou acabamento a esta dissertação, percebo que ela teve o seu fim, podendo, este, configurar-se como um novo início.

Ao refutar a idéia de que Machado de Assis estivesse alheio às questões do seu tempo, esta dissertação busca mostrar como o escritor promoveu em seus textos a crítica às regras que ditavam as relações entre senhores e escravos, baseadas, estas, no direito de

---

<sup>4</sup> [www.lettras.ufmg.br/literafro](http://www.lettras.ufmg.br/literafro)



propriedade sobre seres humanos. Além disto, o escritor revela em seus textos a permanência dos resquícios da mentalidade escravista no período posterior à abolição, o que dificultaria a inserção social dos libertos. Este trabalho pretende ainda demonstrar como Machado, ao apresentar uma visão ímpar a respeito do momento histórico que testemunhou e ao aludir à condição de dependentes a que estariam submetidos os negros libertos, fez-se “homem do seu tempo e do seu país”, mesmo quando tratava de assuntos *aparentemente* remotos no tempo e no espaço.

## Capítulo 1

### **Senhores e escravos: o direito de propriedade e o paternalismo regem a sociedade oitocentista**

As especulações políticas e históricas de Machado muitas vezes são assim ocultas e implícitas. Mas podem ser desvendadas e compõem, com muito mais frequência do que suspeitavam os críticos, um aspecto essencial de suas intenções como escritor.

John Gledson, em *Machado de Assis: ficção e história* (2003).

### **1.1 – Entre senhores e escravos: paternalismo e propriedade**

A fim de dar início ao estudo do *corpus* selecionado para a composição deste capítulo, parto de dois contos publicados no *Jornal das Famílias*, sendo o primeiro deles “Virginius (narrativa de um advogado)”, de 1864; e o outro “Mariana”, de 1871. Ambos foram construídos sob a égide senhor/escravo, paternalismo/propriedade.

Daniela Magalhães Silveira (2005), ao analisar os contos publicados naquele periódico, aponta que neles a temática da dependência pessoal faz-se recorrente, o que permitiria que nas páginas daquela folha existissem inúmeras representações de personagens agregadas. Nestes textos, frisava-se a situação do pai e dos filhos que viviam sob a proteção de um senhor, ao qual serviam em troca de algum amparo. Outra temática que se faz presente, segundo Silveira, é a configuração de amores impossíveis, devido à diferença social entre os envolvidos.

#### **O conto: breve teorização**

Antes de passarmos propriamente à análise dos textos, faz-se preciso um breve panorama do conto enquanto gênero literário. Tal como o entendemos hoje, o conto se configura como uma narrativa recente, que marcou sobretudo o século XIX, entendido por muitos estudiosos do gênero como o “século de ouro do conto”. Sua teorização inicia-se com Edgar Allan Poe, quando estabelece premissas para a “boa forma” desta narrativa: a brevidade, a coerência e coesão entre as partes, que devem se encaminhar para uma tensão crescente que se resolve no desfecho da história. Poe destaca ainda a importância de se manter a atenção do leitor até o desfecho, quando o conflito irá se resolver através de um final que seja, de preferência, surpreendente. Desta forma, o conto deve ser construído sob a fórmula de uma reta ascendente, cujo desenrolar da narrativa encaminhe o leitor para um final marcado pelo elemento surpresa. Ainda na segunda metade do século XIX, o contista francês Guy de Maupassant, seguindo os preceitos de Poe quanto à produção do conto, foi responsável por inserir nestas narrativas, enquanto “obras abertas”, espaços para a reflexão do leitor acerca da sociedade do seu tempo.

Tchekhov, na mesma época, quebra o modelo proposto por Poe, passando a valorizar mais o desenvolvimento da narrativa do que propriamente o seu desfecho. Para ele era mais importante mostrar a influência dos acontecimentos narrados na vida psicológica dos personagens do que o fato narrativo em si. Para Tchekov, o conto tomaria a forma de uma parábola invertida, pois em seu centro estaria concentrado o clímax da narrativa.

Em relação aos contos de Machado de Assis, percebemos uma variedade de procedimentos narrativos que se encontram em diálogo tanto com a teorização proposta por Poe quanto com aquela proposta por Tchekov.

A fim de traçar um caminho que nos leve ao entendimento do escritor a respeito deste fazer literário, resta nos atermos a alguns momentos de sua produção ficcional em que o conto se configurou como matéria da expressão do autor. Em seu ensaio, já citado, “Instinto de nacionalidade”, no qual Machado tece comentários sobre os gêneros da literatura nacional, reserva ao conto a sucinta afirmação: “É gênero difícil, a despeito da sua aparente facilidade, e creio que essa mesma aparência lhe faz mal, afastando-se dele os escritores, e não lhe dando, penso eu, o público toda a atenção de que ele é muitas vezes credor” (1997, 806). Machado alude, nesta passagem, à concepção do conto enquanto gênero menor, noção da qual ele discorda, vendo-o enquanto credor de uma maior atenção por parte do público.

Já em seu primeiro volume de contos, *Histórias da meia-noite*, publicado em 1873, Machado faz a seguinte advertência ao leitor:

Vão aqui reunidas algumas narrativas, escritas ao correr da pena, sem outra pretensão que não seja a de ocupar alguma sobra do precioso tempo do leitor. Não digo com isto que o gênero seja menos digno da atenção dele, nem que deixe de exigir predicados de observação e de estilo (1997, 160).

O conto, enquanto narrativa despretensiosa, na visão do escritor carioca, naquele momento, tinha como objetivo entreter o leitor, mas nem por isso se fazia menos digno de atenção. Nele caberiam observações (acerca da vida e dos fatos cotidianos, por exemplo), além de permitir a manifestação do estilo do escritor.

Em *Papéis Avulsos*, publicado em 1882, a advertência se inicia pela explicação do título dado ao volume: “Avulsos são eles, mas não vieram para aqui como passageiros, que

acertam de entrar na mesma hospedaria. São pessoas de uma só família, que a obrigação do pai fez sentar à mesma mesa” (1997, 252). Cabe ao leitor desvendar a descoberta da relação familiar entre aquelas folhas avulsas. Em seguida, Machado de Assis prossegue incluindo no texto uma discussão a respeito do conto:

Quanto ao gênero deles, não sei que diga que não seja inútil. O livro está nas mãos do leitor. Direi somente, que se há aqui páginas que parecem meros contos e outras que o não são, defendo-me das segundas com dizer que os leitores das outras podem achar nelas algum interesse, e das primeiras defendo-me com S. João e Diderot. O evangelista, descrevendo a famosa besta apocalíptica, acrescentava (XVII, 9): “E aqui há sentido, que tem sabedoria”. Menos a sabedoria, cubro-me com aquela palavra. Quanto a Diderot, ninguém ignora que ele não só escrevia conto, e alguns deliciosos, mas até aconselhava a um amigo que os escrevesse também. E eis a razão do enciclopedista: é que quando se faz um conto, o espírito fica alegre, o tempo escoá-se, e o conto da vida acaba, sem a gente dar por isso. Deste modo, venha donde vier o *reproche*, espero que daí mesmo virá a absolvição (1997, 252).

Mais uma vez, o contista Machado de Assis destaca que a validação ou não do texto literário cabe ao leitor, de onde virá o *reproche* ou a absolvição. Apesar de estarem ali reunidos “meros contos” e outros escritos que não o são, o autor faz uso da intertextualidade bíblica para justificar a mistura. Ou seja, mesmo naqueles textos que aparentemente não pareçam ser contos, quanto à fórmula, ou ao tamanho, há neles “sentido” e “sabedoria”, a exemplo da novela “O Alienista”, que naquele volume se encontra incluída. Seguindo os preceitos de Diderot, escritor e filósofo do século XVIII, Machado afirma que o ofício de se fazer uma narrativa curta faz com que o espírito se regozije de alegria. Além de ajudar a passar o tempo, tal trabalho ainda auxilia o escritor a lidar melhor com a vida e com o fim dela.

Na advertência de *Várias histórias*, publicado em 1896, Machado retoma as palavras de Diderot como epígrafe à folha de rosto da edição<sup>5</sup>:

As palavras de Diderot que vão por epígrafe no rosto desta coleção servem de desculpa aos que acharem excessivos tantos contos. É um modo de passar o tempo. Não pretendem sobreviver como os do filósofo. Não são feitos daquela matéria, nem daquele estilo que dão aos Mérimée o caráter de obras-primas, e colocam os de Poe entre os primeiros escritos da América (1997, 476).

---

<sup>5</sup> Os versos são: Mon ami, faisons toujours des contes... /Le temps se passe, et le conte de la vie/S’achève, sans qu’on s’en aperçoive.

Nem o pioneirismo creditado a Edgar Allan Poe (1809-1849), nem o estilo de Prosper Mérimée (1803-1870), arqueólogo, escritor romântico e historiador francês, que sagrou suas produções como obras-primas, dentre elas *Carmem*, são almejados pelo escritor brasileiro. Seus contos foram escritos sob o aparente viés do entretenimento. Histórias como “A causa secreta” e “O enfermeiro”, consideradas por Bosi como enigmas que escondem “as faixas extremas da natureza e da sociedade costuradas pelo fio negro do mal” (1982, 454), não se configuram apenas como historietas capazes de fazer passar o tempo de quem as faz e de quem as lê. Tais narrativas, antes de distrair o leitor, querem fazê-lo pensar, detendo-o, assim, no fio do texto ficcional.

Quanto à brevidade que caracteriza o conto e o distingue das outras narrativas ficcionais Machado faz a seguinte ressalva: “o tamanho não é o que faz mal a este gênero de histórias, é naturalmente a qualidade; mas há sempre uma qualidade nos contos, que os torna superiores aos grandes romances, se uns e outros são medíocres: é serem curtos” (1997, 476). Assim, sendo curtos, e de qualidade duvidosa, os contos, por serem breves, não entediariam o leitor amigo. Abel Barros Baptista, em texto recentemente publicado numa revista dedicada à Machado de Assis<sup>6</sup>, propõe uma análise do conto “O empréstimo”, publicado em *Várias histórias*, enquanto narrativa que trata das questões relacionadas à forma do conto. Em sua leitura, aponta que ao trazer para o conto a teorização de Sêneca a respeito do tempo, já no segundo parágrafo do texto em questão, Machado estaria ali já apontando a possibilidade de na narrativa curta caber uma vida (uma construção teórica) inteira. Nos dizeres de Baptista:

A primeira idéia parece óbvia: a emenda de Sêneca corresponde a uma versão da diferença entre conto e romance. Este narra o percurso de uma vida, enquanto aquele a surpreende representada em trinta ou sessenta minutos. A própria brevidade do conto estaria, assim, fundada numa possibilidade da vida que é também uma possibilidade de interpretação por metonímia: representa-se um episódio, situação particular ou um acontecimento, porque muitas vezes se pode chegar ao todo através da parte (2006, 212-3).

---

<sup>6</sup> A respeito do estudo do conto machadiano destaco o dossiê “O conto de Machado de Assis” constante de *Teresa: revista de Literatura brasileira*, n.6-7, 2007.

Baptista aponta ainda características do conto machadiano que o levam a considerá-lo um contista moderno, tais como a construção de episódios autônomos, a forma livre, a digressão, a metalinguagem, o narrador autoritário...

A multiplicidade do conteúdo e da forma dos contos de Machado de Assis não nos permite fazer afirmações que tendam a enquadrá-los nesta ou naquela teorização. Cada um deles é um universo à parte que, conforme ressaltou o escritor em momentos diversos de suas advertências, caberá ao leitor a apreciação e o julgamento. Quer sejam alguns deles “contos teorias”, como destacou Bosi (1982); quer tenham um quê de metalinguagem, conforme destacou Baptista; em sua grande maioria são construídos sob duas camadas semânticas: o dito e o não dito; “a máscara e a fenda”, que se entrecruzam nas teias do texto ficcional machadiano.

### **Caridade e poder de mando em “Virginius (narrativa de um advogado)”**

O conto que passaremos a analisar, “Virginius” (narrativa de um advogado), foi publicado em formato de folhetim, no *Jornal das Famílias*, entre julho e agosto de 1864. O enredo do conto informa-nos sobre a existência de um fazendeiro, denominado Pio, e que tinha a alcunha de *Pai de todos*, devido ao tratamento cordial dispensado aos seus escravos, considerados “amigos”. Este homem, em determinada época, acolhe em sua fazenda um pobre lavrador, Julião, e sua filha, Elisa, “a mulatinha mais formosa daquelas dez léguas em redor” (1997, 740). Esta, quando menina, vivia a brincar com o filho do fazendeiro, Carlos, sem, contudo, perceber a distância social que os apartava. Porém, depois de alguns anos vivendo na corte, e depois de concluir os estudos, Carlos volta à fazenda do pai, e apresenta-se como um homem muito diferente daquela criança que havia sido.

Certo dia, voltando do trabalho, Julião ouve os gritos de Elisa e a encontra nos braços de Carlos, tentando se desvencilhar do malfeitor. O pai, diante da triste cena e depois de ter indícios de que a filha havia sido violentada, crava uma faca no peito da pequena a fim de salvá-la da desonra. Preso, Julião recebe a visita do advogado narrador da história, cujo objetivo é defendê-lo da acusação. As despesas com o processo e com os honorários do advogado são custeadas pelo *Pai de todos*. Pelo crime, Julião recebe uma pena de dez anos de reclusão.

Depois desta ligeira apresentação do conto, passemos à análise de sua estrutura. Primeiramente, conforme já adiantamos, o texto é narrado pelo próprio advogado de defesa, que, ávido por um romance, uma novela, acaba encontrando uma tragédia. Em determinado momento afirma: “minha curiosidade estava excitada ao último ponto. Os autos não me tinham tirado o gosto pelas novelas, e eu achava-me feliz por encontrar no meio da prosa judiciária, de que andava cercado, um assunto digno da pena de um escritor” (1997, 739).

A verossimilhança configura-se como conceito importante para o entendimento da passagem acima. Segundo Silviano Santiago, a “retórica da verossimilhança” – conceito aplicado à análise do personagem Bento Santiago, do livro *Dom Casmurro* – é imprescindível para o entendimento daquele romance. A persuasão retórica do advogado, Bento Santiago, somada a sua intenção de estabelecer verdades a partir de suposições, dá ao romance a configuração de uma peça jurídica. Segundo o crítico, a verossimilhança é a capacidade de impingir igualdade no que é semelhante, além de se caracterizar pelo “predomínio da imaginação sobre a memória na investigação do passado” (1978, 37).

No conto em questão, a imagem de Pio é construída pelo narrador-personagem, a partir da verossimilhança, uma vez que todas as características atribuídas a Pio – “*Pai de todos*”, “a bondade em pessoa”, “a justiça e a caridade fundidas em uma só pessoa” – não são registradas pela boca dos possíveis beneficiários, mas sim pela voz de um fazendeiro amigo do narrador, que se encarrega de deixá-lo a par dos fatos, quando ele chega à localidade depois de ser requisitado por Pio. Sendo assim, as semelhanças dos relatos sobre as características de Pio são tomadas pelo narrador como instrumento capaz de referendar a bondade do mesmo, e fazer jus à alcunha com a qual é designado. Em se tratando da questão memorialística, faz-se importante ressaltar que o narrador-personagem nos relata a tragédia que envolve os filhos de Julião e Pio a partir de um processo de rememoração, uma vez que ele narra a história dez anos após a tragédia ter ocorrido. A tênue relação entre lembrança/esquecimento é confessada, quando se trata de relatar a defesa do réu no julgamento: “não sei o que disse” (1997, 747).

A benevolência de Pio, assinalada no conto, mais do que apontar relações pacíficas entre senhores e escravos, tratados como amigos, aponta para a violência inerente à prática paternalista, revelando, nas entrelinhas textuais, o aprisionamento pelo favor por parte daqueles que o recebe.



Antes de passarmos ao estudo do conto, faz-se importante ressaltar duas leituras distintas que fazem parte da crítica machadiana e que contemplam o conto em questão. Segundo Magalhães Jr., biógrafo do escritor carioca, “Virginius” deve ser lido enquanto narrativa capaz de promover a desconstrução de paradigmas:

E dá ao mesmo tempo solene desmentido aos que, numa generalização excessiva, timbram em proclamar que todos os seus personagens [de Machado de Assis] são patifes, seres destituídos de quaisquer qualidades positivas, tipos sem nenhum traço de caráter. Não foi à toa que *Machado* o batizou com o nome de Pio. Pois este homem era tão caridoso que sua fazenda era “o asilo dos órfãos e dos pobres”, onde não faltavam “leite e instrução às crianças, pão e sossego aos adultos”. Para melhor caracterizá-lo, o *contista* afirma que era, “a um tempo, Salomão e São Vicente de Paula”. Mas, bondoso e caritativo, como era, sendo fazendeiro, Pio tinha escravos (...) (1957, 158) (grifos meus).

Nesta passagem, Magalhães Jr. confere ao escritor a nomeação do personagem, o que contribui para o entendimento do conto e demonstra as intenções do autor enquanto arquiteto do texto. Entretanto, atribui ao contista afirmações feitas pelo personagem que se encarrega de contar ao narrador-advogado os fatos ocorridos antes da chegada deste à localidade em que se passa a história. Se deduzirmos que, ao se referir ao contista, Magalhães Jr. esteja-o visualizando como o próprio Machado ou como a voz textual manifesta, parece-nos que o biógrafo não se deu conta de um detalhe: não é Machado, nem o narrador-advogado quem nos dá as primeiras impressões a respeito de Pio. Tal descrição é feita pelo personagem, antigo amigo do narrador, que explica a este os fatos que antecederam o crime cometido por Julião. Vale a pena ressaltar que o subtítulo do conto é “narrativa de um advogado”, sendo assim, é o advogado contratado por Pio quem irá ocupar a instância narrativa. O conto se inicia quando este recebe em mãos um bilhete não assinado, e não datado, no qual se solicita a presença dele na localidade, não denominada, em que ocorreu a história da morte de Elisa. A não nomeação do local onde se passa e a história e o fato de esta não estar datada aludem à indicação que a prática paternalista destinada aos escravos e dependentes pode se manifestar em qualquer espaço e data, mas trará como conseqüências marcas similares: a dependência, o aprisionamento, a violência.

Quanto às características apontadas pelo biógrafo, capazes de confirmar a bondade do personagem, vale um comentário. O nome dado à personagem – Pio – assim como a

expressão que o determina – *Pai de todos* – complementariam o cenário de benevolência que o jovem Machado retrata. O adjetivo, transformado em substantivo, referenda o retrato do personagem feito pelo contista<sup>7</sup>. Se, enquanto adjetivo, pio se refere àquele que pratica a caridade, também caracteriza a instituição que se ocupa de recolher os desvalidos. Por isso, Pio pode ser lido como o caridoso mas também enquanto instituição que possui suas próprias leis, pois sua fazenda era “o asilo dos órfãos e dos pobres”, onde se encontrava “leite e instrução às crianças, pão e sossego aos adultos”; além de ele próprio ser a Lei daquele lugar, já que suas decisões eram sempre acatadas e na fazenda quase não havia intervenção da justiça, pois tudo era resolvido por Pio sem contestação das partes envolvidas. Segundo o personagem advogado: “só as grandes causas vão ter às autoridades judiciárias, policiais ou municipais; mas tudo o que não sai de certa ordem é decidido na fazenda de Pio, cuja sentença todos acatam e cumprem. (...) É caso de consciência aderir ao julgamento de *Pai de todos*.” (1997, 738)

Se Pio é retratado enquanto homem caridoso, capaz de construir relações amistosas com seus cativos, vale ressaltar que seu poder soberano no espaço de sua propriedade e ao redor dela dá a este personagem o poder de determinar os destinos alheios. Em contrapartida, o mau caratismo fica a cargo do filho – Carlos – que expande o direito de propriedade sobre as terras e os escravos à jovem Elisa, quando deseja possuí-la contra a vontade desta.

Roberto Schwarz, em *Ao vencedor as batatas*, depois de traçar um quadro bastante amplo das contradições históricas do Brasil do séc. XIX, no famoso ensaio “As idéias fora do lugar”, irá se deter à análise dos primeiros romances machadianos: *A mão e a luva*, de 1874; *Helena*, de 1876; *Iaiá Garcia*, de 1878. Neles o crítico define uma tendência denominada “aprimoramento do paternalismo”, no sentido de serem apresentadas, ao longo dos três romances, diferentes vertentes desta ideologia, cuja manifestação mais recorrente é a prática do favor – nossa “composição arlequinal”, nos dizeres de Mário de Andrade, retomados por Schwarz.

---

<sup>7</sup> No dicionário, “pio” é um adjetivo e possui os seguintes significados: “Que cumpre os deveres da piedade; piedoso, caridoso; (...) diz-se de *estabelecimento público* de caridade, destinado a educar e sustentar gratuitamente crianças pobres e órfãos; diz-se de *instituição* destinada ao recolhimento de pessoas desvalidas (...)” (NASCENTES, 1988, 488) (grifos meu).

Segundo o crítico há ao longo da narrativa machadiana uma “racionalização” do paternalismo, que vai de *A mão e a luva* a *Iaiá Garcia*. Schwarz adverte que o discurso liberal atribuído ao jornal, entendido pelo jovem cronista como “verdadeira república do pensamento”<sup>8</sup> (1997, 945), fora substituído nos primeiros romances por um paternalismo conservador, marcado por uma forte presença da família tradicional, patriarcal e católica – uma instituição que se configura como paradigma da sociedade, capaz de ditar as normas de boa conduta. O crítico aponta que esses primeiros romances são caracterizados por um movimento que vai da reflexão e conformismo, ao conformismo e senso de realidade, em se tratando das práticas paternalistas. Este conjunto estaria marcado por uma maior verossimilhança e por uma menor desenvoltura crítica. Nele, as tensões sociais estão restritas ao âmbito familiar e é nessa conjuntura que serão apaziguadas.

É possível perceber alguns diálogos entre o conceito apontado por Schwarz e o conto em questão. Porém, entendo que o paternalismo, enquanto prática social que se faz presente nas relações entre senhores e escravos e/ou dependentes, caracteriza-se pela autoridade desses em relação a estes, numa linha hierárquica de submissão. Além disso, tende a disfarçar o autoritarismo através do véu da proteção. Acredito que não há aprimoramento do paternalismo no sentido de se que se tenha chegado a um ponto ideal de organização social, visto que o mesmo é de caráter autoritário, em várias de suas nuances, e assim será descrito em vários textos do escritor. Para Chalhoub, o paternalismo apresenta como característica marcante a inviolabilidade da vontade senhorial.

O que há, de fato, nos textos de Machado de Assis são representações distintas desta prática social que tem no favor sua manifestação mais recorrente. Assim, as relações entre os personagens, construídas sob a ótica do favor, são retratadas como forma de exercício do poder, como instrumento de ascensão social e política, como forma de manutenção da propriedade escrava e permanência do *status quo*. Tal sofisticação pode até refletir, em um primeiro momento, uma visão edificante da família, enquanto paradigma social, depois esta mesma instituição é desmistificada, e a prática do favor passa a servir às relações de mando e obediência, numa forma peculiar de domínio, no qual o capricho individual é ressaltado, conforme veremos na análise do conto “Mariana” e nas crônicas que fazem parte do Capítulo 1.2.

---

<sup>8</sup> Em “O jornal e o livro”, publicado no *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, de 10 a 12/01/1859.

Em “*Virginius*”, a visão edificante da família é posta em xeque pelo retorno de Carlos à propriedade do pai. Sem querer exercer a função para a qual se formou, a advocacia, sem se dedicar às leituras e ao ofício, Carlos buscará na caça a sua distração. Já a punição ao jovem, determinada por Pio, indica a resolução das questões familiares no âmbito familiar, além de confirmar a determinação dos destinos enquanto papel desempenhado por este personagem. Porém, a maior verossimilhança e a menor desenvoltura crítica apontadas por Schwarz merecem um questionamento. O narrador-personagem enquanto escuta os relatos do amigo a respeito da benemerência de Pio se surpreende com o relato: “- É que me dói sair tantas léguas da Corte, onde esta história encontraria incrédulos, para vir achar neste recanto do mundo aquilo que devia ser comum em toda a parte” (1997, 738). O tratamento dispensado por Pio aos seus cativos e seus dependentes é, de fato, uma exceção. Porém, uma nova forma de violência advinda desta relação paternal irá se manifestar ao final da narrativa e é nela que o viés crítico do texto se manifesta.

Segundo o narrador, quando crianças, “Carlos e Elisa viviam quase sempre juntos, naquela comunhão da infância que não conhece desigualdades nem condições”. A ausência de distância social entre os dois será alterada quando Carlos volta da cidade: “Carlos era homem. Conhecia as condições da vida social, e desde os primeiros gestos mostrou que abismo separava o filho do protetor da filha do protegido” (1997, 741).

Ciente das diferenças que os apartavam, Carlos passa a exercer sobre Elisa a única ocupação que tinha: a caça. Ciente do lugar social que ocupava, Elisa, sem ter muitas formas de se defender, clama pela ajuda do pai. Este, em respeito a Pio, o seu benfeitor, chama Carlos para uma conversa e roga a este que deixe Elisa em paz. O rapaz, de forma irônica, profere as seguintes palavras: “respeitarei tua filha como se fosse morta” (1997, 742).

De certa forma, é Carlos o responsável pela morte de Elisa, sendo Julião o executor do crime. A tragédia particular envolvendo as duas famílias é também resolvida no âmbito particular: Pio dá a sentença ao filho, fazendo-o soldado, no Sul do País. O pai acredita ter lhe conferido um “castigo honroso”, fazendo-o sofrer como punição aquilo que deveria ter como honra: “sirva a sua pátria, e guarde a fazenda e a honra dos seus concidadãos: é melhor meio de aprender a guardar a honra própria” (1997, 739).

De certa forma, é no âmbito particular que a situação de Julião é solucionada: Pio contrata o advogado para defender o amigo. O conflito familiar instaurado no conto “*Virginus*” é todo ele resolvido a partir de “remédios particulares”, ministrados pelo *Pai de todos*.

É importante nos atermos à intertextualidade, que nos é indicada pelo próprio narrador. A tragédia original que dá título ao texto, ocorrida no seio da sociedade romana, aparece resumida no conto. Virgínia, filha de Virginus, é tomada como escrava por Ápio Cláudio, não tendo o pai meios de livrá-la da condição que lhe havia sido imposta. Assim “o desafortunado pai, não conseguindo comover nem por seus rogos, nem por suas ameaças, travou de uma faca de açougue e cravou-a no peito de Virgínia” (1997, 745). Virginus prefere a morte da filha a vê-la escravizada. Assim também age Julião, que mata Elisa, para não vislumbrar a possibilidade da dominação sexual imposta por Carlos à menina.

Os nomes dos personagens da tragédia brasileira são bastante instigantes. Na releitura desta feita por Machado, Ápio Cláudio corresponde a Carlos. O nome Cláudio vem de claudicante, ou seja, o manco ou aquele que fraqueja, o que condiz com o comportamento do personagem machadiano. Virginus e Virgínia aludem, respectivamente, a Julião, o puro de alma, e a Elisa, a jovem imaculada.

Faz-se importante mencionar que, ao cravar a faca no peito da filha, e ser chamado de assassino, por um dos comparsas de Carlos, Julião reage:

- Assassino! Clamou a sentinela.
- Salvador!... salvei minha filha da desonra.
- (...)
- Dize a Deus, minha filha, que te mandei mais cedo para junto dele para salvar-te da desonra. (1997, 744)

Para não sucumbir à dominação imposta pelo filho do seu benfeitor, e para proteger a filha da desonra, o personagem opta pela morte de Elisa, numa cena que reflete bem os paradigmas morais e católicos, constituintes da família do século XIX.

O narrador-advogado, ávido por uma novela, em meio às peças judiciárias, acredita ter encontrado um romance que acaba se desdobrando em uma tragédia, que, depois de lhe cair às mãos, através da contratação de seus serviços forenses, ele irá nos relatar, a partir do capítulo II do conto. É através desse relato que ele se faz escritor de uma história trágica,

capaz de destruir os sonhos de duas famílias, cuja relação encontrava-se marcada por uma prática paternalista que beneficia e aprisiona, ao mesmo tempo em que mantém cada um dos atores em seu lugar. O paternalismo, enquanto ideologia senhorial, manifesta-se na relativa aproximação entre o dependente e o seu Outro, através do favor, trazendo em seu bojo a demarcação da fronteira que os separa. Disfarçado de atitude benevolente, na prosa de Machado de Assis, ele revela uma política de dominação marcada pela subordinação dos dependentes aos desígnios do estamento senhorial.

O tratamento aparentemente cordial dispensado aos escravos pelos senhores encontra-se representado na obra machadiana e irá se configurar como uma recorrência neste trabalho. Ele se manifesta e é retratado pelo olhar do narrador de formas distintas, conforme veremos mais adiante. O paternalismo apresenta várias máscaras no contexto da produção do nosso escritor: a filantropia, cujo objetivo é a sede de nomeada, é a mais recorrente delas. Machado irá criticar aqueles escravocratas que intencionavam conceder algum benefício a seu escravo, ou escrava, a fim de chamar para si os clarins da fama e receber alguma notoriedade pública. Nem os abolicionistas escaparam das farpas machadianas, conforme podermos ver em crônica de 01/06/1888, que será mencionada posteriormente.

A teoria do benefício – uma variante de leitura da prática paternalista – também é uma recorrência nos textos de Machado. Ela aparece através da metáfora bíblica da mão direita e da mão esquerda, extraída do Evangelho de Mateus, na crônica de 15/06/1877; assim como é mencionada no texto de 23/11/1885. Neles o narrador contrapõe a verdadeira caridade – aquela realizada no âmbito privado e mantida no anonimato – à falsa benemerência, vista como ato público desejoso de notoriedade. A inversão dessa teoria cristã é feita por Quincas Borba, numa aproximação com a filosofia do Humanitismo, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

É interessante notarmos que, mesmo apresentando um cenário narrativo marcado pela prática paternalista, e até mesmo retratando-a em meio à manifestação da bondade e da caridade, a idéia de dominação não se ausenta do texto. A exemplo disto, podemos nos ater ao momento em que o narrador-personagem e seu colega vêm passar um escravo de Pio, que logo é interrogada por este:

- Teu senhor está em casa?
  - Está sim Sr.; mas vai sair.
- O negro foi caminhando, e nós saímos da janela.
- É escravo de Pio?
  - Escravo é o nome que se dá; mas Pio não tem escravos, tem amigos. Olham-no todos como se fora Deus. É que em parte alguma houve nunca mais brando e cordial tratamento a homens escravizados (1997, 739).

O tratamento cordial a que se refere o personagem encontra-se calcado no fato de na fazenda de Pio não haver instrumentos de tortura e ser tudo resolvido no âmbito de sua propriedade. Sendo assim, podemos interpretar que naquele ambiente não havia interferência da polícia. Todos os casos eram resolvidos e julgados pelo próprio fazendeiro, através de uma simples “conversa amistosa”. Independente da sentença proferida, a decisão de Pio era acatada por todos como se fosse uma “decisão divina”. Dessa forma, entende-se que o fazendeiro era a encarnação da lei naquele local.

A prática paternalista de Pio encontra-se calcada no tratamento cordial dispensado aos seus. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, a cordialidade, “contribuição brasileira para a civilização”, caracteriza-se, dentre outros elementos, pela absorção por parte da família patriarcal daqueles que se encontram nela inseridas (esposa, filhos, genros etc) ou ao redor dela (escravos, agregados) e pela reduzida autonomia e senso de responsabilidade destes. As características do homem cordial seriam a candura no trato, a hospitalidade, a generosidade, mas também a inimizade e outros comportamentos similares, desde que este conjunto fosse justificado pelo discurso advindo de “um fundo emotivo extremamente rico e transbordante” (1993, 107). É pelo viés emocional que o homem cordial traz para junto e mantém ao redor de si aqueles aos quais exerce o domínio.

Um exemplo desta cordialidade se faz presente no fato de Pio estabelecer um concurso entre seus escravos a fim de conceder-lhes a liberdade. Provavelmente, o que determinava o vencedor era o bom comportamento. Na análise da relação entre o senhor e o escravo, Octávio Ianni afirma que o código de etiqueta indicava, como alternativa no tratamento do cativo, uma certa cordialidade que visava à manutenção da distância social entre essas duas castas. Segundo ele: “os maus-tratos provocam comportamentos audaciosos enquanto o cordial produz respostas sociais polidas” (1988b, 139-40). Sendo assim, o tratamento cordial dispensado por Pio aos seus escravos e aos agregados pode ser

lido também como forma de dominação e manutenção da ordem e da propriedade. Nas palavras do personagem, amigo do advogado-narrador, este tratamento proporcionava comportamentos “naturais” e “dignos de elogio” (1997, 739).

Talvez por isso, conforme nos informa o personagem, ao dialogar com o narrador, não fizesse diferença aos cativos viverem livres ou escravos na fazenda de Pio, pois tanto numa condição quanto na outra, eles permaneceriam sob a tutela do mandatário, mesmo sendo considerados por este como “amigos”. Nos dizeres de Daniela Silveira: “a alforria, prêmio oferecido por *Pai de todos*, significava, até certo ponto, a continuidade da política de domínio, em que os escravos tornavam-se pessoas livres, mas continuavam vivendo debaixo da proteção de seu ex-senhor” (2005, 138). Essa relação de dependência, mesmo depois de cortadas as correntes que prendiam os escravos aos seus senhores, configura-se como uma recorrência nos textos de Machado de Assis, conforme veremos adiante.

Pio também é responsável não só pela gestão de sua fazenda, mas também pela gestão dos destinos daqueles que estão ao seu redor. Ele acolhe Julião quando este se tornara viúvo e com uma filha pequena para criar. Cede a ele uma pequena propriedade bem próxima a sua, mantendo-o por perto. É Pio quem paga as despesas do advogado de defesa de Julião. Depois de dez anos na prisão, este volta a viver na fazenda de Pio, entretanto, não mais na casa onde vivera com Elisa, e onde cometera o assassinato em nome da honra desta. Pio o acolhe em sua casa “e fá-lo residir ao pé de si” (1997, 739). A independência de Elisa, ou aquilo que a livraria do domínio de Carlos e do julgamento social, devido a sua desonra, só é realizada com a morte desta, por isso Julião se considera o salvador da pequena.

Também é Pio quem dá a sentença ao filho, por entendê-lo como causa da morte de Elisa, quando o envia para servir como soldado, no Sul, a fim de que aprenda a guardar a honra e a propriedade: suas e de seus concidadãos. É interessante notar que o imperativo proferido por Pio, que repito aqui, a fim de justificar a punição do filho: “sirva a sua pátria, e guarde a fazenda e a honra dos seus concidadãos: é melhor meio de aprender a guardar a honra própria” (1997, 739), permeia o direito de propriedade na medida em que o personagem orienta o filho a guardar a fazenda e a honra dos concidadãos. Guardar, neste caso, pode ser entendido como proteger. Levando-se em conta o contexto social da época do conto, a palavra “concidadãos” não contempla o elemento escravo, visto apenas como



propriedade e força de trabalho. Conforme ressalta Ianni, “o ‘cidadão’ é uma categoria que implica atributos psicossociais e culturais que o ex-cativo não pode assumir plenamente, na medida em que são definidos pelo branco” (1988b, 153).

A instituição familiar, tal como é representada no conto, pode ser vislumbrada, como paradigma da sociedade. Ali se faz uma lei própria, estabelece-se uma ordenação própria, calcadas na prática cordial do paternalismo, a que são submetidos aqueles que se encontram na fazenda e ao redor dela. Porém, Julião rompe com a dominação sexual imposta por Carlos, quando desfere em Elisa a facada que a levará à morte. Pode-se destacar que esta ruptura visa também à manutenção dos valores tradicionais da família oitocentista, sendo o mais forte deles a honra.

A verossimilhança enquanto recurso que alia passado e presente, na narração dos acontecimentos, além de se basear na atribuição de igualdade ao que é semelhante, permite-nos pensarmos e até lançarmos certa desconfiança em direção ao narrador de “Virginius”. Os fatos foram narrados a partir de um movimento que vai da lembrança ao esquecimento, passando pela fantasia a que a memória se sujeita. Além disso, ele é parte da história, e tal comprometimento é reforçado pelo subtítulo. John Gledson, ao analisar o quadro dos romances de Machado de Assis, sob o viés dos narradores, faz uma importante observação a respeito de *Dom Casmurro* e *Memorial de Aires*, que se ajusta àquilo que tentamos aqui elucidar. Segundo ele, nesses romances:

Machado usa visivelmente narradores que não são nem olímpicos, nem oniscientes, e que partilham assim as limitações da sociedade que descrevem, revelando-as em seu próprio discurso (...) esses narradores são tão conscientes – em certo sentido, tão normais – a ponto de convencerem não apenas como personagens (ou seja, como pessoas verossímeis), mas também como porta-vozes da verdade (2003, 28).

A revelação da surpresa do narrador de “Virginius”, diante da benevolência de Pio em relação aos seus escravos “amigos”, pode ser tomada como um exemplo da limitação social de que fala Gledson. O narrador, fazendo uso do seu lugar de “escritor”, e de sua retórica, nos convence das boas intenções de Pio, atribuindo o discurso de elevação moral deste ao amigo que o recebe na fazenda. O advogado passa a ser o “porta-voz da verdade”, no momento em que assume a instância narrativa.

Faz-se importante um breve comentário a respeito da caracterização ficcional dos “bons senhores” na obra de Machado de Assis. Em *Quincas Borba*, por exemplo, Rubião, depois de ser professor e tornar-se capitalista, aceita em sua casa um criado espanhol, convencido por Cristiano Palha de que era necessário substituir os escravos por criados brancos. A passagem já foi interpretada como alusão machadiana à troca de mão-de-obra escrava pela imigrante, mas também pode ser lida como demonstração da mudança de *status* social do personagem. Mesmo acostumado aos escravos das Minas Gerais, Rubião aceita a sugestão de Palha. Já no diálogo travado entre Sofia e Rubião, quando este invade o *coupé* da senhora a fim de travar com ela os acertos da vida amorosa que ele julgava existir entre os dois, há uma pequena descrição psicológica da mãe do protagonista. No carro, assustada, Sofia clama que ele não faça escândalos que possam comprometê-la e se ajoelha. Rubião retoma o diálogo:

- Não é preciso que se ajoelhe, disse com brandura.
- Obrigada; peço-lhe então por Deus, por sua mãe, que está no céu...
- Deve estar no céu, confirmou Rubião. *Era uma santa senhora! As mães são sempre boas*; mas daquela, ninguém que a conheceu poderá dizer outra coisa senão que era uma santa. E prendada, como poucas. Que dona de casa! Hóspedes, para ela tanto fazia cinco como cinqüenta, era a mesma coisa, cuidava de tudo a tempo e a hora, e criou fama. *Os escravos davam-lhe o nome de Sinhá Mãe, porque era, realmente, mãe para todos.* Deve estar no céu.

(1997, Cap. CLII), (grifos meus)

Faz-se importante aproximar esta descrição das escolhas semânticas do conto que estamos analisando. Pio é a “justiça e a caridade fundidas em uma só pessoa”, o *Pai de todos*, enquanto a mãe de Rubião é “uma santa senhora”, a *Sinhá Mãe*, sendo ambos retratados como senhores benevolentes para com seus escravos. Para além dessas comparações, faz-se necessário ressaltar que não há nenhum momento no texto em que as ditas atitudes pias da mãe da personagem possam ser confirmadas, mesmo porque o tempo da narrativa é posterior; assim como em “Virginius” não se tem o bom senhor retratado pelo escravo, nem pelo dependente, Julião. Outro item importante é que a passagem citada integra o delírio de Rubião, que acredita viver com Sofia uma relação amorosa inexistente. A descrição ainda pode ser relativizada pelo próprio discurso ficcional. Após afirmar ser a mãe uma santa, o personagem acrescenta: “as mães são sempre boas”.

Virginius (narrativa de um advogado)”, mais do que apontar para a “apologia dos bons sentimentos”, como quer Magalhães Jr., está calcado na dominação imposta pela atitude paternalista do senhor em relação ao “beneficiado”, que se encontra aprisionado a tal prática. Nesta narrativa, um paternalismo marcado pela cordialidade se completa a uma outra forma de propriedade: o domínio dos destinos alheios. Além disso, quando o narrador destaca Pio como uma exceção do tratamento dispensado aos cativos, aponta para a crueldade da prática escravagista. O conto em questão pode também ser entendido como uma menção machadiana à impossibilidade de se ver, entender e almejar uma escravidão mais branda, mesmo quando se trata de bons senhores. Nestas relações marcadas pela relação entre diferentes, pela não percepção da alteridade, pela escravidão, a violência passa a adquirir facetas múltiplas que se convergem para a dominação, quer seja física, psicológica, ou moral; podendo se fazer presente pela junção destas nuances, como podemos perceber em “Mariana”.

#### **“Escrava quase senhora”: paternalismo e propriedade em “Mariana”**

O conto que passaremos a analisar, “Mariana”, foi publicado inicialmente no *Jornal das Famílias*, em janeiro de 1871. A tônica do texto, assim como em “Virginius”, é o tratamento paternalista dispensado aos escravos por parte dos senhores, porém, representada sob um ponto de vista mais explicitamente crítico, principalmente por inserir no texto a voz ficcional da cativa a respeito do tratamento cordial a ela dispensado por seus senhores.

Trata-se da história da personagem homônima do título, uma jovem escrava, dotada de esmerada educação, criada como se fizesse parte da família que a tem por cativa. Esta família é governada por uma matriarca, a mãe do narrador que nos é apresentada como sendo “a bondade em pessoa”, aquela que “tudo perdoava às suas amadas crias” (1997, 775).

A jovem alimenta sentimentos pelo narrador, o nhonhô, que, por sua vez, mantém compromisso com Adelaide, uma jovem cuja condição social e econômica se encontra bem próxima daquela que possui a família de Coutinho. Ciente de sua condição de escrava e da

impossibilidade de concretização de seus desejos, Mariana maldiz o tratamento que havia recebido por parte da família de Coutinho.

A narrativa inicia-se com o retorno de Macedo, um jovem carioca, que havia passado 15 anos fora da Corte. De volta ao Rio de Janeiro, reencontra os amigos de outrora, sendo um deles Coutinho, um quarentão, solteiro e ocioso. O reencontro emocionado dos amigos arranca confissões deste personagem que logo passará a ocupar a instância narrativa. Ele esclarece que o casamento que há 15 anos estava prestes a ocorrer não acontecera de fato e que, em verdade, nunca na vida havia sido amado como um dia fora pela criada de sua casa. A partir desse momento, este personagem torna-se o narrador de sua história e, imbuído deste papel, passa a relatar aos amigos, e ao leitor, em 1871, o que se passara em 1855.<sup>9</sup>

A rememoração do passado mais uma vez dá ao narrador a condição de “porta-voz da verdade”, conforme ressaltou Gledson (2003). A tragédia de Mariana é contada com certo pesar e, em alguns momentos, com certa dose de culpa. O processo de rememoração a que se submete o narrador indica-nos uma mudança no seu discurso e no seu ponto de vista, pois no início da conversa entre amigos, ele declara: “não sou pior do que era; mudei nos sentimentos; acho que hoje não me vale a pena cuidar de ser mais feliz do que sou” (1997, 772).

Após um pequeno intróito do conto, somado à descrição dos objetivos que guiam a análise, passemos aos elementos que nos permitem vislumbrar a ambivalência da condição familiar e social de Mariana. As primeiras descrições desta personagem já denunciam o entre-lugar em que se encontrava (“escrava quase senhora”): “uma gentil mulatinha” que havia sido criada como filha pela mãe do narrador. Ocupava a escrava o lugar de “quase” filha, além de ter uma inteligência que, nos dizeres do narrador, era bastante peculiar: “Mariana sabia mais do que outras mulheres em igual caso” (1997, 774). Esclarece ainda que, apesar disso, a jovem não recebera a mesma educação das irmãs. Ela aprendeu a ler, escrever e, a certa altura, já dominava o francês. Porém, no âmbito da convivência familiar, algo distinguia Mariana das moças livres: “não sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasião de visitas, eis a diferença; no mais era como se fosse pessoa livre (...)” (1997, 773).

---

<sup>9</sup> A demarcação desses elementos temporais faz-se necessária para, mais tarde, podermos dialogar com a leitura do conto feita por Chalhoub, em *Machado de Assis, historiador* (2003).

Ou seja, a presença de Mariana só era aceita no âmbito familiar, o que apartava a cativa da convivência social, nesta instância a personagem era somente a escrava e não a “escrava quase senhora”.

O narrador relata aos amigos que via em Mariana um ente da família, até começar a perceber diferenças no comportamento da cativa que passa a ficar tristonha pelos cantos da casa. Desconfia-se que a jovem estivesse apaixonada, quando Coutinho interpela a irmã com uma pergunta em tom galhofeiro: “– E quem será o namorado da senhora Mariana, perguntei rindo. O copeiro ou o cocheiro?” (1997, 775). A questão levantada faz-nos refletir sobre a condição da personagem. Se Mariana é tida como parte da família, salvo em algumas exceções, o que faria Coutinho pensar que o dono do coração da jovem estaria socialmente localizado entre o copeiro e o cocheiro?

Procurando ter certeza do motivo da mudança de comportamento da jovem, Coutinho trava com ela o seguinte diálogo a fim de lhe arrancar algumas confissões:

- Que tens tu, Mariana? Disse eu; andas triste e misteriosa. É algum namorico? Anda, fala; tú és estimada por todos cá de casa. Se gostas de alguém poderás ser feliz com ele porque ninguém te oporá obstáculos aos teus desejos.
- Ninguém?
- Quem teria interesse nisso?
- Não falemos nisso, nhonhô. Não se trata de amores, que eu não posso ter amores. Sou uma simples escrava.
- *Escrava, é verdade, mas escrava quase senhora. És tratada aqui como filha da casa. Esqueces esses benefícios?*
- *Não os esqueço, mas tenho grande pena em havê-los recebido.*
- Que dizes, insolente?
- Insolente? Disse Mariana com altivez. Perdão! Continuou ela voltando à sua humildade natural e ajoelhando-se a meus pés; perdão, se disse aquilo; não foi por querer: eu sei o que sou, mas se nhonhô soubesse a razão estou certa que me perdoaria (1997, 776) (grifo meu).

É notório salientar como o tom da conversa entre Coutinho e Mariana muda ao longo da passagem que aqui foi reproduzida. Em princípio, o personagem tenta tranquilizar a jovem moça a respeito da realização dos seus desejos, garantindo-lhe que estes poderão ser concretizados, e que ninguém de sua família se oporia a eles. Ciente da sua condição de escrava, a jovem deixa subentendido que não poderia ter amores, pelo menos não aquele

que sentia. Mariana está apaixonada por Coutinho; é ele o dono do seu coração e não o cocheiro ou o copeiro como havia deduzido a certa altura da narrativa.

Em determinado momento do conto, o narrador-personagem, depois de descrever todos os “benefícios” que a família concedia à jovem, declara a recompensa esperada: “[Mariana] compreendia bem que na situação em que se achava só lhe restava pagar com muito reconhecimento a bondade de sua senhora” (1997,773). O tratamento paternalista e cordial dispensado a Mariana tem como centro a mãe de Coutinho, descrita como sendo a encarnação da bondade, a exemplo de Pio e da mãe de Quincas Borba. Entretanto, diante do comportamento inesperado da escrava, Coutinho passa a usar a figura de sua mãe como recurso para intimidar a jovem. Quando Mariana maldiz o tratamento recebido, ele ameaça contar tudo “à senhora velha”; quando a jovem se furta ao interrogatório, ele declara: “Minha mãe saberá interrogar-te” (1997, 776). Diante da primeira fuga de Mariana, a matriarca encontrava-se “triste e indignada”; já na segunda, só havia restado indignação, retratada como único sentimento possível diante da ingratidão da escrava. Sendo assim, logo o tratamento cordial é posto a nu como forma de manipulação dos comportamentos e dos destinos.

Além disso, a figura da matriarca retratada como instrumento para coibir o comportamento “inadequado” da jovem pode ser lida pelo viés da “inviolabilidade da vontade senhorial” de que nos fala o historiador Sidney Chalhoub. Os desejos senhoriais faziam-se regras que determinavam a conduta da família e daqueles que deles dependiam, incluindo aí os agregados e os escravos. Dessa forma, a manutenção de Mariana aos pés da família era uma regra intocável, aos olhos daquela senhora e dos seus familiares.

Ciente do seu *locus* social, Mariana penaliza-se pela educação e tratamento recebidos, e que lhe são lembrados em tom de cobrança. Ela é julgada pelo senhor por insolente, já que se esperava, conforme passagem citada, que ela fosse grata à família pelos benefícios concedidos. O favor revestido em cobrança faz com que as fugas de Mariana sejam entendidas como manifestações de ingratidão, já que, na visão da família, naquele ambiente, ela havia recebido, apesar da condição cativa, educação, afagos, presentes de natal..., cabendo a ela obediência cega aos seus senhores. A fuga, nesse contexto, nada mais é, aos olhos daquela família matriarcal, do que o não reconhecimento dessa benevolência.

Em outra passagem, quando Coutinho sai à procura da fugitiva e a encontra, a condição escravizada da jovem é retomada com o intuito de trazê-la de volta à casa da família. Na segunda fuga, Coutinho encontra Mariana em um hotel, quando vocifera: “ – Não venho aqui para receber-te abraços, disse eu; venho pela segunda vez buscar-te para casa, donde pela segunda vez fugiste” (1997, 782). O uso do verbo ‘fugir’ traz em seu bojo o rompimento do direito de propriedade ao qual mais uma vez alude o narrador-personagem, trazendo à jovem a consciência de si mesma e de sua condição, depois de um breve momento de impulsos amorosos. Logo em seguida, não alcançando resultados em sua investida, Coutinho muda o seu discurso e nos relata: “insisti com ela dizendo-lhe que poderia ganhar tudo procedendo bem, ao passo que tudo perderia continuando naquela situação” (1997, 782). Mais uma vez, assim com em “*Virginius*”, o tratamento cordial dispensado aos cativos objetiva ter como resposta comportamentos sociais polidos, baseados na gratidão e na obediência, conforme ressaltou Ianni (1988b).

Mariana, entretanto, não alimentou ilusões que a fizessem se esquecer da sua condição. Para o narrador, ela é uma “escrava quase senhora”, quando ela corresponde ao comportamento esperado; quando foge, sua condição é tomada como instrumento de coerção. Mailde Jerônimo Trípoli, ao comentar o conto, chama a atenção para o limite estreito entre a “bondade senhorial” e a “coerção social”, e conclui:

o tratamento “simétrico” convinha diretamente aos senhores, na medida em que os caracterizava como modernos e liberais, ao mesmo tempo que lhes assegurava “gratidão produtiva” e fidelidade do sujeito cativo. Não correspondendo a esta expectativa, a simetria e a bondade caíam por terra (1997, 143)<sup>10</sup>.

Porém, nos momentos em que é dada a voz à personagem, Mariana tem forte consciência do seu estado cativo, apesar de atribuí-lo a uma condição natural. Ela não se vê entre senhora e cativa. No diálogo entre ela e Coutinho, reproduzido anteriormente, Mariana explicita o quanto está ciente das limitações impostas a uma pessoa em sua

---

<sup>10</sup> A autora chama a atenção para a aproximação entre “Mariana” e o romance francês *Ourika*, de 1824, e pontua: “a obra de Claire Duras foi considerada um libelo contra o preconceito e o racismo; teve significativa influencia (*sic*), na opinião pública, em prol da libertação dos escravos nas ilhas francesas. Machado de Assis, entretanto, é ainda hoje citado como um absenteísta na causa dos escravos” (1997, 144).

condição. Por isso assume: “sou simples escrava”, e depois, “eu sou o que sou” (1997, 776).

Faz-se interessante ressaltar mais uma vez a ambivalência do discurso do narrador. Quando suspeita que Mariana estaria apaixonada, pensa em interceder junto à mãe para que os amores da escrava se concretizem. Cogita até mesmo solicitar a liberdade da jovem. Porém, ao saber que ele era o homem desejado pela jovem, exclama: “pois ela atrever-se-ia!” (1997, 777). A distância social que separava Coutinho e Mariana não poderia ser diminuída com a concessão de liberdade a esta. Talvez se o dono do coração da jovem fosse o copeiro ou o cocheiro, como supunha o narrador, ele tivesse levado adiante esta intenção. Mas neste caso, tratava-se, realmente, de um amor ‘impossível’ de se concretizar da forma como almejava Mariana. No texto fica subentendido que tal descoberta havia despertado em Coutinho a vaidade, passando ele a olhar a jovem com certo interesse:

A rapariga tornara-se interessante para mim, e qualquer que seja a condição de uma mulher, há sempre dentro de nós um fundo de vaidade que lisonjeia com a afeição que ela nos vote. Além disso, surgiu em meu espírito uma idéia que a razão pode condenar, mas que nossos costumes aceitam perfeitamente (1997, 778).

O costume a que alude o narrador nada mais é do que o envolvimento sexual entre senhor e escrava, a fim de afagar-lhe o ego e satisfazer os desejos da jovem. O amor dedicado por Mariana a Coutinho não poderia se concretizar da forma como ela desejava. No entanto, haviam outras maneiras, cogitadas pelo jovem, na passagem acima. Porém, Coutinho renega o impulso sexual, apesar de perfeitamente aceito pelos costumes da época, pelo fato de Mariana, nas suas palavras, encontrar-se acima das veleidades...

No momento em que Coutinho vê Mariana doente, decide por fazer um “ato de caridade”, pedindo a ela que viva. Quando sai à procura da jovem pela segunda vez, encontrando-a em um quarto de hotel, ele confessa ter tido “alguma caridade”, mas na ânsia de conciliar os seus sentimentos e os seus deveres, prima pelo último, e relembra à jovem da condição que ocupava, ao usar o verbo “fugir”. Coutinho quando parte, impelido pelo remorso, pela segunda vez, à cata de Mariana, o faz com receio de ser indiretamente a causa de um suicídio. Sendo assim, o ato de caridade que caracteriza a cordialidade enquanto atitude advinda do coração tem como verdadeiro intuito a suspensão de qualquer



sentimento de culpa que Coutinho possa vir a sentir. A escrava atribui a culpa da decisão de matar-se à natureza, que os colocou em posições sociais tão díspares.

É interessante como o discurso escravista faz uso das derivações deste substantivo para designar o que é social e não natural. Neste sentido, era “natural” que Coutinho acreditasse que o amado de Mariana deveria ser o cocheiro ou o copeiro. Também era “natural” a sua indignação quando descobriu que era ele o amor da escrava. Assim como era “natural” partir em busca da escrava a fim de resgatar e manter perto de si aquela que era propriedade sua e de sua família. “Natural” também seria envolver-se sexualmente com a jovem, a quem não desposaria, a fim de satisfazer-se.

Em contrapartida, não era “natural” a escrava nutrir sentimentos amorosos pelo nhonhô, assim como também não era aceitar a idéia de uma escrava “fujona”, por isso Coutinho, ao indagar Mariana, traz à tona os benefícios por ela recebidos, deixando clara a finalidade da prática paternalista de manter os dependentes ao redor dos benfeitores, através da cobrança dos favores. Além disso, o narrador faz uso da condição escrava da jovem para lhe alertar que, apesar de “escrava quase senhora”, ela era propriedade de sua família: “ – (...) por que saíste de casa, onde eras bem tratada, e donde não tinhas o *direito* de sair, porque és cativa?” (1997, 778) (grifo meu).

Mesmo assim, a personagem, indiretamente, lança contra o narrador as responsabilidades dele, ao dizer que ele antecipara a sua morte, quando, ao encontrá-la, insiste em levá-la de volta à casa de sua família, enquanto reafirma, a fim de que ela não esqueça, a condição de propriedade alheia que ela ocupava.

A forma como a jovem é retratada pelo narrador-personagem chama-nos a atenção: a descrição física eleva as características, conforme transcrito anteriormente, tal como seria esperado de um senhor em relação à sua escrava, porém, a descrição psicológica, colhida ao longo da narrativa, indica-nos uma Mariana que estava “acima das veleidades”; possuidora de “uma dissimulação assaz inteligente”.

Apesar do conto terminar em um tom de galhofa, quando os amigos saem pelas ruas a olhar os pés das jovens que desciam dos carros, podemos perceber algumas pistas da importância das reverberações provocadas pela “escrava quase senhora”. Quando, no início do texto, um amigo da roda de conversa diz acreditar que Coutinho era o mesmo de quinze anos atrás, ele afirma ter mudado nos sentimentos. Parece que o conformismo ficou

a cargo da representação do senhor, ao invés de fazer parte do mundo ficcional da escrava. Nada parecia se opor à felicidade de Coutinho e Adelaide, exceto Mariana, que, ao suicidar-se e chamar para si mesma a atenção do jovem mancebo, provoca uma situação insustentável levando a noiva a romper com o compromisso. Coutinho, aos trinta e nove anos, dezesseis depois dos fatos ocorridos, permanecia solteiro e ciente de que nunca mais seria amado como um dia fora pela jovem Mariana.

O suicídio de Mariana indica que a jovem, entre a condição que ocupava e o amor que sentia, vislumbra na morte a única saída capaz de anular a situação de conflito em que se encontrava. Além disso, o ato deve ser entendido também como representação ficcional da vitimização do cativo diante das amarras da escravidão e do paternalismo. Mariana era escrava e dependente dos favores que lhe haviam sido concedidos ao longo de sua estada na família de Coutinho: enquanto laços difíceis de serem desfeitos, ela encontra na morte a solução.

De outra forma, é Mariana morta quem rege o destino de Coutinho, impondo-lhe a certeza de que não receberia tão grandioso amor, e fazendo com que se tornasse um homem diferente daquele que um dia fora: “modificado nos sentimentos”, conforme confessa.

Sidney Chalhoub, ao analisar este conto, faz uma aproximação com o processo histórico que vai de 1855 (tempo do enunciado) a 1871 (tempo da enunciação), segundo ele: “o relato de Coutinho evoca outra época, um tempo de estabilidade no mundo dos escravocratas à luz da crise de 1871” (2003, 136). Chalhoub interpreta o conto como importante documento histórico capaz de ilustrar os impasses acerca da liberdade dos cativos. Neste sentido, Machado fez deste texto um instrumento de discussão sobre os limites da liberdade que poderia ser concedida aos escravos, numa sociedade paternalista, cujo objetivo único, nas discussões políticas, era a manutenção e ampliação de suas propriedades, sendo uma delas, e certamente a mais importante, a do elemento escravo.

Sendo assim, a relação entre escravidão e liberdade se encontra no cerne do conto “Mariana”. O narrador-personagem e a sua ambivalência discursiva é responsável pela construção da “verdade ficcional” e, neste sentido, tenta relativizar, em 1871, sua postura diante do amor a ele dedicado por Mariana. É interessante observarmos a narração dos fatos e os comentários que os seguem, enquanto representação de dois momentos históricos, como apontou Chalhoub.

Porém, o que nos interessa mais de perto, neste momento, é ressaltar o discurso paternalista enquanto instrumento de manipulação senhorial. Mariana – a “escrava quase senhora” – tem seu destino regido pela condição cativa que a marca, mas, apesar disso, rompe com este princípio ao fugir, e, depois, ao se matar. A mãe do narrador e matriarca da família é representada através do discurso deste, que a retrata como a “bondade em pessoa”, enquanto a usa como meio de direcionar o comportamento da jovem.

Diferentemente do que ocorre no conto “Virginius”, em “Mariana”, é pela boca da protagonista que vem à tona o lado cruel das ideologias paternalista e escravista. Os dois contos se aproximam e se distanciam: ambos ilustram a família tradicional, com seus valores morais e católicos, tipicamente oitocentista; ambos são construídos sob o signo do paternalismo; em ambos, cordialidade e paternalismo são faces da mesma moeda. Naquele, Elisa é morta com a finalidade de manter a honra e os valores familiares, e libertar a pequena da dominação sexual imposta por Carlos, enquanto neste, Mariana se mata para não sucumbir à dominação que lhe havia sido imposta, via paternalismo.

A aproximação entre os dois contos também se dá no tratamento cordial dispensado pelos senhores aos escravos e dependentes; a necessidade de proporcionar-lhes pão, leite e moradia, como em “Virginius”, ou uma educação esmerada, no caso de “Mariana”, ilustram como o discurso e a prática paternalistas estão calcados na manutenção do direito de propriedade e na prática do favor.

O item que por ora encerro encontra-se marcado por similaridades e distanciamentos, conforme tentamos demonstrar. No meu entender há, nas análises destas duas narrativas, uma sofisticação crítica de Machado de Assis em relação ao paternalismo. Se em 1864, ano de publicação de “Virginius”, há uma aparente ressalta quanto à benignidade do senhor para com seus dependentes e escravizados, deixando nos meandros do texto a dominação senhorial e a violência advinda destas relações, em 1871, ano de publicação de “Mariana”, tal dominação e a falácia do discurso deste estamento são postos à mostra, enquanto a benignidade tem forte apelo coercivo. Nas crônicas que passaremos a analisar, a crítica machadiana em relação ao período histórico, marcado por inúmeras discussões acerca do destino dos cativos, faz-se fortemente presente. Em meio à ironia, ao humor e às frivolidades cotidianas, surge o olhar crítico e reflexivo do escritor em relação à instituição escravocrata e seus instrumentos de manutenção do *status quo*.

## 1.2 - A liberdade toma a pena do cronista

Neste item iremos nos ater a um novo tipo textual: a crônica. Por isso, daremos início a uma breve apresentação teórica do gênero, a partir dos próprios textos metalingüísticos de Machado de Assis, nos quais podem ser encontradas pistas do entendimento do escritor a respeito deste gênero jornalístico-literário. Será estabelecido também um diálogo com alguns críticos que se debruçaram e teorizaram sobre as crônicas machadianas: Antonio Candido, Davi Arrigucci Júnior, dentre outros.

No intuito de mostrar o pensamento do escritor em relação às leis que precederam a abolição da Escravatura, foram selecionadas algumas de suas crônicas para comporem esta parte do estudo, quais sejam: “História de Quinze Dias”, de 01/10/1876; “Balas de Estalo”, de 23/11/1885 e “História de Quinze Dias”, de 15/06/1877. Conforme ressaltado na introdução do trabalho, se preciso fosse, a organização cronológica dos textos de Machado de Assis, que compõem o *corpus*, poderia dar lugar a uma nova organização pautada pela aproximação entre os temas recorrentes.

Neste item, o foco de análise discursiva é o elogio do escritor ao Fundo de Emancipação de escravos, a declaração da ineficiência de certa política de emancipação, além de uma relativização a respeito da liberdade de que poderiam gozar os escravos sexagenários, passando pelas críticas tecidas pelo escritor às regras que mantinham o sistema escravocrata, sobretudo à relação de propriedade entre senhor e escravos.

### A crônica: uma teorização à Machado de Assis

Gênero híbrido, situado entre o jornalismo e a literatura, a crônica se caracteriza por apresentar uma linguagem por vezes coloquial, numa tentativa de aproximação com o leitor; por ater-se aos fatos cotidianos, “a vida ao rés do chão” – nos dizeres de Antonio Candido –, através do humor e da leveza. Na crônica cabem comentários políticos, análises sociais, observação de fatos cotidianos – muitas vezes retirados das próprias notícias de jornal. Além de ser comum a apresentação de assuntos diversos, o *fait-divers*, o que lhe rendeu o nome, no século XIX, de “folhetim-variedades”, este gênero diferencia-se do

“folhetim-romance”, que se atém a disseminar os capítulos de novelas e romances pelas páginas das folhas públicas.

Historicamente, a crônica é marcada por tomar fatos sociais, políticos, culturais, que circundam a vida do cronista. Seu espaço de publicação, de início, era o rodapé do jornal. Lá publicavam-se os assuntos que, mesmo podendo ser considerados graves, eram tratados de forma amena ou inusitada. Posteriormente, a ela foi agregada a descrição psicológica dos personagens, o que aproximava a crônica ainda mais do fazer literário. Conforme é sabido, crônica vem de *Chronos*, deus do tempo. Segundo nos alerta Arrigucci Jr., ela se liga ao resgate da memória, ao “registro da vida escoada” (1985, 43). Sendo assim, pode ser entendida como instrumento que nos proporciona revisitar o passado ou contemplar o presente em seus modos, costumes, trâmites políticos e sociais. Para este crítico, a crônica pode ser encarada como “documento de toda uma época”, “testemunho de uma vida”, “meio de se inscrever a História no texto” (*Idem*). Por esses motivos, a crônica machadiana se configura como um importante instrumento capaz de representar uma visão crítica do escritor a respeito do processo histórico que irá das últimas décadas da escravidão à abolição, permitindo-nos uma leitura deste período histórico.

O pensar sobre este fazer jornalístico-literário ocupou a mente do jovem Machado de Assis. Para uma teorização da crônica à Machado, serão apresentadas algumas de suas crônicas que considero metalingüísticas, com o objetivo de se apreender como ele via e entendia esse gênero literário. Em “O folhetinista”, de 30/10/1859, preocupado com os rumos que a crônica brasileira havia adotado, no sentido de se distanciar da realidade nacional para apenas destacar o que acontecia na Europa, ele oferece um conceito ao gênero, a fim de aclimatá-lo em termos brasileiros: “o folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo” (1997, 959).

Enquanto fusão do “útil” e do “fútil”, parto entre o “sério” e o “frívolo”, a crônica apresenta uma variedade temática que a caracteriza enquanto gênero literário. O tom impresso por Machado aos seus textos demonstra bem como neles tal fusão é possível. Os comentários disseminados ao longo de algumas crônicas no que tange à questão da escravatura e/ou da abolição, por exemplo, são tratados de forma satírica, a partir de uma história que lhe serve de pano de fundo. Nos dizeres de Sônia Brayner (1992), nas crônicas do escritor carioca a apreensão do fato cotidiano tem um tom aparentemente

desimportante, o que faz ressoar nestes textos um tom zombeteiro. A “utilidade” destes textos pode estar localizada na visão crítica machadiana em relação ao fato que serve de mote ao texto, e a “futilidade”, nos diversos temas neles introduzidos, num tom de conversa amena com o leitor. Nos dizeres de Arrigucci Jr., a crônica se apresenta como a “arte da desconversa: refinada, alusiva, muitas vezes maldosa e sempre irresistível” (1985, 48).

Em outro texto de 23/10/1859, denominado “A reforma pelo jornal”, o jovem Machado, atribui ao incipiente jornalismo brasileiro uma função revolucionária<sup>11</sup>. No jornal, a palavra impressa é tida por ele como responsável por promover a “discussão”, capaz de promover “a sentença de morte de todo o *status quo*, de todos os falsos princípios dominantes” (1997, 964).

Tendo como ponto de partida os fatos do cotidiano, as coisas miúdas do dia-a-dia, a crônica é entendida pelo escritor carioca, em texto de 01/11/1877, como nascida da conversa entre duas vizinhas, tidas como avós dos cronistas. Ela, geralmente, inicia-se por uma trivialidade, como num ciclo que se fecha: dos comentários sobre a temperatura (“que calor!”), passa-se aos fenômenos atmosféricos, às conjecturas acerca do sol e da lua, até as mazelas da febre amarela. É essa “arte da desconversa” de que nos fala Arrigucci Jr. o que imprime à crônica um ar descompromissado.

O colibri – metáfora utilizada por Machado de Assis para designar o folhetinista – é aquele pássaro que irá passear entre as diversas flores a fim de tirar-lhes a sua seiva. Sendo assim, o cronista é aquele que vai gozar da liberdade de passear em seu texto por assuntos diversos. Em crônica de 04/08/1878, na qual encontram-se presentes as designações do trabalho do cronista, o escritor nos alerta que para exercer tal ofício é preciso primeiro ter idéias, expô-las com acerto, vesti-las e depois apresentá-las ao público leitor. Segundo ele, na crônica cabe um pouco de tudo: “tons mais carrancudos”, “moral doméstica”, “solturas da Rua do Ouvidor” (1997, 395). Neste texto, a presença da opinião no texto jornalístico é defendida por Machado quando ele afirma que o ofício do cronista é espreitar os fatos e tomar partido deles, conforme o seu humor ou sua opinião.

---

<sup>11</sup> Oscilando entre o entusiasmo e a moderação, a crença de Machado de Assis na reforma da sociedade brasileira através do jornal vai acompanhá-lo durante toda a sua trajetória como jornalista. Para maiores informações sobre a reflexão machadiana a respeito das funções creditadas à prática jornalística no Brasil ver SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. *Machado de Assis, crítico da imprensa: o jornal entre palmas e piparotes*, 2005.

A possibilidade de promover reflexões e a presença da opinião do cronista, enquanto princípios fundamentais do gênero, podem ser encontrados nas crônicas que fazem parte deste trabalho quando ele, por exemplo, emite sua opinião a fim de promover reflexões acerca dos “falsos princípios dominantes” responsáveis por manter a escravidão brasileira, assim como imprime ao texto uma forte crítica à mentalidade escravista.

A ironia machadiana é um instrumento de interpretação das passagens nas quais o escritor irá se deter ao fazer metalingüístico. Em dois momentos distintos, ele atribui a esse gênero literário a narrativa do cotidiano, das coisas miúdas. Um deles data de 14/07/1878, quando afirma que a crônica é como a poesia: “ça ne tire pas à conséquence” (1970, 80). Neste texto, a crônica é vista como gênero menor, no sentido de tratar de fatos cotidianos; de adotar uma aproximação com o leitor, através da linguagem; de ser despretensiosa; ou, conforme teoriza Candido, de adotar o escritor um posicionamento que não é do alto da montanha, mas sim “do simples rés-do-chão”. No texto o cronista afirma:

Que sabes tu, frívola dama, dos problemas sociais, das teses políticas, do régimen, das coisas deste mundo? Nada; e tanto pior se soubesse alguma coisa, porque tu não és, não foste, nunca serás o jantar succulento e farto; tu és a castanha gelada, a laranja, o cálix *Chartreuse*, uma coisa leve, para adoçar a boca e rebater o jantar (1970, 80).

O caráter atribuído pelo escritor à crônica, na passagem acima, deve ser lido com certa desconfiança. Aparentemente cabe à crônica tratar dos assuntos triviais, das amenidades. Porém, quando analisamos este gênero produzido por Machado de Assis, percebemos que em meio às trivialidades entram sempre assuntos sérios, críticas políticas, farpas dirigidas às classes dominantes lançadas ao texto, imprimindo nele um olhar crítico, digno de um homem atento à sociedade de seu tempo.

Em outra passagem, de 04/08/1878, o narrador indaga-se: “Que monta uma página de crônica, no meio das preocupações do momento? Que valor poderia ter um minuete no meio de uma batalha, ou uma estrofe de Florian entre os dois cantos da *Ilíada*? Evidentemente nenhum” (1997, 394). Mais uma vez, Machado de Assis atribui ao gênero uma importância aparentemente menor, e o faz ironicamente, pois toma a confecção da crônica como assunto para o seu texto. Para Marcos Fabrício Lopes da Silva, em trabalho no qual analisa o fazer jornalístico do escritor carioca, a ironia e a tática dispersiva se constituem como elementos recorrentes na produção de Machado. De acordo com Silva:

“através da ironia, Machado de Assis aparentemente apresenta ao leitor a idéia de que a crônica é desnecessária para depois fisgá-lo, ao contar os bastidores da montagem da crônica” (2005, 54). O pesquisador afirma ainda que a tática dispersiva é um mecanismo utilizado por Machado de Assis que, em meio a uma série de amenidades, introduz um comentário sério e contundente a respeito de um tema considerado crítico e delicado: “enquanto o leitor se distrai com o noticiário ameno, de repente, é pego de surpresa pelo cronista, ao ser levado para o envolvimento mais sério com a realidade” (2005, 132).

Se a crônica nunca é o prato principal, se não passa de “sobremesa”, “uma coisa leve, para adoçar a boca e rebater o jantar” (1970, 80); se é a fusão do “útil e do “fútil” (1997, 959); se o cronista é o “confeiteiro literário” (1970, 80), e ao mesmo tempo o “colibri” (1997, 959); não seria a crônica machadiana uma “contação” de histórias e ‘estórias’ cujo objetivo é informar e entreter o leitor?

Não me parecem tão adocicadas assim aquelas nas quais o tema da escravidão e da abolição estão presentes. O humor, ele sim, relativiza a crítica feita pelo escritor nesses textos. A ironia também promove o disfarce daquilo que é “sério”, dando ao texto ares de “frívolo”. Em algumas das crônicas de Machado de Assis é possível visualizar as reflexões críticas do escritor em relação à instituição escravocrata, seus fundamentos, seus elementos de manutenção, suas mazelas, suas conseqüências; assim como é possível perceber a crítica do escritor no que se refere à forma como a abolição foi realizada no país, e suas conseqüências na organização do novo *modus vivendi* do negro liberto. Tudo isso pode ser captado em meio às aparentes trivialidades de seus textos. Enquanto homem de imprensa e homem de Letras que foi, soube associar essas duas instâncias na elaboração do gênero crônica.

### **O Fundo de Emancipação e a liberdade dos cativos**

Conforme ressaltado, a crônica é um gênero que se caracteriza pela variedade temática. Sendo assim, muitas vezes, faz-se necessário lê-la mais de uma vez para que se possa apreender o assunto, a partir da “costura” entre os vários temas presentes. Somado a isso, a ironia que se faz presente nos escritos de Machado de Assis pode nos direcionar a



leituras um tanto quanto superficiais e até mesmo equivocadas, a respeito das reflexões político-sociais do escritor em relação, principalmente, à abolição da escravatura.

Em crônica publicada na coluna “História de 15 Dias”, do jornal *Ilustração Brasileira*, em 01/10/1876, Machado nos apresenta uma variedade de assuntos recolhidos ao longo daquela última quinzena, enumerando-os a fim de indicar a mudança do tema. O cronista inicia o texto informando que o boi – enquanto assunto em pauta – concorreu paulatinamente com as vozes líricas, numa provável alusão à ópera de Wagner, intitulada *Os Três Sultões ou o Sonho do Grão-Vizir* que, mais à frente, irá aparecer no texto. Na segunda parte, fica mais claro o que fala o cronista: parece se tratar das discussões acerca do monopólio de criação bovina em Minas Gerais, a que o Paraná se opunha em nome da livre concorrência. Em tom de brincadeira, é dada voz à vitela (filha do boi e da vaca), porque, segundo ele: “a verdade fala pela boca dos pequeninos” (1997, 349). Ela, indignada, afirma ter lido no *Jornal do Comércio* um artigo no qual se levava em consideração os interesses dos produtores de gado, dos consumidores e dos intermediários, mas não mencionava o interesse do boi.

Na terceira parte, o tema é a comparação entre a Guerra da Sérvia, da qual duvida um amigo, e a já citada ópera. Já na quarta parte, o escritor tece elogios a um ilustre maestro brasileiro, reconhecido na Europa. No parágrafo seguinte o tema tratado em tom de chacota é o misticismo daqueles que acreditam em milagres. A parte sexta assim se inicia: “Agora, o que é ainda mais grave que tudo, é a eleição, que a esta hora se começa a manipular tem todo este vasto império. Em todo... é uma maneira de falar” (1997, 351). As reticências que aqui entrecortam a fala do narrador permitem-nos ler a primeira parte da sentença como uma afirmação a respeito da manipulação eleitoral, mas, ao lermos o comentário que se encontra depois delas, percebemos que sua certeza é relativizada, ironicamente. Na penúltima parte da referida crônica, o tema é o novo calçamento da Rua das Laranjeiras, o qual ocupa somente três linhas por não ser, segundo o cronista, de interesse geral.

Na última parte, a que nos interessa mais de perto aqui, o tema é exatamente as movimentações políticas e sociais que já assinalavam a necessidade de se extinguir a escravidão. A passagem assim se inicia: “de interesse geral é o fundo da emancipação”. Ao retomar, através da oposição, a última frase do parágrafo anterior, o cronista estabelece o

que deve ser de interesse geral, portanto, público, e o que não deve ser. O Fundo de Emancipação era uma arrecadação de recursos financeiros para a compra de cartas de alforria, tendo sido criado juntamente com a Lei Rio Branco, que popularmente ficou conhecida como Lei do Ventre Livre. Na data da publicação da crônica, 1875, segundo nos informa o cronista, o Fundo, apesar de alcançar apenas alguns municípios do Rio de Janeiro, já teria proporcionado a liberdade a duzentos e trinta escravos.

A Lei Rio Branco, de 28 de setembro de 1871, declarava a condição livre dos filhos de escravas nascidos a partir daquela data. Porém, os ingênuos, como, à época, eram denominadas estas crianças, deveriam permanecer sob os cuidados do senhor de escravos proprietário da mãe até a idade de oito anos. Depois disso, poderiam ser repassados a uma Instituição Pública, ficando sob os cuidados do Estado, ou poderiam permanecer junto da mãe até os vinte e um anos. Caso fosse esta a decisão tomada pelo proprietário da mãe da criança, ele poderia desfrutar da força de trabalho do ingênuo até a idade de 21 anos, quando, finalmente, seria considerado livre.

O artigo n.º 3, da referida lei, previa o estabelecimento do Fundo de Emancipação – um fundo de arrecadação fiscal destinado a conceder, paulatinamente, a liberdade aos escravos. Mantido através de impostos taxados sobre a compra, venda, transferência e registro dos escravos, bem como taxas sobre loterias, multas e contribuições por parte da sociedade civil, o Fundo se alimentava dessas cotas que, posteriormente, seriam distribuídas aos municípios de acordo com o número de escravos existentes neles.

Segundo observa o historiador Sidney Chalhoub (2003), a Lei do Ventre Livre se configurou como afrouxamento dos laços de força moral dos senhores em relação aos escravos, uma vez que ao Estado caberia intervir nessa relação privada, que se fundamentava no direito de propriedade. Uma metáfora utilizada pelos opositores da lei era a da “árvore da escravidão”, baseada num silogismo:

Os frutos pertenceriam às árvores.

A árvore pertenceria aos donos da propriedade.

Logo, os frutos pertenceriam aos proprietários.

Sob esse prisma, os filhos das escravas não poderiam nascer sob outra condição que não fosse a de cativo e, por isso, pertenceriam aos senhores de sua mãe.

A Lei de 1871, além de determinar a liberdade aos filhos das escravas, e de estabelecer o Fundo de Emancipação, determinou o registro dos escravos existentes no Império, no prazo de 01/04/1872 a 30/09/1872. Caso o escravo não fosse matriculado em tempo hábil, deveria requerer, na justiça, a sua condição de liberto, a menos que seu senhor provasse em juízo que a ausência de registro havia se dado por deficiência do serviço de matrículas.

Chalhoub, a partir de pesquisa nos documentos relativos à 2ª Seção da Diretoria de Agricultura do Ministério da Agricultura – chefiada por Machado de Assis, entre 1870 e fins de 1880 –, encontrou um parecer feito pelo escritor, na função de funcionário público, no qual se opunha à reabertura da matrícula dos escravos do senhor José Pereira da Silva Porto, que a solicitava, em 1876. Vejamos o texto que data de 21 de julho de 1876:

O argumento principal, que acho nestes papéis, favorável à negativa, é que as causas de que trata o art. 19 do regulamento não são a favor da liberdade, isto é, não são propostas pelo escravo, mas pelo senhor, *a favor da escravidão, – entenda-se, a favor da propriedade*. (...) Outrossim, convém não esquecer o espírito da lei. *Cautelosa, eqüitativa, correta, em relação à propriedade dos senhores, ela é, não obstante, uma lei de liberdade, cujo interesse ampara em todas as partes e disposições*. É ocioso apontar o que está no ânimo de quantos a tem folheado; desde o direito e facilidades da alforria até a disposição máxima, sua alma e fundamento, *a Lei de 28 de setembro quis, primeiro de tudo, proclamar, promover e resguardar o interesse da liberdade* (MACHADO DE ASSIS *apud* CHALHOUB, 2003, 219-20) (grifos meus).

A argumentação do texto acima parte do princípio de que a reabertura das matrículas não estaria sendo solicitada em favor da liberdade, mas da manutenção do direito de propriedade sobre os escravos, ou seja, pela manutenção do regime que a lei que determinava a matrícula e a criação do Fundo de emancipação desejava combater.

O princípio da lei, entendido pelo cronista de 1876 como marco histórico, será exaltado nesta crônica quando afirma que o Fundo de Emancipação é um assunto de interesse geral, lê-se público. Além disso, credita-se a ela o fato de ser “um grande passo na nossa vida”, ao se lamentar pelo fato da lei não ter sido promulgada antes e, nesse momento, alude à lentidão do processo de libertação de escravos no nosso país, já que a Lei

Euzébio de Queiroz, que determinou a extinção do tráfico negreiro, só foi instituída em 1850, e configurou-se como uma Lei para ‘inglês ver’. Logo depois, o cronista se felicita pelo aniversário da Lei e aguarda que ela venha a promover a liberdade total.

A fim de contrapor duas visões distintas a respeito de um mesmo fato, o cronista dá voz, neste texto, a um anti-abolicionista. A fim de dar visibilidade ao outro lado da história, o cronista traz ao texto o discurso de um certo conhecido seu, que suspira pelos tempos idos:

– Hoje os escravos estão altanados, costuma ele dizer. Se a gente dá uma sova num, há logo quem intervenha e até chame a polícia. Bons tempos os que lá vão! Eu ainda me lembro quando a gente via passar um preto escorrendo em sangue, e dizia: “Anda, diabo, não estás assim pelo que eu fiz!” – Hoje... (1997, 352).

Nesta passagem, na qual, explicitamente, a voz textual é a de um “anti-abolicionista”, percebemos que o saudosismo do personagem assenta-se na possibilidade de se açoitar o escravizado, quando tal atitude não sofria intervenções do Estado. Naqueles idos de 1876, a intervenção do Estado não se restringia à determinação de regras aplicáveis ao tratamento do elemento escravo, mais do que isto, ela era capaz de promover a liberdade destes, através da Lei de 1871. Enquanto o cronista comemora o Fundo de Emancipação e o aniversário da Lei do Ventre Livre, o outro, um senhor de escravos, já que usa a expressão “a gente”, ao se referir às sovas que, antes, podiam ser aplicadas nos cativos, sente-se ameaçado pela relativa “autonomia” dos escravizados. A expressão “escravos altanados” de que faz uso o personagem representa a consciência por parte destes dos ditames e das prerrogativas da lei. Sidney Chalhoub comenta que, em 1871, os escravos encontravam-se tão altanados que era comum existirem casos de “escravos que cometiam crimes – às vezes contra os próprios senhores ou seus prepostos – e corriam para a polícia, ao invés de fugir dela” (2003, 228).

No final do texto, depois de saudar os tempos idos e suspirar por eles, suspiro que interrompe o seu próprio discurso, à fala da personagem segue a do cronista: “E o homem solta um suspiro, tão de dentro, tão do coração... que faz cortar o dito. *Le pauvre homme!*” (1997, 352). O adjetivo que caracteriza o personagem, “pobre”, remete à estreiteza de sua visão de mundo do personagem – ou a “filosofia da ponta do nariz”, de que fala Chalhoub (2003) – já que se assenta no saudosismo em relação às pancadas que qualquer um poderia

distribuir aos escravos, num exercício perverso de dominação e ostentação do direito de propriedade.

A crônica, comentada por Magalhães Jr. (1957), é entendida como manifestação explícita de um partidário da abolição. O biógrafo a entende como um caso de tartufismo, em referência direta ao texto de Molière. A expressão incorporada ao texto de Machado “*Le pauvre homme!*” é repetida por Orgon, ao se referir a Tartufo, um beato fanático que se aproxima do burguês e vê nesta aproximação a possibilidade de tirar proveitos próprios da incipiente amizade. O comentário deixa explícita a ingenuidade de Orgon que vê em Tartufo um homem honesto, sincero, quase um santo; enquanto este corteja Elmire, a esposa de Orgon. Sendo assim, a intertextualidade presente na crônica machadiana nos permite fazer algumas aproximações: se o cronista é quem faz uso da expressão repetida por Orgon, então, o personagem escravocrata que suspira pelo passado é o próprio Tartufo: o impostor. Porém a ingenuidade atribuída a Orgon não pode ser endereçada ao cronista, pois a pobreza a que este se refere – “*Le pauvre homme!*” –, levando-se em conta o contexto da narrativa, marcado pela exaltação da Lei do Ventre Livre, refere-se ao atraso e ao desajuste da mentalidade escravista. O posicionamento crítico e irônico do escritor encontra-se dirigido à forma como os defensores da escravidão entendiam a Lei de 1871, ao representar um personagem saudoso dos tempos marcados pela não intervenção do Estado na relação entre senhores e escravos.

Chalhoub (2003) menciona esta crônica a partir de um movimento circular que iria da ironia e do sarcasmo à exaltação. Para ele, a primeira parte da crônica, escrita sob o pseudônimo de Manassés, pode ser lida como exaltação, por parte do narrador, enquanto o escritor por detrás deste permanecia com um sorriso desconfiado e irônico, já que, naquele aniversário da lei de 1871, a população de cativos libertos chegava a 230, em todo o país, enquanto o registro das matrículas indicava uma população escrava de 1,5 milhão de pessoas! A exaltação da referida lei estaria centrada na possibilidade lenta e gradativa de se conceder a liberdade a todos, conforme indica o narrador: “este foi um grande passo na nossa vida” (1997, 352) A leitura da crônica, feita pelo historiador, sugere uma mudança de tom, por parte do narrador, “que iria da habitual ironia ao elogio transparente da lei de 28 de setembro para retornar à ironia endereçada aos senhores no final” (2003, 229).

Entendo o texto como indicativo das primeiras impressões do escritor a respeito da política de intervenção nas relações entre senhores e escravos, proposta pela Lei do Ventre Livre. Neste sentido, faz-se necessário nos atermos à construção da personagem escravocrata, cujo discurso é posto em xeque pela expressão francesa retirada de Molière. Nesta crônica, dois discursos divergentes se encontram expressos: o do cronista, marcado pela exaltação da Lei do Ventre Livre, entendida como um grande passo rumo à abolição; e o do escravista, que suspira pelos tempos idos. Durante o desenvolvimento deste trabalho, será possível visualizar como a crítica machadiana à classe senhorial encontra-se pautada pelo desnudamento discursivo e pela crítica à mentalidade de seus representantes.

A comemoração do cronista a respeito da Lei de 1871 aparece como um dos tantos outros temas aos quais se dedica neste texto de 01/10/1876. Pode-se perceber nele a fusão entre o “útil e o “fútil”, enquanto elemento caracterizador do gênero, assim como é representativa da arte da desconversa. Tal procedimento localiza-se, por exemplo, na fala do personagem que, ao invés de exaltar a dita Lei, suspira por um passado marcado pelo exercício pleno do direito de propriedade do senhor sobre o escravo. Ao incluir na narrativa a fala deste personagem, o cronista desloca o foco do enaltecimento da Lei para a manifestação do discurso escravista, a fim de indicar os impactos deste na política de libertação dos negros.

Além disso, a crônica em questão configura-se como importante elemento indicativo do ponto de vista do escritor em relação ao processo histórico que vai desembocar na liberdade dos cativos. Percebe-se, pela junção dos textos e comentários selecionados que, tanto no exercício da escrita literária quanto no desempenho da função burocrática, Machado de Assis, promoveu questionamentos quanto à instituição escravista, partindo de princípios que a consolidavam.

À época do texto, como intencionei demonstrar, Machado de Assis dá crédito ao ideal que está por trás do Fundo de Emancipação e louva a libertação dos duzentos e trinta escravos, promovida pela instituição financeira.

Em outro texto, publicado em “Balas de Estalo”, em 23/11/1885, a partir da explanação de um pensamento comercial, que tem por finalidade expor as várias facetas da atitude filantrópica, o cronista nos apresenta um outro ponto de vista a respeito da liberdade dos escravizados.

### A crítica machadiana ao processo de emancipação

A série “Balas de Estalo”, publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, entre 1883 e 1886, contou com vários colaboradores que traziam para as folhas daquele noticiário comentários sobre política, religião, medicina, imigração, atuação da imprensa, dentre outros temas. A coluna era assinada sob pseudônimo pelos seguintes cronistas: Ferreira de Araújo (Lulu Sênior), Henrique Chaves (Zig-Zag e João Tesourinha), Demerval da Fonseca (Décio e Publicola), Capistrano de Abreu (Mercutio e Blick), Valentim Magalhães (José do Egito) e Machado de Assis (Lélio), além de outros pseudônimos ainda não identificados.

O uso de pseudônimo, segundo Ana Flávia Cernic Ramos (2005a), em estudo sobre a série em questão, não só servia para disfarçar a identidade do cronista, como também possibilitava a criação de narradores-personagens com características próprias, previamente definidas, e que davam aos textos uma certa coerência temática. O pseudônimo adotado por Machado de Assis, Lélio, remete ao personagem das peças *L'etourdi* e *Sganarello*, de Molière, datadas de 1653 e 1660, respectivamente, além de fazer referência aos acontecimentos mais imediatos da política imperial, naquele ano de 1883.<sup>12</sup>

A série se constitui como importante registro das discussões políticas e sociais dos últimos anos da Monarquia brasileira, tendo como principal ingrediente o humor no que se referia ao cotidiano da política imperial<sup>13</sup>. Segundo salienta Ramos (2005a), o objetivo maior de Ferreira de Araújo, um dos fundadores da *Gazeta de Notícias*, ao criar a série, era a construção de um espaço textual leve e acessível que apresentasse opiniões diversas, dando ao leitor uma visão multifacetada da cidade do Rio de Janeiro e do seu cotidiano.

---

<sup>12</sup> Ramos aponta que a presença da personagem de Molière, Lelic, relaciona-se ao contexto da entrada de Machado de Assis em “Balas de Estalo”. Segundo a estudiosa, em 21 de julho de 1883, Lafayette Rodrigues, Presidente do Conselho de Ministros, promovia, na Câmara dos Deputados, um discurso no qual mencionava um trecho da peça *Sganarello*, de Molière, na qual também constava a personagem Lelic. Tal fato tomou as folhas públicas, nas quais os jornalistas criticam o ministro e sua pseudo-intelectualidade gasta com os políticos, a fim de impressioná-los. Depois do fato, Lafayette ficou conhecido como “o ministro de *Sganarello*”. Em julho do mesmo ano, Machado entra para a série utilizando-se do pseudônimo Lélio, numa clara alusão à personagem de Molière, fazendo uso, em várias crônicas, da intertextualidade com o autor francês, enquanto crítica para o discurso exagerado dos homens públicos. Nos dizeres da estudiosa: “Molière, velho parceiro de Machado, nas crônicas, ajuda o cronista a definir melhor as características dessa nova personagem [Lélio], além de ser, possivelmente, referência clara e direta para os leitores aos acontecimentos mais recentes da política nacional” (2005a, 102).

<sup>13</sup> Para maiores informações a respeito da série ver também RAMOS, Ana Flávia Cernic. Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884), 2005b.

Segundo a estudiosa, essa aparente neutralidade foi muitas vezes relegada em nome de um posicionamento crítico dos narradores-personagens das crônicas, ao tratarem do regime monárquico e suas peculiaridades. Para Heloísa Helena Paiva de Luca, a configuração das “Balas de Estalo”, como balas de artilharia, na medida em que a matéria tratada pelos cronistas deveria assumir um tom agressivo, a fim de despertar a atenção e curiosidade dos leitores, foi logo substituída por um tom mais ameno, até mesmo “jocosos” e que poderia obter os mesmos efeitos da artilharia pesada (*apud* RAMOS, 2005a, 92).

O nome dado à série aparece como tema de algumas das crônicas nela publicadas. As “Balas de Estalo” podiam ser entendidas como “confeito”, “doces guloseimas”, textos divertidos e bem-humorados para entreter o leitor, mas se apresentavam como “balas que feriam”, “amargas como o fel”, ao trazer à tona críticas políticas e sociais nem sempre aprazíveis à maioria da população leitora. Dessa forma, estes textos transitavam entre o confeito e a artilharia, estando esta disfarçada naquela. Segundo aponta Ramos, “o principal sentido da série está, assim, na ambivalência instituída pelos cronistas, pois os narradores (...) nem sempre fazem aquilo que diziam fazer. Muitas vezes ofereciam ‘pólvora’ disfarçada de ‘açúcar’ ” (2005, 93-94).

O procedimento textual adotado por Machado de Assis na crônica de 23/11/1885 aproxima-se muito deste descrito pela estudiosa. Em determinado momento do texto, a ambigüidade da palavra “festim” dá ao texto um tom especial.

A crônica se inicia pela declaração do narrador em relação a um empreendimento comercial. Ele nos relata que, a exemplo de tantos outros, irá abrir um quiosque, restando-lhe ainda escolher o local. A todos era sabido que tal empreendimento tinha se tornado rentável, e que, no Brasil, este estabelecimento vinha sendo erguido com finalidades muito distintas daquelas empregadas na “capital de onde veio”.

O cronista salienta que, em Paris, o quiosque era utilizado para vendas de jornais, porém, no Brasil, tendo sido adaptado, foi apropriado por um “ativo cidadão” para venda de cigarros e bilhetes de loteria. Logo em seguida, a ironia machadiana já se manifesta quando o narrador faz uma afirmação ambígua: “parece, à primeira vista, que um negócio desses não há de deixar grandes fundos” (1997, 478).

A ambigüidade localiza-se nesta última palavra em relação ao restante da crônica. Os fundos ou rendimentos deixados pela instalação do quiosque vêm da venda de produtos



atrativos: o cigarro, a bebida, o bilhete de loteria – símbolos do vício, portanto, venda garantida e lucro certo. O outro significado que pode ser extraído da passagem mencionada diz respeito às taxas destinadas ao *livro de ouro*, no qual seriam contabilizadas arrecadações destinadas à promoção da liberdade dos escravos, no município do Rio de Janeiro.

Na crônica em questão, nos é informado que, para participar da concorrência à obtenção de um quiosque, foi imposto ao pretendente a contribuição de quinhentos mil réis ao *livro de ouro*. O narrador dá a entender que estaria havendo certo desvio de verba neste procedimento, ao afirmar que estes valores aparentemente não são doados diretamente à Câmara, mas algumas concessões são feitas a fim de que estes cheguem ao fim a que estariam destinados. Conforme nos é informado, o procedimento tem sido rentável, pois a última sessão da Câmara rendeu ao livro “uns seis contos”.

A partir destas explicações, o narrador mostra-nos o senão do método: a oposição entre a “filantropia real” e a “filantropia artificial”, que parecem crescer como flores localizadas lado a lado do mesmo jardim. Outras metáforas inscritas a fim de retratar o movimento dessas duas filantropias são: “sol artificial” e “vinhos artificiais”. Diante de tantos artificialismos, afirma o narrador: “creio que podemos ir aposentando a natureza. A natureza está ficando velha; e o artifício é um rapagão ambicioso” (1997, 478). Neste momento, podemos localizar uma crítica que aponta a substituição das coisas naturais, a filantropia real, pelas manifestações artificiais: a contribuição dada à Câmara não por simpatia com a sua política e intenção, mas com o objetivo de receber um quiosque em troca. Ou ainda, a necessidade de auto-promoção, através de um reconhecimento público ao assinar no *livro de ouro* a contribuição dada.

Esta última interpretação condiz com a declaração do narrador de que certo Sr. Conde de Mesquita fez uma doação anônima de dez contos. A ironia de Machado mais uma vez se manifesta: se a doação foi anônima, como poderia o cronista saber o nome do doador? Seria esta uma manifestação do artificialismo apontado anteriormente?

Para Machado, a necessidade de doar e chamar para si os holofotes irá, realmente, se configurar como uma prática individualista escondida por detrás de intenções benéficas. No texto, “a sede de nomeada” se sobrepõe à verdadeira filantropia.

Logo em seguida, aparece-nos uma passagem bastante instigante quando o narrador se refere aos valores destinados à emancipação: “Mas como o vinho puro não *chega para o festim da Câmara*, lembrou-se ela – e em boa hora – de aceitar o outro, considerando que no fim dá certo, e os escravos ficam livres” (1997, 479) (grifo meu). O vinho puro é uma metáfora para a “filantropia real”, ou seja, retrata a atitude de doar à Câmara pela finalidade a que o *livro de ouro* se prestava. Há duas possibilidades de interpretação dessa passagem. Machado mais uma vez faz um jogo de palavras capaz de nos levar a interpretações distintas, caso atribuamos dois significados para a passagem: “(...) chega para os festins da Câmara”.

Primeiramente, o cronista pode estar afirmando que os valores doados com a intenção de colaborar para a emancipação dos cativos não eram suficientes para os festins – entendidos como festas particulares, banquetes particulares.<sup>14</sup> Neste sentido, as doações verdadeiras eram insatisfatórias para garantir as festas promovidas pela Câmara entre os seus. Esta primeira interpretação passa a fazer sentido quando chegamos ao final da crônica e lemos o comentário do cronista a respeito do gerenciamento dos gastos públicos.

Diante da possibilidade do Sr. Comendador Malvino Reis tornar-se deputado, tido como um daqueles homens que “agüentam com as despesas públicas”, numa clara sátira ao exagero do discurso político, o narrador desabafa: “sinto-me aliviado, e posso dar mais um tanto para a festa da Câmara” (1997, 479). Tal passagem confirma a idéia de que o “vinho puro” é insuficiente para promover os festins da Câmara, reforçando a hipótese de que as arrecadações eram destinadas a particulares.

A segunda interpretação possível dar-se-á caso entendamos, novamente, o verbo chegar como sinônimo de bastar e, além disso, entendamos festim como “tiro falso”, tiro usado em simulações. Neste caso, como as doações verdadeiras, realizadas na intenção de conceder liberdade aos cativos, não eram suficientes na luta contra a escravidão, a Câmara trata logo de aceitar o outro vinho: as arrecadações oriundas da “filantropia artificial”.

Para Machado, não é a caridade, nem a real, nem a artificial, o que findaria com a escravidão, ao apontar para a ineficiência das políticas de emancipação. Nestas páginas de 23/11/1885, deparamo-nos com o ceticismo do escritor voltado para a questão histórica, ao

tomarmos conhecimento da seguinte conclusão do narrador: “Não; o mal da idéia é que, por mais que acudissem aos títulos, o dinheiro que se recolhesse não chegaria para um buraco do dente da escravidão” (1997, 478).

Nesta passagem, a reflexão crítica do escritor aflora no texto, a partir da construção discursiva calcada no jornalismo opinativo. Para Machado, em texto de 04/08/1878, uma das prerrogativas do bom cronista é, primeiro, “espreitar os fatos”, depois “tomar partido conforme o humor ou a opinião”, em seguida “ter idéias”, “expô-las com acerto” e, por último, “vesti-las, ordená-las, e apresentá-las à expectativa pública” (1997, 395). A apresentação dos fatos mescla-se, nas crônicas, à apresentação das coisas miúdas do dia-a-dia, imbuídas de um tom humorístico e zombeteiro, o que configura a “tática dispersiva” adotada pelo escritor carioca.

A crítica feita ao intuito de promoção da liberdade através de uma política regional encontra-se espalhada ao longo da crônica. A notoriedade pública e o ganho da licitação impulsionavam os interessados a contribuir, indiretamente, para a libertação dos cativos, não pela causa a que tal política se destinava, mas pelo desejo de lucro: seja ele financeiro ou pessoal. O cronista aponta que o senão do método de arrecadação da Câmara é o florescimento de uma “filantropia artificial”, que em nada beneficiaria os cativos, para logo a seguir apontar o caráter limitado daquele projeto. Por último, deita sua opinião ao texto quando afirma que tal procedimento “não chegaria para um buraco do dente da escravidão”.

De volta ao duelo entre a filantropia “artificial” e a “real”, podemos interpretá-lo também na distinção que hoje se faz entre a prática assistencialista e a solidária. Esta tem por objetivo amenizar as mazelas sociais a fim de liquidá-las, enquanto aquela tenta remediá-las, momentaneamente e, de certa forma, contribui para a sua perpetuação.

Até aqui, percebemos que a atitude benéfica em relação aos escravos, tal como apresentada nos textos de Machado de Assis, é representada como máscara que esconde intenções bastante individuais. Quer seja entendida ironicamente como “ato bonito”, quer como “filantropia artificial”, a prática paternalista configura-se como atitude típica dos senhores que permanece em constante diálogo com o direito de propriedade. A concessão de alforrias, enquanto prerrogativa exclusiva dos proprietários de escravos, antes da Lei Rio

---

<sup>14</sup> O dicionário apresenta duas entradas semânticas para a palavra *festim*: “1. festejo particular; pequena festa; banquete em família; pândega. 2. Cartucho sem o projétil, utilizado em instrução de tiro simulado: tiros de

Branco, de 1871, configurava-se como instrumento da Instituição escravista. Chalhoub aponta a recorrência da filantropia de fachada nos textos do escritor carioca e elucida o quanto o paternalismo reforça a manutenção do direito de propriedade. Entendida como “teoria do benefício”, “a filantropia real” tem como característica o anonimato. Porém nos textos machadianos ela apresenta outra finalidade: a notoriedade pública.<sup>15</sup> Segundo Chalhoub:

Nessa aproximação, muito presente na obra de Machado, o benefício aparece sempre subordinado ao cálculo econômico ou à “sede de nomeada”, praticado de maneira a acentuar o vácuo deixado pela crise da ideologia paternalista, ou evidenciar a sua apropriação por outras políticas de domínio (2003, 237).

Na citação acima, pode-se perceber que o princípio fundamental da atitude beneficente, que seria o ato anônimo de doar, está calcado, nos textos de Machado, no cálculo e na notoriedade pública, configurando-se como uma recorrência crítica do escritor em relação à prática paternalista e ao favor como forma de dominação dos escravizados e dependentes. Numa sociedade cujas relações são construídas sob o viés do interesse, os personagens machadianos são capazes de representar de forma verossímil essa prerrogativa. Sendo assim, o benefício e o favor – enquanto práticas paternalistas – encontram-se ligados às vantagens pessoais, representados como “filantropia artificial”, em outros textos de Machado que abordam esta temática.

Chalhoub (2003), em nota, chama a atenção do leitor para uma passagem contida no livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que é representativo da teoria do benefício, às avessas, formulada por Quincas Borba. Para o filósofo, o ato de doar faz cessar a privação do necessitado, que, logo depois, volta ao estado da indiferença. Para ele, “a memória da privação” se sobrepõe ao instante de oferta. Já para o benfeitor, a memória do benefício realizado permanece para sempre, e explica:

A persistência do benefício na memória de quem o exerce explica-se pela natureza mesma do benefício e seus efeitos. Primeiramente, há o sentimento de uma boa ação, e dedutivamente a consciência de que somos capazes de boas ações; em segundo lugar, recebe-se uma convicção de superioridade sobre outra criatura, superioridade no estado e nos meios; e esta é uma das

---

festim” (NASCENTES, 1988, 279).

<sup>15</sup> Um outro exemplo é a crônica de 19/05/1888, na qual a liberdade de Pancrácio é concedida com fins políticos. A referida crônica será analisada no item 2.1

coisas mais legitimamente agradáveis, segundo as melhores opiniões, ao organismo humano (1997, Cap. CXLIX).

Essa nova versão distorcida da teoria do benefício ilustra muito bem o pensamento daquele que dá em relação àquele que recebe. Nos textos de Machado de Assis, a filantropia vem sempre associada a uma necessidade particular do beneficiário, quer seja a manipulação, a notoriedade, a manutenção dos lugares sociais distintos ocupados pelos envolvidos, ou a cobrança do favor prestado. O ato caridoso faz aflorar naquele que o pratica a certeza da bondade que, quando relativizada por outrem, serve-lhe de exemplo positivo; o ar de superioridade, de que fala Quincas Borba, permite a visualização da distância que separa o benfeitor do protegido. Sob este prisma, a prática de atitudes pias nada mais é do que uma vertente da política do favor que mantém o protegido ligado ao benfeitor por amarras muitas vezes difíceis de serem desfeitas.

Diante da análise da crônica de 1885, em comparação àquela de 01/10/1876, percebemos a diferença do olhar de Machado de Assis em relação a duas políticas de promoção da liberdade: o Fundo de Emancipação e o “livro de ouro”. Naquela crônica, encontramos uma voz textual que se manifesta crente na proposta do Fundo, criado junto com a Lei do Ventre Livre, em 1871. Porém, nove anos após a publicação daquele texto, e quatorze anos após a aplicação da Lei Rio Branco, o ceticismo machadiano vem à tona, através da crítica à forma lenta como se promove a liberdade dos cativos no Brasil.

Até o momento, podemos perceber que a benemerência dos senhores para com seus escravos encontra-se ligada a alguma espécie de lucro para o benfeitor. Pio, em “Virginius”, dispensa aos seus escravos e a Julião um tratamento “amistoso” a fim de manter a lei naquele espaço rural. A matriarca do conto “Mariana” concedeu benefícios à “escrava quase senhora” a fim de modelar o seu comportamento e punir as atitudes inadequadas à condição cativa ocupada pela jovem. Já na crônica aqui analisada, a contribuição à Câmara tem como objetivo principal a abertura de um quiosque comercial e a notoriedade de fachada. Na próxima crônica que analisaremos, o ensejo de uma atitude benevolente para com Clarimunda, uma escrava de 65 anos, tem como finalidade a inclusão do nome do benfeitor nas folhas públicas.

## **Direito de propriedade e liberdade: ecos vindos de um mesmo lugar social**

Na crônica de 15/06/1877, o cronista irá criticar, ironicamente, a atitude de um homem que liberta sua escrava, Clarimunda, de 65 anos<sup>16</sup>. Naquela data, o escritor, através da voz narrativa, insere uma visão crítica da liberdade que poderia ser concedida pelos senhores aos escravos que já se encontravam na velhice.

Sendo a crônica um gênero que permite o relato do cotidiano, e por serem os cronistas considerados “benedictinos da história mínima e cavoqueiros da expressão oportuna” (1997, 394), o texto parte da contraposição entre a verdadeira e a falsa caridade para criticar a pseudo-benemerência daqueles que promovem a liberdade, tendo como intenção a notoriedade pública.

Ao trazer à baila a discussão sobre as práticas filantrópicas, o cronista adota a “arte da desconversa”, nos dizeres de Arrigucci Jr. (1985), ou a “tática dispersiva”, segundo Marcos Fabrício Lopes da Silva (2005), tratando de amenidades, mas sem deixar de dizer o essencial.

A crônica de 15/06/1877 inicia-se por uma trivialidade: a atuo-referencialidade do narrador, que atribui a si uma tarefa nunca conseguida por Diogênes – filósofo grego – que passava os dias a procurar um Homem. O narrador anuncia que irá apagar sua lanterna, pois encontrara o Homem que procurava e ordena a Diogênes, que vivia dentro de um barril e tinha por hábito sair, ao meio-dia, pelas ruas de Atenas, procurando um Homem, que apagasse a dele. Este afirmava não acreditar nos homens, pois há muito não encontrava um. Contrariando a concepção filosófica de Diógenes, a quem chama “procurador de

---

<sup>16</sup> Importante ressaltar que a Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe só foi promulgada em 1885, e a crônica de Machado data de 1877. Segundo Mendonça (1999), as discussões acerca do Projeto Dantas datam do início da década de 80, sendo que o mesmo só seria aprovado na Câmara em 15/07/1884. Pareceria pouco provável que naquela crônica Machado de Assis já estivesse fazendo a crítica de uma lei emancipacionista, cujo debate deu-se no início da década de 80 e que só viria a ser promulgada oito anos depois da publicação do seu texto, em 28/09/1885. Contudo, diante das inúmeras alusões históricas contidas na produção literária e jornalística do escritor, a idade de Clarimunda provavelmente não foi “escolhida” em vão, muito menos se apresenta como mera coincidência. A título de curiosidade, uma lei que se assemelhava à nossa de 1885, já estava em pleno vigor, em Cuba, naqueles idos de 1877... Conforme aponta Mendonça (1999), a Lei Moret, aprovada em 1870, promoveu a emancipação dos natiurnos e dos escravos com idade superior a 60 anos. É possível que Machado estivesse, naquele momento, antevendo “cousas” futuras..., baseado na historiografia oficial de outras nações. Nesta crônica, o autor constrói uma narrativa capaz de questionar o tipo de liberdade de que poderia gozar um ex-escravo, quando, aos 65 anos, seria considerado liberto, após passar quase uma vida inteira a serviço do regime escravista. Além disto, o cronista aponta a falência do discurso que toma tal ato como fato louvável.

impossíveis”, nosso cronista afirma ter encontrado um Homem – o que o filósofo havia procurado durante toda sua vida, ele encontrou sem esforços. Já no terceiro parágrafo do texto, o narrador esclarece: “E quando digo que o achei, erro; porque não o achei, não o vi, não o conheço; achei-o sem achar”. O enigma que o próprio cronista ressalta ter inserido na narrativa também irá se manifestar no final do texto. Enigma que, segundo nos alerta, será decifrado por aquele leitor que tem “queda para tais ocupações” (1997, 367).

O Homem a quem se refere o cronista é o benfeitor das órfãs da Santa Casa que havia feito uma doação de vinte contos de réis, advertindo aos administradores que nunca revelassem o seu nome. O benfeitor é qualificado como “homem do Evangelho”, dotado de “espírito de caridade”, cultivador do “desdém para com os clarins da fama”, uma vez que ele impediu que seu ato de bondade fosse a si mesmo atribuído, omitindo o próprio nome. A atitude anônima é glorificada como “verdadeira caridade evangélica”, “ação cristã” que inspirou em um dado amigo do cronista “um ato bonito” (1997, 367-8), a saber:

Tinha ele uma escrava de 65 anos, que já lhe havia dado a ganhar sete ou oito vezes o custo. Fez anos e lembrou-se de libertar a escrava ... de graça! Já isto é gentil. Ora, como só a mão direita soube do caso (a esquerda ignorou-o), travou da pena, molhou-a no tinteiro e escreveu uma notícia singela para os jornais, indicando o fato, o nome da preta, o seu nome, o motivo do benefício, e este único comentário: “Ações desta merecem todo o louvor das almas bem formadas (1997, 368).

O ato classificado como “bonito” e que se opõe ao “espírito de caridade” do benfeitor da Santa Casa é a liberdade de uma sexagenária. A ironia machadiana, localizada nessa contraposição, também se faz presente no comentário, localizado após as reticências, feito pelo cronista – “de graça! Já isto é gentil”. A ironia localiza-se, sobretudo, na expressão “gentil”, já que há a ressalva de que os serviços prestados por Clarimunda ao seu senhor haviam proporcionado a ele um lucro “sete ou oito vezes” maior que o valor que ele havia pago por ela. Sendo assim, o aparente enaltecimento da liberdade concedida só pode ser lido em tom irônico, pois, se a escrava havia proporcionado lucros ao seu senhor, por que seria gentil a atitude deste em libertá-la?

Na passagem citada, o recurso intertextual contribui para ilustrar o duelo entre a verdadeira e a falsa caridade. Para tanto, o cronista recorre à metáfora bíblica da verdadeira

benemerência, do Evangelho de Matheus, que assinala os preceitos do ato de caridade<sup>17</sup>. A alusão merece um tratamento detido. Passemos à leitura do texto bíblico:

Prestem atenção! Não pratiquem a justiça de vocês diante dos homens, só para serem elogiados por eles. Fazendo assim, vocês não terão a recompensa do Pai de vocês que está no céu. Por isso, quando você der esmola, não mande tocar trombeta na frente, como fazem os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, para serem elogiados pelos homens. Eu garanto a vocês: eles já receberam a recompensa. Ao contrário, quando você der esmola, que a sua mão esquerda não saiba o que a sua direita faz, para que a sua esmola fique escondida; e seu Pai que vê o escondido, recompensará você (Mt 6,1-4).

As notas de rodapé da edição consultada<sup>18</sup> informam que o termo justiça se refere a prática em relação aos outros (a esmola), a Deus (a oração), e a si mesmo (jejum). Nas palavras do discípulo e seguindo as orientação de Jesus, tais práticas só serão autênticas caso o praticante seguisse esses preceitos.

No conto, a mão esquerda do personagem não sabia do caso, somente a direita. Esta, a mão da destreza (aquela que, nos destros, como o nosso personagem, irá praticar a ação de ofertar), contrariando a orientação bíblica, irá escrever a notícia para o jornal, tornando público o que deveria estar restrito ao âmbito particular.

Ao voltarmos, mais uma vez, ao texto da Bíblia, na nota de rodapé da edição consultada, referente aos versículos citados, encontramos a seguinte observação: “a esmola é um gesto de partilha, e deve ser o sinal da compaixão que busca a justiça, *relativizando o egoísmo da posse*. Dar esmola para ser elogiado é servir a si mesmo e, portanto, falsificá-la” (Mt 6,1-4) (grifo meu).

Diante da notícia publicada nos jornais, sobre o ato de caridade do benfeitor da Santa Casa, o personagem da crônica desiste de mandar às folhas públicas o relato da atitude tomada, imaginando que o seu “ato bonito”, ou seja, libertar Clarimunda, não iria receber o mesmo tratamento elogioso daquele realizado pelo verdadeiro benfeitor. Faz-se interessante destacar que é o próprio personagem quem redige a notícia que mandaria aos jornais e toma o ato como um exemplo a ser seguido, quando assim finalizaria a notícia: “Ações desta merecem todo o louvor das almas bem formadas” (1997, 368).

<sup>17</sup> O diálogo entre o Evangelho de Matheus e a verdadeira e falsa benemerência foi citado por Xavier (1994, 54-5), porém seu foco é o personagem Cotrim, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que pratica a “caridade”, vislumbrando os clarins da fama.



Definitivamente, este comentário não é do cronista e sim do personagem! Antes de tornar público o “ato bonito” praticado, o *Jornal do Comércio* publica a doação anônima. Segue, então, a narrativa:

O meu amigo recuou; não mandou a notícia às gazetas. Somente, a cada conhecido que encontra acha ocasião de dizer que já não tem Clarimunda.  
 – Morreu?  
 – Oh! Não!  
 – Libertaste-a?  
 – Falemos de outra coisa, interrompe ele vivamente, vais hoje ao teatro?  
 (1997, 368).

A liberdade de Clarimunda está associada à notoriedade pública almejada pelo seu senhor. Por isso ele escreve a notícia aos jornais. Mas, antes, a doação anônima diminuiria a grandiosidade que o personagem atribui ao ato praticado, sendo assim, recua; mas a escrava já estava livre: ele já não a tinha. Ao ser questionado sob o destino desta, desvia o assunto, frustrado em seu intento. Diante do quadro exposto, e do diálogo interrompido, o cronista finaliza: “exigir mais seria cruel”. Depois de realizado o desmascaramento do personagem escravista, cujo comportamento se opõe ao ato do benfeitor da Santa Casa, e após toda uma discussão a respeito da oposição entre a verdadeira e a falsa caridade, sedimentada, inclusive, sob os preceitos cristãos, o comentário final passa a fazer mais sentido. A crueldade, sob o ponto de vista do narrador estaria localizada caso este explorasse a frustração do seu interlocutor.

Na verdade, o cronista encontrou um Homem (o benfeitor) e um homem cujo ato de caridade que atribui a si mesmo é libertar uma escrava de 65 anos. Porém, o que parece interessar mais ao cronista é estabelecer um paralelo entre as verdadeiras intenções por detrás de tais atos: contribuir financeiramente com uma instituição de caridade, responsável por manter crianças órfãs, no caso do doador anônimo; e fazer publicidade de si e chamar para si os clarins da fama, no caso do conhecido seu. Mas, somado a isto, o tom do relato que faz o cronista a respeito da atitude de seu conhecido – marcado pela ironia e pela galhofa – encontra-se marcado pelo questionamento do sentido que aquela liberdade poderia ter para a velha escrava.

---

<sup>18</sup> BÍBLIA SAGRADA (Edição Pastoral). Editora Paulus: São Paulo, 2001.

Toda a teorização a respeito dos preceitos cristãos da verdadeira caridade serve como pano de fundo para a crítica direcionada àquilo que o cronista denomina “caridade nas gazetilhas”, ou seja, a visibilidade pública a partir de um ato benemerente. A história da liberdade de Clarimunda serve para ilustrar tal comportamento. Não satisfeito, o cronista ainda direciona, nos interstícios textuais, críticas à mentalidade escravista da época.

Em outra crônica, publicada em 25/07/1864, o narrador deixa indícios textuais capazes de relativizar a prática filantrópica dirigida aos escravizados. O texto se inicia por conjecturas a respeito do uso que se tem feito das rosas, àquele momento destinadas à elaboração de um vinho especial no Sul do país. Como colibri que julga ser, o cronista questiona o fazer jornalístico quando este deixa de mencionar as casas comerciais da cidade do Rio de Janeiro que haviam sido multadas pelos fiscais, por fraude ou por venderem alimentos deteriorados. Segundo ele, quando as folhas informam a realização do trabalho do fiscal, estaria sendo prestado um serviço de utilidade privada, restaria, então, prestar um serviço de utilidade pública: informar aos leitores quais são as casas comerciais fraudulentas.

A fim de ilustrar a prestação de um serviço de utilidade pública, a partir de um aspecto bem privado, e individual, ele se refere ao fato de haver presenciado um leilão de bens semoventes, dentre estes, “uma pobre criancinha abrindo olhos espantados e ignorantes para todos” (1970, 62). Enquanto espectador do leilão, nosso narrador assiste a um “airoso duelo de filantropia” (1970, 63). Quando a criança escrava foi levada à oferta, travou-se uma luta pela posse da pequena, o que fica explícito nas escolhas vocabulares do nosso engenhoso escritor: “o meu indivíduo cobria os lanços com *incrível desespero*, a ponto de por *fora de combate* todos os pretendentes, exceto um que *lutou* ainda por algum tempo, mas que afinal teve de ceder” (1970, 63) (grifos meus). Quando o vizinho do narrador deu o último lance, o preço da menina era bastante alto, e o comprador bradou em alto e bom tom: “– É para a liberdade!” (1970, 63).

Antes do duelo, o filantropo, ao saber que o homem a seu lado era um jornalista, deixou escapar uma exclamação: “- Ah!”, a que completa o narrador: “estava longe de conhecer o que havia neste – ah! – tão misterioso e tão significativo” (1970, 63). Tal comentário do cronista tem a capacidade de relativizar a atitude benemerente do comprador da menina escrava. O narrador dá a entender que o duelo travado só existiu porque havia ali

um homem de imprensa capaz de promover notoriedade ao benfeitor da escrava, através da publicação, no jornal, da atitude nobre que havia tomado. Mais uma vez, o tema da distinção entre a verdadeira e a falsa caridade se faz presente em um texto que cuida de aspectos do sistema escravista. Assim como na crônica de 15/06/1877, a atitude aparentemente filantrópica do dono da escrava é questionada por uma voz narrativa capaz de revelar que a atitude de interesse público (a libertação da cativa) camuflava um desejo estritamente privado: a notoriedade social.

Nas duas primeiras crônicas que constituem este item da dissertação, “Histórias de Quinze Dias”, de 01/10/1876; “Balas de Estalo”, de 23/11/1885, percebemos que a leitura do escritor Machado de Assis, manifestada através da voz de seus narradores, a respeito das possibilidades de libertação dos escravizados, promovida pela Lei de 1871, vai da exaltação à crítica pautada pela ironia. Considerando o texto de 01/10/1876, percebemos que a mão machadiana por detrás da do narrador nos conduz ao entendimento de que ali encontra-se representado um elogio do escritor àquela Lei, entendida enquanto primeiro passo para a libertação total dos escravos. Por outro lado, como não poderia deixar de ser, em se tratando de Machado de Assis, um outro elemento deve ser destacado: a ironia. Ela está expressa no comentário do narrador, a respeito do saudosismo do personagem representante da classe senhorial, quando suspira pelos tempos idos: “*Le pauvre homme!*”

Já na crônica de 23/11/1885, o elogio à Lei do Ventre Livre e à prática levada a cabo pelo Fundo de Emancipação é substituído pela crítica do escritor em relação à ineficiência da legislação, no que tange à libertação dos cativos, além de deixar subentendido o desvio das verbas destinadas às manumissões. O discurso crítico do escritor localiza-se na declaração de que o dinheiro arrecadado pela Câmara e destinado ao *livro de ouro* não seria suficiente para a compra de alforrias de uma pequena parcela de escravos. Sendo assim, a concessão de liberdade é retratada como um tiro falso na Instituição Escravocrata.

Já no texto de 15/06/1877, mais uma vez o personagem proprietário da escrava Clarimunda é representado de forma a ter suas verdadeiras intenções escondidas por detrás do discurso filantrópico, desvendadas por uma “armadilha” discursiva construída pelo próprio narrador. É ele quem inicia o diálogo que fará o personagem desviar o assunto ao redor da libertação de Clarimunda, para tratar da ida ao teatro naquele dia. O

desmascaramento, enquanto tática utilizada pelo escritor, a fim de demonstrar os interesses por detrás das relações humanas, parece ser um mote em seus romances da dita segunda fase que também está presente nas crônicas. Arrisco-me a dizer que nelas tal estratégia torna-se ser ainda mais contundente e reveladora, mas substancialmente disfarçada pela variedade temática dos textos e pelo caráter ficcional-jornalístico que pode ser atribuído ao gênero.

### **1.3 – “Pai contra mãe”: memórias de um narrador da escravidão**

Este item terá como foco de análise o conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, a fim de demonstrar como a escravidão, enquanto instituição social, encontra-se ali representada. Nele, é possível perceber a representação dos instrumentos de coerção social que visavam manter a ordem, assim como, pela voz narrativa, pode-se entrever o questionamento deste ordenamento social, a partir da revelação do funcionamento do regime escravista em seus meandros.

Publicado no volume *Relíquias de Casa Velha*, em 1906, livro feito de “relíquias, lembranças de um dia ou de outro, de tristeza que se passou, da felicidade que se perdeu” (1997, 658), o conto também é marcado pelas lembranças de um narrador disposto a contá-las tempos depois, como podemos perceber no início da narrativa: “a escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais” (1997, 659). A esses tempos de escravidão, marcados, sobretudo, pela manutenção do direito de propriedade do senhor sobre o escravo, visto enquanto mercadoria, e pela necessidade de inclusão social do homem livre, seremos levados pela voz narrativa. A história reflete um contexto de luta de todos contra todos, marcado pela exploração do homem pelo homem, e por isso dialoga com a teoria do Humanitismo, expressa no livro *Quincas Borba*, e que se configura como chave para a interpretação da sociedade oitocentista, naquele romance.

Antes do estudo do conto em questão, faz-se necessária uma contextualização teórica. Para tanto, o ensaio “As idéias fora do lugar”, de Roberto Schwarz (2000a), torna-se fundamental por promover a elucidação dos conceitos “direito de propriedade” e “favor”, no conto em questão. O contexto histórico europeu, no século XIX, encontrava-se marcado pela “liberdade do trabalho”, “igualdade perante a lei” e pelo “universalismo”, conceitos que camuflavam uma realidade marcada pela exploração do proletariado. Tais idéias, proliferadas no Brasil, chocavam-se com a realidade do país, marcada pelo trabalho escravo. Sendo assim, conforme aponta Schwarz, a prática liberal européia nada mais era do que um discurso vazio, enquanto, no Brasil, era duplamente vazio. Conforme ressalta o crítico, os postulados da civilização burguesa tinham como preceitos: “a autonomia da pessoa”, “a universalidade da lei”, “a cultura desinteressada”, “a remuneração objetiva” e a

“ética no trabalho” – princípios aos quais se opunham tanto a prática escravista quanto o cultivo das relações do favor que marcavam a realidade brasileira.

Da composição teórica realizada por Schwarz, o destaque dado às facetas do direito de propriedade e ao favor são relevantes para a interpretação proposta para o conto. Em Machado de Assis, e particularmente em “Pai contra mãe”, esses dois princípios revelam-se como faces de uma mesma moeda que, regidos pela classe dominante, possibilitam a ela o exercício do poder e do mando. Neste contexto, tanto escravos quanto homens livres vêm-se, de alguma forma, dependentes daqueles que compunham o primeiro estamento social. Nos dizeres do crítico: “ao contrário do que geralmente se pensa, a matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência” (2000a, 31). Sendo assim, a aproximação entre esses dois princípios que marcam a história brasileira pode ser vislumbrada em “Pai contra mãe” enquanto “narrativa historicamente formada”.

A teorização proposta por Alfredo Bosi, em *Dialética da colonização* (1992), se opõe àquela realizada por Schwarz, por revelar que a coexistência de práticas liberais e do regime escravocrata não passa de um paradoxo apenas verbal, já que o liberalismo conservador, tal como praticado no Brasil até 1868, pautava-se pelos interesses da classe economicamente dominante: os proprietários de escravos e latifundiários. Para estes, a abertura do mercado externo para os produtos brasileiros só se configuraria como possibilidade concreta se houvesse a mão-de-obra escrava para a execução do trabalho. Portanto, Bosi não vislumbra a antítese localizada por Schwarz entre o liberalismo e o escravismo, mas entende estes termos enquanto recursos da ideologia escravista. Neste sentido, o nosso liberalismo, da primeira metade do século XIX, pautava-se pela conservação da liberdade de produzir, vender e comprar, o que implicava a manutenção da liberdade de submeter o escravo ao trabalho, perante a legislação em vigor.

Ao tomarmos a obra machadiana como um todo, a representação da ideologia escravocrata nela presente aproxima-se da teorização proposta por Bosi, inclusive no que se refere à mudança do ponto de vista da oligarquia, ao longo da história, a fim de manter seus próprios interesses. Esta alteração é ilustrada pelo crítico quando expõe os discursos políticos assumidos por Nabuco de Araújo, em 1854, como solicitante da revogação da lei que proibia o tráfico de escravos; e como proliferador da ilegitimidade da escravidão

brasileira, dez anos depois. Tal oposição discursiva até lembra um dos personagens machadianos, da crônica de 19/05/1888, que toma para si o discurso da liberdade, mas não o efetiva na convivência com o escravizado.

Por ora, a teoria proposta por Schwarz, no que se refere aos princípios regentes das relações entre os três estamentos sociais dos oitocentos, encontra-se mais adequada à análise de “Pai contra mãe”. Portanto, faremos uso de suas conceituações a fim de elucidarmos o conto, sob o viés da luta travada entre Cândido Neves (o homem livre e pobre) e Arminda (a escrava).

“Pai contra mãe” se inicia pela descrição dos instrumentos que visavam garantir o funcionamento da instituição escravista:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas (1997, 659).

No início do texto já é possível inferir a posição temporal ocupada pelo narrador, quando, em 1906, tira do esquecimento suas memórias da escravidão. O mesmo procedimento será adotado por Conselheiro Aires, narrador-personagem do último romance Machadiano, *Memorial de Aires*. Neste sentido, parece querer indicar que a instituição, extinta há dezoito anos, deixou impressas suas marcas na sociedade brasileira, num movimento de perpetuação da mentalidade que via o negro como ser inferior.

A descrição dos instrumentos relacionados à manutenção do escravismo, somada à indicação da finalidade que tinham, proporcionam ao leitor do conto a visualização do funcionamento daquela instituição, já que tais aparelhos encontravam-se ligados à punição pela má conduta, funcionando também como instrumentos capazes de manipular o cativo para que tivesse comportamentos mais desejáveis. Aos olhos do senhor, a funcionalidade da máscara de folha-de-flandres, por exemplo, servia tanto para a punição quanto para inibir o vício do álcool e, conseqüentemente, o roubo. A leitura da primeira parte do conto poderia nos levar a interpretações equivocadas a respeito do ponto de vista do narrador.

Nesta passagem, ele adota uma fala que, aparentemente, se aproxima da mentalidade escravista para, logo, após, tecer o comentário capaz de indicar o seu *locus* discursivo: “mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco e muita vez o cruel” (1997, 659).

O conto narra a história de Cândido Neves, um rapaz que diante da dificuldade de encontrar um emprego que lhe garanta o sustento de sua família, composta por sua jovem esposa, Clara, pela tia desta, Mônica, e por um filho que estava sendo gerado, vê, no ofício de “capitão-do-mato”, uma atividade rentável e que dele exigiria pouco esforço. Vivendo de favor numa casa cedida, comendo pouco e mal, o personagem encontra na função que passa a exercer uma solução capaz de remediar momentaneamente a difícil situação na qual se achava. Diante da instabilidade do ofício, Tia Mônica sugere que o casal entregue o filho à roda dos enjeitados, para que seja acolhido e não passe necessidades. Desesperado, com o filho nos braços e na iminência de entregá-lo à roda, Cândido Neves reconhece, na rua, Arminda, uma escrava que havia fugido de seu senhor, cuja captura seria recompensada em 100 mil réis. De posse da fugitiva, ele a entrega a seu dono, quando esta, grávida, aborta o filho perante os olhos atônitos dos dois. Com a recompensa recebida, o personagem volta para casa com o filho nos braços, entre beijos, enquanto reflete: “nem todas as crianças vingam” (1997, 667).

O título do conto – “Pai contra mãe” – é indicativo da luta travada entre Cândido Neves e Arminda a fim de garantir a sobrevivência dos respectivos filhos. Ela almejava dar a luz a um filho livre, por isso havia fugido do domínio do senhor que a tinha, e que teria o filho que estava sendo gerado, enquanto propriedade. Já Cândido Neves só poderia garantir a permanência do filho recém-nascido junto à família caso conseguisse algum dinheiro para diminuir a miséria dos seus. Para Bosi (1982), o título possui um sentido mais amplo, já que a narrativa ilustra ainda uma luta de todos contra todos, já que a aquisição de bens econômicos requer o subjugo do outro.

Após este pequeno intróito, faz-se necessário ler o conto em questão a partir dos pilares que regiam a relação entre os personagens representativos dos três estamentos da sociedade daquele tempo. Neste texto, o proprietário de Arminda, Cândido Neves e a cativa representam, respectivamente, a oligarquia escravista, o homem livre e a casta de escravos. É a partir das relações construídas entre estes personagens, baseadas na manutenção da



propriedade, no favor e no desejo de liberdade que se constrói a narrativa. Neste sentido, “Pai contra mãe” espelha a sociedade estratificada do século XIX. A fim de se ressaltar a representação da sociedade escravista no conto em questão, a análise detalhada de cada personagem que compõe a narrativa torna-se necessária.

Cândido Neves, antes de exercer o ofício de capturar escravos fugidos, havia tentado atuar no comércio, trabalhou como fiel de um cartório e também como entalhador, “mas querendo aprender depressa, aprendeu mal”, e estes trabalhos foram deixados logo depois de serem obtidos (1997, 660). A ausência de uma profissão leva o personagem a tentar exercer vários ofícios, aos quais não se prende, o que é representativo da desvalorização do trabalho no contexto da sociedade escravista, visto que as atividades produtivas e o trabalho braçal eram predominantemente desempenhadas pelo elemento escravo. Por isso, comenta o narrador que para o personagem: “a obrigação de servir, porém, de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho” (1997, 660). Sendo assim, tais funções eram vistas como pejorativas e desabonadoras, por isso, nos dizeres de Octávio Ianni: “os homens livres fogem das atividades manuais, contaminadas pela casta dos escravos” (1988b, 162).

Se o trabalho manual era capaz de aproximar o homem livre do elemento escravo, o novo ofício, a que se dedica Cândido Neves, distancia-o daquele, colocando-os em lados opostos. A captura de escravos fugidos, enquanto atividade financeira e ofício de um momento histórico, constitui-se como exercício de manutenção do direito de propriedade do senhor sobre seu escravo, manutenção esta que, diante da fuga, passa a ser garantida pelas mãos do homem livre. A escolha de tal ofício é assim justificada pelo narrador:

Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que sentia rijo para por ordem à desordem (1997, 660).

As hipóteses levantadas condizem com a situação em que se encontrava Cândido Neves. A ausência de um ofício certo já havia sido indicada pelos trabalhos a que se dedicou, sem, contudo, adquirir uma profissão. A pobreza da família seria agravada pelo nascimento do filho, o que tornaria maior a necessidade de obter um rendimento. O acaso proporcionava ao personagem deparar-se com os fugitivos e reconhecê-los imediatamente,

o que lhe assegurava o recebimento pelo serviço. O gosto de servir à ordem escravista dava ao personagem “um encanto novo”, pois lhe exigia pouco.

Segundo Terezinha Mucci Xavier (1994), há dois tipos de homens livres representados na obra machadiana: personagens com alto grau de orgulho e que por isso se recusavam à sujeição de servir, e aqueles que tendiam à servidão. A estudiosa destaca que em ambos o favor configura-se como responsável por intermediar as relações entre os favorecidos e os beneficiários. Neste sentido, as atitudes adotadas por Cândido Neves podem ser enquadradas, em momentos distintos, nas duas categorias propostas por Xavier. Segundo nos informa o narrador, ele tinha seu orgulho ferido ao servir aos outros, na atividade comercial, enquanto tinha certo gosto em servir à classe senhorial, restituindo a ela a propriedade perdida. Para a estudiosa: “o favor confere à ficção machadiana estatuto de realidade, pois refere-se ao contexto sociocultural” (1994, 117).

O desejo de subir um degrau na escala social e, assim, localizar-se mais distante do estamento ocupado pelos cativos pode ser vislumbrado na passagem em que Candinho, enquanto procura a escrava fugida, interpela um comerciante e pergunta a ele se havia visto passar pela redondeza uma escrava com determinadas características. Neste momento, destaca o narrador: “parecia falar como o dono da escrava, e agradeceu cortesmente a notícia” (1997, 665). Situados entre a oligarquia e os escravizados, os homens livres desejam se aproximar daqueles e, para tanto, precisam se afastar destes. Para que tal aproximação se dê, a construção de relações de favor torna-se indispensável.

Na produção literária de Machado de Assis muitos são os homens livres a ocupar o lugar de agregados de famílias patriarcais: Julião, em “Virginus (narrativa de um advogado)”; José Dias, em *Dom Casmurro*; D. Plácida, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, dentre outros. Eles têm em comum o fato de serem destituídos de bens materiais; de não possuírem meios próprios de sobrevivência; de viverem de favor, em determinada casa, prestando serviços aos donos; de possuírem a marca da submissão.

Mesmo não sendo agregado, o lugar ocupado por Cândido Neves na narrativa em questão encontra-se marcado pela pobreza, pela ausência de uma profissão, pelo desemprego, pelas relações de favor, o que faz com que seja um representante dos homens livres localizados no regime escravista. Situados entre a oligarquia e a casta de escravos, os homens livres ocupam um não-lugar social, conforme ressalta Maria Sylvia de Carvalho

Franco: “homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade” (1983, 14), o que pode ser verificado nos vários ofícios desempenhados pelo personagem, sem que se dedicasse efetivamente a algum deles. No entanto, Cândido Neves sente-se um colaborador ao assumir o novo ofício, enquanto o desejo de “por ordem na desordem” e de se afirmar perante o cativo alimentavam o seu orgulho.

Enquanto ofício próprio de um tempo, apanhar escravos fugidos encontrava-se ligado à manutenção do direito de propriedade sob o escravizado. A função de Cândido Neves é devolver ao senhor o bem que lhe havia escapado, por isso, vinha a recompensa financeira. O exercício da captura de fugitivos tinha como elemento facilitador e divulgador os jornais da cidade, conforme ressalta o narrador:

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha a promessa: “gratificar-se-á generosamente”, – ou “receberá uma boa gratificação” (1997, 659).

A menção feita por Machado de Assis, nesta passagem, espelha uma prática muito comum àquele tempo. A aproximação entre os elementos descritivos incluídos no conto e um anúncio publicado em 1885 dão ao texto a verossimilhança narrativa:

Fugiu do Bacachery, no dia 10 do corrente, um escravo, pardo claro, de nome Fructuoso, de 28 a 29 anos de idade, alto e bastante reforçado, barba cerrada, com uma cicatriz em uma perna de um golpe de faca, e fala muito bem; quem o levar a seu senhor José Leandro Borges, no Bacachery, receberá 50\$000 de gratificação.<sup>19</sup>  
*O Dezenove de Dezembro*, Anno II, nº 25, Curitiba, 19/9/1885.p.3  
 (apud IANNI, 1988b, 128)

Ao recolher alguns destes anúncios e analisá-los, Ianni tece o seguinte comentário:

Como se vê, os anúncios revelam não apenas a técnica de controle e definição da posição do escravo, ao mesmo tempo, como também o tratamento dispensado pelos senhores. As marcas físicas de maus tratos são sempre mencionadas, para facilitar a identificação. A condição inferior do cativo possibilita um tipo de tratamento sub-humano que às vezes se traduz em estropiamentos (1988b, 128-9).

---

<sup>19</sup> O anúncio teve seu português atualizado.

O tratamento sub-humano a que se refere o sociólogo pode ser contemplado na narrativa. Para realizar o ofício, Cândido Neves fazia uso da força física e da agilidade possuídas. Às vezes, tomado pela cegueira da necessidade, ele se enganava e capturava um liberto. Noutras vezes, travava-se uma luta entre os envolvidos, a ponto de sair dela ferido, tamanha era a sua necessidade financeira e a ânsia de liberdade do fugitivo. Mas, conforme ressalta o narrador, o personagem geralmente vencia o fugitivo sem o menor arranhão, apesar de toda a resistência deste.

Sob a marca da pobreza e da dependência do favor localizam-se, ainda, Clara, a jovem esposa de Cândido Neves, e Tia Mônica. A moça órfã vivia com a tia numa casa simples. Porém, desejosa de casar, conhece Cândido Neves em um baile, logo depois a ele se une, passando a viver os três numa casa alugada. Ao longo da narrativa e diante das intempéries da vida pobre, a limitação da visão de mundo da personagem nos chama a atenção. Diante da ausência de comida à mesa, clama “- Nossa Senhora nos dará de comer” (1997, 661), quando a família encontrava-se sem teto, cria: “Deus nos há de ajudar, titia” (1997, 662). Clara é guiada pela vida e passa a narrativa a esperar uma solução divina para a situação miserável na qual se encontrava.

Tia Mônica, consciente da pobreza a que estava destinada, alerta o casal sobre a vida escassa que teriam e, inicialmente, opunha-se ao casamento, até ver nele a possibilidade de uma festa, afeita que era a “patuscadas”, e possivelmente uma chance de mudar de vida, através do trabalho que poderia ser, um dia, exercido pelo jovem esposo de sua sobrinha.

Os laços de dependência marcavam aquela família: Tia Mônica, de certa forma, dependia da contribuição financeira dada por Candinho para a manutenção da casa. Clara dependia de ambos, e da intervenção divina. A criança recém-nascida dependia de todos, inclusive para viver junto à família, já que poderia ter sido entregue à roda. É a prática do favor que permite à família, despejada da antiga casa alugada, ter um novo lar: “o aposento de favor”, onde viviam graças à boa ação da proprietária do imóvel. O novo ofício desempenhado por Cândido Neves só tinha razão de existir diante da manutenção do regime escravocrata. A certa altura da narrativa, o trabalho exercido pelo personagem já não lhe garante os mesmos dividendos:

Um dia os lucros entraram a escassear. Os escravos fugidos não vinham já, como dantes, meter-se nas mãos de Cândido Neves. Havia mãos novas e hábeis. Como o negócio crescesse, mais de um desempregado pegou em si e numa corda, foi aos jornais, copiou os anúncios e deitou-se à caçada. No próprio bairro havia mais de um competidor (1997, 661).

Enquanto “ofício do tempo”, a captura de escravos fugidos configurava-se como uma saída para muitos daqueles que se encontravam inaptos para o exercício de um outro trabalho, desempregados, marcados pela pobreza e pela necessidade. Na segunda metade do século XIX, tempo ao qual se refere o narrador, Cândido Neves enfrentava a concorrência no exercício de seu novo ofício.

A escravidão, enquanto instituição social, encontrava-se calcada em alguns princípios responsáveis pela sua manutenção e por justificar a sua existência. Um deles é o direito de propriedade, segundo o qual o escravo era tido como mercadoria e instrumento de trabalho, portanto, podendo ser vendido, comprado ou até mesmo ser incluído no espólio familiar. Sendo assim, os negros, tidos como bens semoventes, eram associados aos demais bens deixados pelo morto, a fim de que fossem divididos pela família. Na obra machadiana são muitos os exemplos dessa prática: Quincas Borba deixa a Rubião todos os seus bens, dentre eles um pajem. Quando do falecimento do pai de Bentinho, no testamento constavam os escravos da família, dentre outros bens. Assim como ocorre com Luiz Garcia que lista o cativo Raimundo entre os bens a serem herdados.

A narrativa de “Pai contra mãe” nos indica uma outra faceta da noção de propriedade, ao mostrar que era este princípio também responsável por moderar a ação dos senhores no uso dos aparelhos punitivos e das pancadas: “o sentimento de propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói” (1997, 659). O escravo espancado, impossibilitado de trabalhar, passava a ser um prejuízo para o seu dono.

Depois de descrever os aparelhos ligados à escravidão, dois comentários do narrador tornam-se importantes para o entendimento do seu ponto de vista, no primeiro deles, já citado, a manutenção da ordem social e humana, enquanto princípio escravista, impera sob o signo da crueldade e do grotesco. A restituição da propriedade feita por Cândido Neves, quando entrega Arminda amarrada ao seu proprietário, mesmo tendo esta lhe pedido que a deixasse livre por estar grávida, denuncia não só o ignomínia da posse sob

o ser humano, como também a crueldade por detrás da manutenção da “ordem social” desejada.

A outra passagem localiza-se logo após a descrição dos aparelhos escravistas, sendo um deles a máscara de folha-de-flandres, quando a voz narrativa indica a intenção e o tom do texto: “Mas não cuidemos de máscaras” (1997, 659). A ambigüidade da expressão leva-nos a duas possíveis leituras. Ele poderia estar se referindo à própria máscara de folha-de-flandres descrita, como também às máscaras sociais. Partindo desta possibilidade, podemos interpretar que a escravidão e seus princípios serão desmascarados a fim de revelar a crueldade presente na base desta instituição social. Neste sentido, as máscaras sociais são deixadas à margem dando lugar à lógica de dominação, pautada pela manutenção da propriedade e pela política do favor. Cada um dos personagens ocupa um lugar social – senhor, homem livre e escrava – de onde partem em busca daquilo que lhes falta: Arminda deseja proporcionar a liberdade que não tem ao filho que traz no ventre, Candinho objetiva adquirir uma renda que lhe garanta poder manter o filho perto de si, já o escravocrata deseja ver restituído o bem semovente que lhe escapou.

O personagem proprietário de Arminda toma duas únicas atitudes no conto, uma delas é anunciar a fuga de sua escrava, já que é através dos jornais que Cândido Neves toma conhecimento do fato. A outra é pagar pela restituição de sua propriedade.

Arminda, desejosa de romper as amarras que a prendiam, foge e, quando capturada por Cândido Neves, clama: “– estou grávida, meu senhor! Exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço” (1997, 666). Mal sabia ela que ao capturá-la ele se agarrava à última alternativa para manter o seu filho perto de si. O discurso de Arminda e o de Clara se aproximam: aquela clama a Cândido Neves, o único capaz de salvar a ela e ao filho, naquele momento, e possibilitar a liberdade deles; enquanto esta roga a Deus para que a livre da miséria.

Ao ser levada àquele que a tinha enquanto propriedade, Arminda tenta convencer Cândido Neves a soltá-la, a que este responde: “Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois?” (1997,666). Ao ser entregue, a escrava aborta o filho que trazia no ventre, perante os olhos desesperados do dono. O historiador Valdeci Rezende Borges (2001) atribui o desespero do proprietário de Arminda, diante do aborto, ao

sentimento de propriedade deste em relação à perda que significava a morte do filho da escrava.

É possível se estabelecer ainda uma aproximação entre Cândido Neves e Arminda, já que um é dependente do senhor, no que se refere ao ganho financeiro, enquanto a outra é propriedade deste. Ambos travam uma luta inglória pela sobrevivência de seus filhos, porém, nesta luta, só há um vencedor, conforme justifica ironicamente o narrador no final do conto: “nem todas as crianças vingam”. A narrativa, marcada pela propriedade e pelo favor, situa escravos e homens livres num mesmo patamar, mas também diferencia-os, pois somente um filho “vinga”.

O nome das personagens, assim como os das ruas, quase sempre, configuram-se como indícios importantes para a interpretação dos textos de Machado de Assis. O mesmo ocorre no conto em questão. Os nomes Cândido Neves e Clara indicam a alvura do casal, elemento que, segundo a mentalidade da época, os distinguia perfeitamente daqueles que ocupavam a condição cativa. A relação entre estes dois nomes é indicada pelo próprio narrador, quando a relatar-nos a união do casal: “o casal ria a propósito de tudo. Os mesmos nomes eram objeto de trocados, Clara, Neves, Cândido; não davam que comer, mas davam que rir, e o riso digeriu-se sem esforço” (1997, 662).

Já os nomes das ruas, indicados quando Candinho parte à cata da escrava fugitiva, indicam o desespero de ambos. No percurso marcado pela procura de Arminda e que se finda quando esta é encontrada, o personagem passa pela “Rua do Parto” e da “Ajuda”, localizando-a no “Largo da Ajuda”. A primeira parece indicar não somente o estado em que se encontrava a escrava, mas também a dificuldade de Candinho em encontrá-la; a segunda parece aludir tanto à necessidade financeira deste, quanto à necessidade de liberdade daquela. Infelizmente, neste caso, a conciliação dos desejos era impossível. Depois de capturada a cativa é arrastada pela “Rua dos Ourives”, numa provável alusão aos cem mil-réis que Cândido Neves estaria prestes a receber; e levada à “Rua da Alfândega”, onde é entregue ao seu senhor. Lá, ela foi deixada como naquela época em que os negros trazidos da África eram desembarcados nos portos do país e, muitas vezes, ali mesmo avaliados.

A representação ficcional realizada em “Pai contra mãe”, conforme demonstramos, ilustra muito bem o quadro da sociedade oitocentista, calcada no direito de propriedade, no desejo de liberdade por parte dos cativos e na política do favor. É a restituição da

propriedade “perdida” que vai permitir a Cândido Neves o exercício de um novo ofício. É esse mesmo princípio que justifica o anúncio nos jornais constando as características físicas do escravo fugido, a fim de que possa ser restituído ao seu dono, além de servir de moderador às pancadas deferidas sobre o cativo, conforme anteriormente mencionado. Segundo a narrativa, a manutenção deste princípio é realizada pelos aparelhos da escravidão descritos: a máscara de folha-de-flandres, o ferro ao pescoço e o ferro ao pé. É o direito de propriedade o fator determinante do final da narrativa, já que a restituição da propriedade rendeu a Cândido Neves uma quantia que lhe permitiu ter o filho recém-nascido perto de si, ao invés de levá-lo à roda dos enjeitados. Em contrapartida é a manutenção desse princípio que impede Arminda de ser livre e gerar um filho também livre, determinando a morte deste.

Ao analisar “Pai contra mãe”, a pesquisadora Marli Scarpelli (2003), na esteira do pensamento de Frantz Fanon e Homi Bhabha, localiza o projeto político e estético de Machado de Assis, neste conto, na empreitada de trazer à tona a escravidão, em suas mazelas e crueldades, a fim de tornar visto um passado silenciado. Conclusão similar à que chega Mailde Trípoli, quando faz o seguinte comentário:

Neste conto, vemos apontado, além da escravidão e os seus modos de funcionamento, o sofrimento da classe pobre, membros esquecidos do corpo da sociedade. Um relato no qual se fundem história e ficção. Ao publicá-lo, após a abolição, Machado transgredia o implícito comportamento de silêncio, no processo de esquecimento, a que foi submetida a história da escravidão (1997, 162).

Contrariando o pensamento de Mário Matos (1939), que via em “Pai contra mãe” apenas as impressões de um “pensador objetivista” e não “concepções políticas” acerca do regime escravista, entendo que Machado de Assis, neste conto, dá voz a um narrador capaz de trazer à tona as memórias da escravidão, cujos princípios encontram-se ali representados como marcas históricas às quais não podemos nos furtar. Além disso, “Pai contra mãe” promove o desmascaramento da lógica escravista e do trabalho livre que imprimem ao subordinado a adoção de uma lógica própria capaz de lhe proporcionar a sobrevivência. Entendo-o enquanto exímia representação da sociedade oitocentista brasileira, a partir de um ponto de vista histórico e político adotado pelo autor, ao compor aquelas páginas.



Neste sentido, o conto configura-se como denúncia das atrocidades cometidas em nome da “ordem social” – entendida como manutenção das hierarquias sociais – e da sobrevivência. Para garantir a sobrevivência do filho, a escrava foge; para assegurar a continuidade de sua família, Cândido Neves captura e entrega a escrava grávida ao proprietário. Se lermos o texto na sua superficialidade, poderíamos pensar: a alegria de uns é a desgraça de outros – assim, não há culpa, pois tudo resume-se a uma questão de sobrevivência.

Mas, a partir do momento em que o narrador se dispõe a não cuidar de máscaras, ele nos permite pensar que a história a ser apresentada, apesar de cruel, traz em seu bojo algo da realidade... Por detrás do enredo, a crítica social emerge, e, nesse momento, nem tudo pode ser justificado pela busca da sobrevivência. O subjugo do escravo, o cativo e os maus tratos a que estava sujeito encontram-se ali denunciados, assim como o discurso capaz de justificar tais atrocidades, representado sob um ponto de vista narrativo capaz de relativizá-lo.

Neste conto percebemos que escravo e homem livre, quando marcados pelo signo do infortúnio, encontram-se distanciados pelo fato da condição miserável deste poder ser alterada, enquanto a condição cativa do outro traz marcas, muitas vezes, inapagáveis. Prova disso é que a criança sobrevivente da luta travada entre o pai e a mãe não é a de Arminda.

Noutro texto de Machado de Assis, que apresenta uma dinâmica próxima a deste, “O caso da vara”, as relações tecidas entre uma senhora proprietária de escravas, um homem livre e uma cativa também se encontram pautadas pelo sentimento de propriedade, pelo favor e pela “sobrevivência”. Lucrécia, uma das escravas da casa de Sinhá Rita, passa a ser ameaçada com uma vara, depois de rir das piadas de Damião e também por não ter cumprido as tarefas que lhe foram designadas. Antes do castigo, a viúva sempre a repreendia: “Lucrécia, olha a vara!” (1997, 579). Damião procura Sinhá Rita a fim de que ela lhe preste um favor: pedir ao seu amante que interceda por ele junto ao seu pai para que este o autorize a sair do seminário. Sinhá Rita interpela João Carneiro para que interceda pelo jovem, este, constrangido por intervir na relação entre pai e filho, cogita não assumir o papel que lhe fora designado. A fim de pressioná-lo, ela lhe envia um bilhete: “Joãozinho, ou você salva o moço, ou nunca mais nos vemos” (1997, 581). Diante do imperativo, ele parte rumo à casa do compadre.

Diante das ameaças proferidas por Sinhá Rita de açoitá-la Lucrécia, devido ao seu comportamento indesejado, as risadas e a possibilidade de não conclusão dos trabalhos, o personagem se compadece:

Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente; a fim de não interromper a conversação. Teve pena da negrinha, e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa. Sinhá Rita não lhe negaria o perdão... Demais ela rira por achar-lhe graça; a culpa era sua, se há culpa em ter chiste (1997, 579).

Naquele momento, Damião necessitava de um padrinho, a fim de que alcançasse o seu objetivo – deixar o seminário – e para tanto contava com a intervenção de Sinhá Rita que, por sua vez, solicita a João Carneiro que intercedesse junto ao compadre, pai de Damião. O jovem intenta fazer o mesmo em relação a Lucrécia, pedindo à senhora que perdoe a escrava.

Ao final daquele dia, enquanto aguardavam o retorno de João Carneiro, Sinhá Rita parte para a conferência dos trabalhos de agulha realizados pelas suas cativas. Todas tinham findado a tarefa, menos Lucrécia, que é logo agarrada pela orelha, enquanto clama: “- Nanhã, nanhã! pelo amor de Deus! por nossa Senhora que está no céu”; “- Minha senhora, me perdoe! Tossia a negrinha” (1997, 582). Enquanto a escrava é levada em direção à sala, Sinhá Rita procura a vara:

- Onde está a vara?

A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala. Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista:

- Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?

Damião ficou frio... Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha jurado apadrinhar a pequena, que por causa dele, atrasara o trabalho...

- Dê-me a vara, Sr. Damião!

Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor...

- Me acuda, meu sinhô moço! (1997, 582).

A vara, enquanto instrumento de punição e manutenção da “ordem”, assim como aqueles descritos em “Pai contra mãe”, é solicitada por Sinhá Rita para que a punição seja aplicada em Lucrécia. A cativa, mesmo sem saber das intenções de Damião em apadrinhá-la, clama a ele que interceda em favor dela. Porém, Damião se vê entre dois princípios

distintos: salvar a pele da cativa ou salvar-se, já que receava intervir naquela relação de mando e obediência e colocar o seu desejo de ver-se livre do seminário em risco: “Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita” (1997, 582).

Segundo Alcides Vilaça (2006), o conto ilustra um sistema de apadrinhamento característico da sociedade do século XIX, além de trazer à tona a violência escravista, como também ocorre em “Pai contra mãe”. O título do texto, de início, nos faz acreditar que a história irá se desenrolar ao redor de um “caso”: o retorno ou não de Damião ao seminário. Porém, há um deslocamento narrativo que permite a Lucrécia, personagem secundária, tomar a cena. As questões e decisões familiares acabam afetando a menina escrava, demonstrando que numa sociedade regida pelo favor, todos, independentemente do lugar social que ocupam, encontram-se à mercê das conseqüências das múltiplas facetas do paternalismo. A narrativa toma outros rumos ao traçar os parâmetros da mentalidade senhorial, em que tudo se reduz a uma questão de poder e de favores.

Vilaça destaca o poder retórico dos personagens do conto. Nele todos têm algum tipo de poder e de influência, menos Lucrécia que ria e tossia “para dentro”. Enquanto todos os outros têm poder, ela apenas precisa da intervenção de Damião. Nas palavras do crítico:

ironicamente, os “negócios de família”, com os quais nada teria a ver e dos quais não participa, acabam por atingi-la; à margem das negociações e dos favores, sua existência e seu trabalho são, no entanto, decisivos para que as “sinhas” e os “nhonhos” se afirmem como tais (2006, 30).

A afirmação do poder senhorial, exercido por Sinhá Rita, dá-se através da vara – cabendo ao senhor e àqueles que possam ter alguma influência sobre eles facilitar ou não a aplicação do instrumento. Em *Quincas Borba*, o narrador nos dá um esclarecimento que muito se aplica à passagem destacada do conto em questão: “Tão certo é que a paisagem depende do ponto de vista, e que o melhor modo de apreciar o chicote é ter-lhe o cabo na mão” (1997, Cap. XVIII). Para Lucrécia a vara era muito mais do que um instrumento de poder, era a confirmação de sua não-identidade.

Algumas aproximações são possíveis de serem feitas entre “Pai contra mãe” e “O caso da vara”. Em ambos os contos está em jogo a manutenção da propriedade e a política

do favor. Lucrécia tenta escapar das mãos de Sinhá Rita, enquanto Arminda foge dos maus tratos de seu senhor. Aquela clama a Damião: “me acuda, meu sinhô moço!” (1997, 582), enquanto esta clama a Cândido Neves: “– Estou grávida, meu senhor! (...) peço-lhe por amor dele que me solte (...). Me solte, meu senhor moço!” (1997, 666). Tanto o personagem do conto “Pai contra mãe”, quanto o de “O caso da vara”, enquanto homens livres, dependem da política do favor para que realizem seus desejos: a manutenção da família e o desejo de livrar-se do seminário, respectivamente.

As marcas dos maus tratos descritos em “Pai contra mãe”, quando o narrador menciona os anúncios constantes nos jornais, são perceptíveis no corpo de Lucrécia: “uma cicatriz na testa” e “uma queimadura na mão esquerda” (1997, 579). Em ambos os contos, os personagens representantes dos homens livres têm em suas mãos os destinos dos escravizados e optam por colocá-los à margem em benefício próprio.

Cada um dos personagens dos contos mencionados adota uma lógica interna em seus comportamentos e, enquanto metonímia das camadas sociais às quais se ligam, eles tomam atitudes capazes de ilustrar os preceitos das relações entre os homens, no contexto da sociedade que representam. Para Proença Filho (1998), estes dois contos têm como ponto central o egoísmo e a volubilidade do caráter, já para Bosi, “ ‘O caso da vara’ e ‘Pai contra mãe’ dão testemunho tanto da vilania dos protagonistas quanto da lógica que rege os seus atos” (1982, 455). Destaca ainda os dois níveis semânticos do conto “Pai contra mãe”: um natural, que abarcaria sentimentos coexistentes – a maternidade e a paternidade, e outro social, que contemplaria posições antagônicas – a cativa e o caçador de escravos fugitivos. O aspecto social influencia decisivamente no natural instaurando uma “luta de todos contra todos”, conforma conclui o crítico. Para ele, “Pai contra mãe” e “O caso da vara” dão testemunho das políticas regentes das relações entre aqueles que mandam e os que obedecem; aqueles que desfrutam de prestígio e aqueles que se encontram na base da pirâmide social.

Ao tratar de assuntos aparentemente “remotos no tempo e no espaço”, quer sejam eles a tragédia de uma família, em “Virginius”; o amor impossível entre escrava e senhor, em “Mariana”; a contraposição entre a verdadeira e a falsa caridade, nas crônicas de 15/06/1877 e 23/11/1885, Machado de Assis insere nestes contextos uma reflexão a respeito da situação social dos cativos, presos à nefasta Instituição ou a outras formas de

dominação que dela estariam derivadas. Ao representar, na crônica de 01/10/1876, o escravocrata saudosista dos tempos em que o Estado não interferia nas relações entre senhores e cativos, antes de 1871, e ao adjetivá-lo “*Le pauvre homme!*”, o escritor carioca faz-se agente histórico e social, capaz de promover discussões e disseminar, ao longo dos seus textos, como caramujo que acreditava ser, um ponto de vista crítico do sistema escravista, dos senhores escravocratas e do discurso senhorial.

Em “Pai contra mãe”, a instituição escravista é desmascarada ao longo da narrativa, a partir das revelações do narrador a respeito do princípio responsável por mantê-la: o direito de propriedade sob seres humanos. É ele que possibilita o surgimento do ofício que Cândido Neves passa a exercer. Conforme anuncia o narrador, temporalmente localizado no período pós-abolição, a luta que ali é travada do pai contra a mãe espelha a escravidão que havia chegado ao fim, deixando marcas na sociedade e na memória do narrador.<sup>20</sup>

Ao tratar de assuntos aparentemente distantes e pouco relevantes, Machado de Assis se faz “homem do seu tempo e do seu país”, um misto de “historiador” e “contador de histórias”, sujeito que disseminou de forma velada, corrosiva e dispersa, a crítica ao sistema escravista e à mentalidade dos senhores que a mantinham, proporcionando-nos, assim, uma leitura marcada pelo viés histórico, a fim de rebatermos a idéia de que o negro está ausente de sua produção escrita. Os textos que compõem este capítulo são capazes de ilustrar o olhar atento de Machado de Assis em relação às políticas públicas de libertação de escravos, os elogios, as críticas e os questionamentos. As páginas da obra do nosso maior escritor não condizem com a idéia de que a questão escravocrata esteve ausente dos seus textos, ou com aquela que insiste em afirmar que os negros não se encontram personificados na literatura machadiana. Caso pensemos em Machado de Assis como “homem do seu tempo e do seu país”, percebemos que mesmo quando ao texto é dado um tom ameno e galhofeiro, é possível vislumbrar nas entrelinhas as reflexões do escritor a respeito do processo histórico vivenciado.

---

<sup>20</sup> Os resquícios da instituição escravista brasileira na contemporaneidade foram tratados de forma bastante realista por Sérgio Bianchi no filme *Quanto vale ou é por quilo?*, de 2005, tido como uma livre adaptação do conto “Pai contra mãe” de Machado de Assis. A aproximação entre esta produção cinematográfica e a obra literária do escritor carioca foi tratada em algumas comunicações que tive oportunidade de apresentar: “Pai contra mãe”: roteiro para o filme *Quanto vale ou é por quilo*, de Sérgio Bianchi, VI Semana de Eventos da Faculdade de Letras, UFMG, outubro de 2006; e “Sérgio Bianchi, leitor de Machado de Assis”, XII Seminário de Teses em Andamento, UNICAMP, Campinas, outubro de 2006.

## **Capítulo 2**

### **Senhores e libertos: outras formas de dominação**

Ter escravos não é nada, mas o que se torna intolerável é ter escravos chamando-lhes cidadãos.

Diderot (1713-1784).

## **2.1- Mais críticas e menos festejos: o cronista Machado de Assis e abolição**

Neste capítulo da dissertação, o objetivo é interpretar algumas crônicas de Machado de Assis que tematizam tanto as movimentações políticas do período imediatamente anterior a 13 de maio de 1888, quanto a nova condição social do negro, no período posterior à abolição. No item 2.1, serão analisadas três crônicas: “Bons Dias!”, de 11/05/1888; “Bons Dias!”, de 19/05/1888; e “A Semana”, de 14/05/1893.

As duas primeiras crônicas deste item foram publicadas em “Bons Dias!”, coluna do jornal *Gazeta de Notícias*. A série veio a público no período de 05 de abril de 1888 a 28 de agosto de 1889. Essas crônicas iniciavam-se por “Bons Dias!” e eram finalizadas por “Boas Noites!”, expressões que podem ser entendidas como um cumprimento elegante do cronista, que, já na primeira delas, irá proclamar a sua boa educação:

Hão de reconhecer que sou bem criado. Podia entrar aqui, chapéu à banda, ir logo dizendo o que me parecesse; depois ia-me embora, para voltar na outra semana. Mas não, senhor; chego à porta, e o meu primeiro cuidado é dar-lhe os bons dias. Agora, se o leitor não me disser a mesma coisa, em resposta, é porque é um grande malcriado, um grosseirão de borla e capelo; ficando, todavia, entendido que há leitor e leitor, e que eu, explicando-me com tão nobre franqueza não me refiro ao leitor, que está agora com este papel na mão, mas ao seu vizinho. Ora bem!<sup>21</sup> (1990, 35).

Comentários sobre a boa educação do cronista que entra, através do jornal, na casa de seus leitores aparecem com certa frequência nos textos de Machado de Assis. Em outra crônica, de 01/06/1888, ela é exaltada mais uma vez, no início do texto: “Já o saudei, graças à boa educação que Deus me deu, porque isto de criação, se a natureza não ajuda, é escusado trabalho humano” (1990, 74). Uma outra característica das crônicas machadianas e, em especial, daquelas publicadas nesta série, é o desafio lançado ao leitor, textualmente, quando o cronista o provoca quanto a sua capacidade de entendimento, e quando faz do texto um quebra-cabeças de difícil compreensão, devido ao tratamento irônico e sarcástico com o qual os temas políticos são tratados, de forma disfarçada. Entendo o elogio da boa educação do cronista como um disfarce para as atitudes mais incisivas adotadas por ele em

---

<sup>21</sup> Para a análise das crônicas de “Bons Dias!”, usaremos a edição “Bons Dias!”, de 1990, organizada por John Gledson, pois esta contém notas explicativas que muito facilitam a interpretação dos textos.

relação ao próprio leitor e à sociedade da época. A distância temporal é um outro elemento a dificultar o entendimento das crônicas, já que, muitas vezes, elas remetem a fatos cotidianos, tirados dos jornais.

Para Costa Lima, nos romances de Machado de Assis, o escritor deseja alcançar “um tipo de expressão que lhe permitisse ser crítico, mas ao mesmo tempo, possuidor de todas as marcas do bom comportamento” (1981, 76). Acreditamos que esse procedimento também se estenda às crônicas de Machado, uma vez que estas se localizam entre a ironia, o humor e a crítica social e política.

Ao comentar a série, em seu livro *Machado de Assis: ficção e história*, John Gledson resalta o sigilo que por muitos anos rondou “Bons Dias!”, visto que a autoria só foi creditada a Machado de Assis quando José Galante de Souza descobriu uma lista de manuscritos na Biblioteca Nacional. O motivo do anonimato foi por Gledson assim entendido: “são textos de contundente sarcasmo, que assumem uma visão pessimista – pode-se imaginar que seriam chamadas de cínicas e negativas – sobre a abolição (entre outras coisas)” (2003, 138). Nestes textos, acredita o crítico que o escritor carioca tivesse algo a dizer a respeito da escravidão e da abolição, por isso os textos localizam-se muito além de um simples exercício de obrigação jornalística. Eles revelam um ponto de vista de difícil compreensão, mas fascinante quando desvendado.

Gledson, na introdução ao livro “Bons Dias!” (1990), destaca os textos como documentos que nos permitem visualizar a história do século XIX e as opiniões políticas de Machado de Assis. Aponta ainda que o entendimento destes está muito associado aos *fait divers* imediatos, ou seja, aos muitos fatos destacados pelo jornal, além de ressaltar que, neles, há um esforço por parte do escritor para se comprometer com temas históricos da época, apesar desse comprometimento estar disfarçado pela ironia.

Se estas crônicas estão marcadas pela ironia, pelo jogo textual, pelo tom sarcástico, pelo desafio lançado ao leitor, elas já se configuram como uma peça importante para qualquer leitor machadiano. Mas, se além disso, elas apresentam forte ligação com o momento histórico da passagem do regime escravista ao trabalho assalariado, tornam-se ainda mais relevantes nesta dissertação. Diante da possibilidade de se desvendar mais algumas reflexões de Machado de Assis em relação à liberdade dos cativos, as crônicas de “Bons Dias!” foram tomadas como importante elemento neste trabalho, salientando que



outras, que também tratam do mesmo tema, foram deixadas de lado. Depois de uma difícil seleção, foram escolhidas duas delas para serem analisadas neste capítulo, apesar de outras serem incluídas a título de ilustração ou confirmação de recorrências temáticas.

Antes de passarmos à análise das crônicas em questão, faz-se necessário comentar ainda aquilo que sempre foi e sempre será creditado a Machado de Assis: a ironia. Apropriando-nos aqui de algumas das várias definições que Hutcheon dá a este termo, ao comentar as possíveis manifestações desta figura de linguagem, a ironia machadiana manifestada nas crônicas, especialmente, configura-se enquanto fórmula capaz de camuflar as críticas do escritor ao sistema escravocrata e à liberdade que seria proporcionada aos cativos. O recurso irônico utilizado pelo escritor disfarça suas críticas à sociedade de seu tempo, pois, num tom pilhérico, humorístico, suas verdadeiras intenções ficam escondidas, veladas, nas teias do texto ficcional. Destacando algumas das definições apontadas por Hutcheon (2000) a respeito da ironia, podemos entendê-la como: “suplementação de sentido” (p.16), “o modo do não dito, do não ouvido, do não visto” (p.25), um jogo (p.28), o “contra-discurso” (p.54). Já nas primeiras páginas de seu estudo, Hutcheon irá chamar a atenção do leitor para a natureza política da ironia.

Talvez um dos comentários mais interessantes feitos pela autora tenha sido a respeito da “natureza transideológica da ironia”, ou seja, sua capacidade de ser provocativa tanto quando está a favor de uma política conservadora, quando é usada com intenções de subverter a política vigente. Sendo assim, sua realização dentro de um contexto textual dependerá da intenção de quem fez uso deste recurso e da percepção do leitor. Ao aludir à ironia como um jogo, a teórica afirma:

A jogada é geralmente disparada (e, então direcionada) por alguma evidência textual ou contextual ou por marcadores sobre os quais há concordância social. Entretanto, do ponto de vista do que eu também (com reservas) chamarei de *ironista*, a ironia é a transmissão intencional tanto da informação quanto da atitude avaliadora além do que é apresentado explicitamente (HUTCHEON, 2000, 28) (grifo da autora).

De acordo com o comentário de Hutcheon, para que a ironia seja apreendida pelo leitor é preciso que este a localize a partir de algum elemento textual. Ainda, a ironia, além de estar associada à transmissão da informação, está intimamente ligada ao posicionamento adotado por daquele que a usa como recurso textual. A título de exemplo, na crônica de

15/06/1877, quando o personagem afirma que irá libertar Clarimunda, o narrador só consegue classificar a decisão como “um ato bonito”. A expressão em francês – *Le pauvre homme!*, daquele texto, ilustra bem a posição avaliadora imbuída no uso da ironia. Além disso, nessa passagem, o uso da língua estrangeira configura-se como um disfarce para as críticas do escritor em relação ao posicionamento ideológico dos senhores escravocratas, retratados de forma irônica naquele texto. Se a atitude avaliadora do ironista encontra-se localizada para além daquilo que foi dito textualmente, a ironia de Machado de Assis irá nos auxiliar na construção do posicionamento político do escritor em relação ao processo histórico que vai da escravatura, na segunda metade do século XIX, à abolição.

Na crônica que será analisada adiante, a ironia pode ser percebida em outra passagem em que o escritor também faz uso de uma língua estrangeira, desta vez, a língua alemã.

### **Escravos alugados: nova forma de dominação?**

Na crônica publicada em “Bons Dias!”, a 11/05/1888, já podemos perceber a visão política de Machado, apontada por Gledson, no que se refere, especificamente, à iminente abolição. Desta vez, o narrador não se distingue pela primorosa educação, mas pela sua capacidade de raciocínio lógico: “vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu em suma), e o resto da população” (1990, 56). Ao exaltar sua capacidade de tirar dos fatos uma conclusão, que afirma ainda não ter, o narrador fará uma explanação de dois princípios aparentemente opostos: o direito de propriedade e a liberdade dos escravos.

Segundo Gledson (1990), nas crônicas que constituem a série “Bons Dias!”, haveria: “um esforço consciente [de Machado de Assis] para se comprometer com grandes temas históricos, por mais que esse comprometimento seja dissimulado pela ironia” (1990, 24).

Outra característica destes textos, apontada pelo crítico inglês, seria um distanciamento consciente adotado pelo autor em relação ao leitor. Na crônica de 27/05/1888, por exemplo, irá mencionar uma região distante por onde haveria passado o meteorólito de Bengedó, lugar marcado por muitos cativos e muitas abolições. Na crônica de 11/05/1888, o narrador afirma se destacar da população em geral por possuir,

dentre outras coisas, a capacidade de “remexer o mais íntimo das consciências” (1990, 56). Tal destaque situa-o acima do restante dos homens, absorvidos pelo debate entre o cativo e a abolição, como se, do alto, pudesse ver com olhos argutos a aproximação entre dois princípios entendidos como díspares. Só a leitura detida da crônica em questão e a sua aproximação com os outros textos do escritor que tratam, mesmo que *en passant*, do mesmo tema, permitem a localização do ponto de vista, expresso pelo narrador que se posiciona acima das questões aparentes e entre dois princípios. Este foi o procedimento adotado aqui para que seja apontada uma leitura possível deste texto enigmático.

Diferentemente da população em geral, que aplaude ou censura – caso seja abolicionista ou “outra coisa” – as alforrias incondicionais dos últimos dias, o narrador parece disposto a arrancar dos fatos a sua própria opinião. Interessante notar que há, no texto, a nomeação da luta anti-escravocrata (abolicionismo), mas o mesmo não ocorre em relação ao movimento contra a abolição: o anti-abolicionismo é designado, na narrativa, por “outra coisa”, talvez por ser entendido pelo cronista como algo inominável. As alforrias a que se refere eram aquelas concedidas sem que houvesse prerrogativas a serem cumpridas pelo liberto. A ligação entre a crônica e os conteúdos jornalísticos da época é ilustrada por Gledson, em nota, ao transcrever uma notícia publicada em “A pedidos”, da *Gazeta de Notícias*, de 17 de abril daquele ano. Nela, um senhor liberta, “sem condição alguma”, sua escrava, na data do aniversário desta. O mesmo fato será ficcionalizado por Machado, em crônica de 19/05/1888, que posteriormente será mencionada.

No caminho traçado a fim de arrancar dos fatos uma significação e depois uma opinião – procedimento tido como fundamental para o cronista, em texto de 14/08/1878 –, o narrador irá abordar os princípios da liberdade e do direito de propriedade. Depois de muito oscilar entre esses dois preceitos, provido da “sagacidade” e da “profundeza de espírito”, ele começa a nos apresentar suas “verdadeiras opiniões”, que, segundo nos informa, não foram influenciadas pelas “alforrias incondicionais” dos dias que antecederam a abolição, mas sim por sua capacidade de “remexer o mais íntimo das consciências”.

Ele relata que, naqueles idos de 1888, era alto o número de escravos fugidos das fazendas ou dos lares de seus proprietários. A certa altura do texto, temos uma importante definição para entendermos a dinâmica discursiva desta crônica entrecortada por comentários diversos e até mesmo obscuros. Assim explica a expressão escravos fugidos:

“escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais” (1990, 57). Estes escravos, uma vez que se esquivaram do poder do senhor, deixaram, na condição de fugitivos, de ser propriedades deste, ou seja, anteciparam a posição social que irão ocupar a partir de 13 de maio, quando se tornarão libertos. Os escravos fugidos e sem ocupação, na crônica, são alugados por outros proprietários rurais e passam a servi-los em troca de um salário.

É importante ressaltar que o termo utilizado para designar a nova relação de trabalho estabelecida entre os escravos fugidos e os fazendeiros é o contrato. Na verdade, o comentário sobre as novas relações sociais que estão sendo estabelecidas em Ouro Preto ilustram a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. O narrador assegura que diante do fato de os proprietários D, E, F contratarem os escravos fugidos dos proprietários A, B, C, o direito de propriedade sobre a mão-de-obra, princípio que rege a escravidão, já se configurava como ineficaz. Sendo assim, a obrigação de servir que demarca a condição do escravo em sua relação com o senhor passa a configurar-se como luta pela sobrevivência na relação entre os ex-escravos e seus patrões.

Segundo nos informa o narrador, o fato de os fazendeiros de Ouro Preto contratarem escravos fugidos não era, exatamente, um ato a favor da abolição, conforme lhe informou alguém, mas uma tentativa de “pregar uma peça ao Clapp”. De acordo com Gledson (2003, 144), a alusão nominal se refere a João Clapp, Presidente da Confederação Abolicionista e retrata um “fato improvável”. O tom galhofeiro de Machado de Assis nesta passagem indica que, diante das “alforrias incondicionais”, das fugas em massa e do estabelecimento de novas formas de trabalho, a abolição faz-se necessária, urgente e irreversível. Esta brincadeira ficcional construída pelo escritor dá a entender que, caso João Clapp não buscasse os escravos fugidos e os restituísse aos seus senhores, não faria sentido proclamar a abolição, pois esta já acontecia de fato.

Na tentativa de desvendarmos o enigma textual para além daquilo que se encontra explicitamente declarado, devemos nos ater às palavras do narrador, ao afirmar: “e eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor” (1990, 57). Sebastião Rios Júnior (1998) aponta nesta passagem a intertextualidade com a filosofia do humanitismo, exposta em *Quincas Borba*, que estava sendo escrito naquele momento, vindo a público em 1891,

enquanto Gledson (1990) ressaltava ainda a aproximação entre o tom agressivo adotado pelo narrador e as atitudes perante o leitor, nas crônicas de “Bons Dias!”, e o capítulo 106 do mesmo romance. Para que haja vencedor é necessário que haja luta, conflito, e a luta a que se refere o cronista é a “luta pela sobrevivência”. Ao construir o texto, Machado de Assis propõe-se a discutir as políticas que iriam reger o novo *locus* social dos libertos, como ocorre também na crônica imediatamente posterior a esta.

Se o direito de propriedade, enquanto princípio do regime escravista, está sendo posto à margem pelos escravocratas, ao contratarem escravos fugidos, tal princípio torna-se inválido e aponta o iminente fim do regime. A reflexão do narrador não se encontra pautada pelas fugas e pelas alforrias, mas sim pela impossibilidade de sustentação do princípio fundamental do escravismo. Ao final do texto, percebemos que a conclusão a que chega o narrador localiza-se além da aparente oposição entre propriedade e liberdade, quando, em diálogo, chega ao cerne da questão política brasileira.

O narrador, aturdido pelos fatos ocorridos em Ouro Preto e ainda buscando uma opinião própria, trava com seu interlocutor o seguinte diálogo:

- É o senhor; o senhor é que perdeu o pouco juízo que tinha. Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar.
  - Vejo; creio que é um papagaio.
  - Não, senhor; é uma república. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável?
  - Homem, eu, a respeito de governos, estou com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça. Este, por ora, não vai mal.
  - Vai pessimamente. Está saindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a monarquia, ao menos com a república, aquilo que dizia o *Rio-Post* de 21 de junho do ano passado. Você sabe alemão?
  - Não.
  - Não sabe alemão?
  - E, dizendo-lhe outra vez que não sabia, ele imitando o médico de Molière, dispara-me na cara esta algaravia do diabo:
  - *Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist.*
  - Mas que quer isto dizer?
  - Que é deste último tronco que deve brotar a flor.
  - Que flor?
  - As
- BOAS NOITES (1990, 58-59) (grifos do autor).

A cena aqui reproduzida é muito importante para entendermos o posicionamento político do escritor, a partir da voz de seu narrador. Vejam que a alusão feita à chegada da República tem como elemento o papagaio, animal caracterizado pela repetição da fala dos homens. Lendo, ironicamente, essa aproximação entre a República, que paira no ar, e o papagaio, visto nos céus pelo narrador, podemos inferir a crítica machadiana à continuação dos mandos da oligarquia, que governa a política monárquica brasileira, se repetir na República. Isto fica ainda mais claro quando o interlocutor reproduz a citação do jornal *Rio-Post*, do ano anterior que, ao ser traduzida para o português, poderia ser assim lida: “Seria fácil comprovar que o Brasil é menos uma monarquia constitucional do que uma oligarquia absoluta”.<sup>22</sup>

A introdução do trecho em língua alemã dificulta ainda mais a interpretação do leitor do jornal que não teria a possibilidade de vê-la traduzida, pois ela é de fundamental importância para a compreensão do texto e para o elucidação do ponto de vista do autor. A passagem indica que o problema estrutural da política do país não era exatamente o regime governamental, mas sim o exercício do poder pela oligarquia. Colocada na boca do personagem, a passagem indica que, apesar da mudança do regime político, o poder continuaria a ser exercido pelas oligarquias. Uma vez adjetivada pelo narrador como “algaravia do diabo”<sup>23</sup> e apesar da afirmação do seu desconhecimento da língua alemã (num exercício de dissimulação), localiza-se aí a conclusão a que chega depois de refletir sobre os princípios da escravidão e da liberdade.

O sentido que pode ser atribuído ao diálogo citado aproxima-se da famosa passagem da mudança de tabuletas do romance *Esau e Jacó*, quando Custódio, dono de uma confeitaria, resolve trocar o nome do seu estabelecimento comercial, denominado “Confeitaria do Império”, às vésperas da Proclamação da República. Receoso de dar a ele o nome “Confeitaria da República” e afastar os monarquistas, também não achava viável manter o mesmo nome, temendo a reação dos republicanos; decide, pois, denominá-lo “Confeitaria do Custódio”, seguindo as sugestões do Conselheiro Aires. O narrador do romance, depois de nos mostrar o receio do comendador Santos de que houvesse uma revolução com a chegada da República, afirma: “nada se mudaria; o régimen, sim, era

---

<sup>22</sup> Agradeço a tradução desta frase gentilmente concedida pelo Prof. Dr. George Otte, da UFMG.

possível, mas também se muda de roupa sem se trocar de pele” (1997, 1031). A exemplo do narrador do romance, para o cronista de 11/05/1888 a República que seu interlocutor vê no ar é um papagaio: metáfora da repetição do discurso político oligárquico. O que também se articula com a citação em alemão: o Brasil era, de fato, uma oligarquia absoluta, o que não se alterou no Império e nem se alteraria com a chegada da República.

Para entendermos a crônica em questão, no que tange às reflexões do escritor a respeito da escravidão e da liberdade, faz-se necessário nos atermos às palavras finais da passagem já citada, quando mais um enigma se apresenta, através de um diálogo velado. Depois da citação em alemão, o diálogo, como vimos, assim prossegue:

- Mas que quer isto dizer?
- Que é deste último tronco que deve brotar a flor.
- Que flor?
- As

BOAS NOITES! (1990, 59).

Alfredo Bosi, ao fazer um breve comentário da crônica em questão, aponta uma possibilidade de entendimento da passagem acima transcrita. Segundo ele: “a metáfora é transparente. É do tronco da abolição que brotará a República. Como, de fato, sucedeu. A monarquia liberal caiu, sobrevivendo um regime em que as oligarquias puderam finalmente governar sem as mediações do velho parlamentarismo” (2006, 95).

A possibilidade de leitura que proponho para o final do diálogo aproxima-se da realizada pelo crítico, porém, acrescenta um elemento novo. Localizada após a citação em alemão (“Seria fácil comprovar que o Brasil é menos uma monarquia constitucional do que uma oligarquia absoluta”), a expressão “deste último tronco” recupera o elemento da passagem anterior: “oligarquia absoluta”. Pode-se então inferir que a “oligarquia absoluta” é o “último tronco” do qual brotará a flor, numa alusão à República, já que em suas “falas” é a este regime que se refere. Entretanto, há uma correção na penúltima linha do texto: do último tronco brotará não mais uma flor, mas duas (“As”- artigo definido plural), a abolição a República.

Depois de uma análise detida da crônica, fica claro que o escritor indicia que, independente do regime político em vigor, à oligarquia caberá a governabilidade. E é dela

---

<sup>23</sup> Segundo o dicionário consultado, algaravia quer dizer: “linguagem de árabe, confusão de vozes; coisa difícil de entender”.

que virão as mudanças políticas do país, já que a abolição não fora conquistada pelos escravos, mas concedida pelas oligarquias. Ao concluir seu comentário a respeito desta crônica, Gledson afirma: “podemos entender a argumentação da seguinte maneira: a cada uma das formas de dominação oligárquica – escravidão e mercado de trabalho – corresponde uma forma diferente de regime (oligárquico), a Monarquia ou a República” (2003, 149).

Tanto Gledson (2003), quanto Bosi (2006) chamam a atenção para as armadilhas textuais que poderiam levar um leitor mais apressado, ou desatento, a uma leitura superficial desta crônica, vendo-a como um libelo da manutenção do direito de propriedade ou enquanto manifestação anti-republicana de Machado de Assis. Para o crítico brasileiro, o significado ideológico do texto estaria calcado na relação estreita dos corifeus do Partido Republicano e os fazendeiros de café, de São Paulo:

(...) o Machado maduro das crônicas *Bons dias!* (abril de 1888 – maio de 1889) não se indispôs com essa corrente que, de resto, não lhe era familiar; mas o seu olho arguto não podia ignorar os liames que a uniam com a robusta oligarquia cafeeira, que aderira à Abolição só na fase final da campanha (2006, 94).

Esta aproximação, apontada por Bosi, entre os republicanos e os fazendeiros do café, com fins políticos ilustra bem aquela oligarquia absoluta de que fala o interlocutor da crônica.

Para Gledson, o texto de 11/05/1888 é representativo da visão machadiana da crise política que levaria à liberdade dos negros, além de indicar a rejeição, por parte do escritor, do entusiasmo abolicionista. O olhar crítico, ou “arguto”, como designou Bosi, de Machado levou-o a trazer para os seus textos ficcionais uma visão ímpar do processo de libertação dos escravos brasileiros. Tal visão é marcada, sobretudo, por um posicionamento cético, muitas vezes creditado ao escritor no que se referia à representação da alma humana. Sua visão histórica, reflexiva e crítica está calcada num olhar pessimista no que tange à nova condição social a ser ocupada pelos negros, após a liberdade. O retrato de novas formas de dominação que visavam manter relativa distância entre os libertos e seus (ex)senhores faz-se recorrente. É possível visualizar este quadro a partir dos textos que compõem este capítulo da dissertação.

A crônica de 11/05/1888 não retrata o endosso do escritor Machado de Assis em relação à lógica escravocrata, regida pelo direito de propriedade, como poderíamos



entender numa leitura superficial, mas uma crítica a esta política de dominação, baseada que era na coisificação do escravo. Neste sentido, ele se distancia dos fatos cotidianos para indicar que, estruturalmente, não haveria mudanças realmente significativas nas relações sociais protagonizadas pelos ex-escravos e seus patrões, pois esses deixariam de ser vistos como “coisa” para serem vistos como “mão-de-obra barata” e desqualificada. Nesse movimento, a luta dos negros continuaria a ser uma luta pela sobrevivência.

O tema da abolição, em se tratando dos escritos machadianos, aparece, quase sempre, despido do entusiasmo com que foi descrito por outros escritores do século XIX. É de forma crítica que a abolição aparece representada, incapaz de promover a libertação de uma mentalidade escravista secular. Para Gledson, a leitura da crônica em questão permite-nos contemplar, não sem algum esforço, o posicionamento político de Machado de Assis, que assim poderia ser resumido: “a abolição não é um movimento da escuridão para a luz, mas a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro” (2003, 145).

Por ora, faz-se importante destacar que a crônica de 11/05/1888 permite-nos vislumbrar uma leitura machadiana do processo histórico em direção à liberdade. Em uma outra crônica, publicada em “A Semana”, em 14/05/1893, em comemoração ao 5º aniversário da abolição, a metáfora do sol encontra-se associada à liberdade dos escravizados. Nela há uma reflexão do narrador a respeito do 13 de maio de 1888 que o leva a constatar que o sol, “o sócio natural das alegrias públicas e ainda domésticas” (1996, 239), presente naquela data, havia desaparecido no quinto aniversário da Lei:

Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto (1996, 239)<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Tanto a crônica de 14/05/1893, quanto a passagem datada de 13 de maio, do *Memorial de Aires*, apresentam uma descrição bastante subjetiva do dia 13/05/1888. Importante notar que tais descrições se assemelham muito àquela realizada por Lima Barreto, na crônica intitulada “Maio”, publicada na *Gazeta da Tarde*, em 04/05/1911, da qual transcrevo apenas uma parte: “Havia uma imensa multidão ansiosa, com o olhar preso às janelas do velho casarão. Afinal a lei foi assinada e, num segundo, todos aqueles milhares de pessoas o souberam. A princesa veio à janela. Foi uma ovação: palmas, acenos com lenço, vivas... Fazia sol e o dia estava claro. Jamais, na minha vida, vi tanta alegria. Era geral, era total; e os dias que se seguiram, dias de folgas e satisfação, deram-me uma visão da vida inteiramente festa e harmonia” (2004, 77).

A presença do sol, ressaltada pelo narrador, encontra-se associada ao desejo de mudança, ao renascer de novos tempos, o que se contrapõe à ausência deste elemento, cinco anos depois. Na seqüência, o narrador confessa que, até ele, “o mais encolhido dos caramujos”, teria participado da comemoração. Tal passagem pode ser lida como indício da voz autoral por detrás da instância narrativa. O termo escolhido pelo cronista Machado de Assis para se referir à festa abolicionista de 13/05/1888 é o “delírio”, o que reflete a euforia daquele momento histórico. A crônica demonstra que, naquela data, em meio à festa, o narrador “caramujo” participa das comemorações, mas, cinco anos depois, imprime ao texto reflexões a respeito da liberdade dos cativos, através da metáfora do sol.

A presença do sol em 13 de maio de 1888 se contrapõe à ausência deste em 14 de maio de 1893, conforme a descrição que dá início à crônica:

Ontem de manhã, descendo ao jardim, achei a grama, as flores e as folhagens transidas de frio e pingando. Chovera a noite inteira; o chão estava molhado, o céu feio e triste, e o Corcovado de carapuça. Eram seis horas; as fortalezas e os navios começaram a salvar pelo quinto aniversário do Treze de Maio. Não havia esperanças de sol; e eu perguntei a mim mesmo se o não teríamos nesse grande aniversário (1996, 239).

A ausência do sol, de uma comemoração à altura, e da população naquela data indicam a morte da memória, do significado daquela data. Ao final da crônica, o narrador vê o dia nublado e a ausência de comemorações como indícios da morte da simbologia da data: “temo que o nosso regozijo vá morrendo, e a lembrança do passado com ele” (1996, 240). A pouca importância dada à história é tida como um herança cultural portuguesa: “a nossa gente, que dali veio, tem de receber a mesma repreensão de pena; governa-se pelo presente, tem o porvir em pouco e o passado em nada ou quase nada” (1996, 240).

Enquanto a população mantinha-se alheia à comemoração da data, o narrador toma o fato como tema de seu texto, mantendo-se receoso da morte do passado e do seu significado.

No romance *Memorial de Aires*, as anotações do Conselheiro, a 13 de maio, também estão marcadas pelo júbilo diante da abolição e pela crença de que a literatura será capaz de perpetuar a memória da escravidão:

Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia. A poesia falará dela, particularmente naqueles

versos de Heine, em que o nosso nome está perpétuo. Neles conta o capitão do navio negreiro haver deixado trezentos negros no Rio de Janeiro, onde “a casa Gonçalves Pereira” lhe pagou cem ducados por peça. Não importa que o poeta corrompa o nome do comprador e lhe chame Gonçalves Perreiro; foi a rima ou a sua má pronúncia que o levou a isso. Também não temos ducados, mas aí foi o vendedor que trocou na sua língua o dinheiro do comprador (1997, 1118).

Em outro texto, a metáfora do sol encontra-se associada à abolição. Os irmãos gêmeos, Pedro e Paulo, do romance *Esau e Jacó*, que em tudo discordavam e cuja existência era marcada pela briga travada no próprio ventre da mãe, entram em acordo quanto à abolição dos negros, conforme ressalta o narrador:

Não se esqueça dizer que, em 1888, uma questão grave e gravíssima os fez concordar também, ainda que por diversa razão. A data explica o fato: foi a emancipação dos escravos. Estavam então longe um do outro, mas a opinião uniu-os.

A diferença única entre eles dizia respeito à significação da reforma, que para Pedro era um ato de justiça, e para Paulo era o início da revolução (1997, 992).

O jovem Paulo, em discurso em São Paulo, no dia 20 de maio, assim interpreta o fato histórico a que nos referimos: “a abolição é a aurora da liberdade, esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco” (1997, 992)<sup>25</sup>. A liberdade dos escravizados é tida pelo personagem como um primeiro passo rumo à autonomia. Para que esta seja concretizada, torna-se necessária a mudança da mentalidade senhorial que tinha o escravo como ser inferior e dotado de pouca capacidade intelectual. Sendo assim, Paulo destaca a necessidade de libertar os brancos dos preconceitos que, até então, justificavam o cativo. Só assim, a liberdade dos escravos seria plena.

Ao tomar o aniversário da abolição como tema da crônica de 14/05/1893, assim como o faz em outros textos publicados após 1888, Machado de Assis cumpre esse papel de rememorar a data histórica para que as lembranças do cativo e a importância da liberdade não sejam esquecidas. Além disso, o escritor adota uma postura distinta quando

---

<sup>25</sup> Esta passagem do romance aponta para a necessidade de mudança também no campo das idéias: a liberdade do negro apresenta relação direta com a transformação da mentalidade do branco. A anotação contida no livro *Quarto de despejo*, da escritora negra Carolina Maria de Jesus, datada de 13/05/1958 – “Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz (*sic*)” (2000, 27) – dialoga com a conclusão a que havia chegado o personagem machadiano e testemunha que a “emancipação dos brancos” ainda era um fato não concretizado.

nos permite ver que a mudança de um regime a outro não significaria, de fato, a igualdade entre brancos e negros.

O tom impresso à crônica de 14/05/1893 e à passagem do romance *Esau e Jacó* indica um posicionamento semelhante adotado por Machado de Assis no que se refere à liberdade dos cativos. Na crônica e no romance, os respectivos narradores fazem uso da mesma metáfora – o sol – para indicar as expectativas de mudanças na passagem de um regime a outro. Porém, naquela, a ausência deste elemento (e das mudanças esperadas) indica o temor do narrador diante da possibilidade de se esquecer o verdadeiro significado da liberdade. Já no romance, a abolição não traz em seu bojo a real liberdade para os negros, pois esta dependeria da “emancipação” dos brancos quanto à mentalidade escravista.

Em outra crônica, também publicada em “Bons Dias!”, de 26/06/1888, o cronista Machado de Assis toma uma das discussões posteriores à abolição como tema do seu fazer literário: a indenização aos senhores escravistas. Nela, nos deparamos com um narrador cujo pensamento aparentemente está atrelado à lógica dos escravocratas conservadores que, diante da liberdade, procuram uma maneira de serem ressarcidos do prejuízo. O desejo de tirar proveito de um momento histórico adverso torna-se o motim capaz de levar o narrador a simular um plano: comprar escravos libertos com uma escritura que date de período anterior a 13 de maio de 1888, para que, assim, possa aguardar a esperada indenização do governo. A crônica é marcada pela intertextualidade com o romance *Almas Mortas*, de Gógol, no qual os colonos mortos que ainda constavam como trabalhadores, tendo o proprietário das terras de pagar impostos ao Estado, mesmo não os tendo mais, são denominados almas mortas. Da mesma forma, o plano posto à mostra pelo nosso “narrador enganoso” tem como objetivo manter, pelo menos no papel, libertos (tanto aqueles que permaneciam na propriedade quanto os que se dispersaram) como se ainda fossem propriedade sua.

Afirmar, há pouco, que o narrador parece se identificar com os conservadores que se opuseram à lei Áurea, pois apropria-se da mentalidade destes para nos expor um golpe, mas em determinado momento do texto faz uma ressalva: “Eu desconfio que há já quem faça isto mesmo, com a diferença de ficar com os libertos” (1990, 86). De forma a provocar risos, ele cria um plano, aparentemente improvável; o explica como se fosse executá-lo,

para, ao fim do texto, emendar que acredita que haja alguém que já tenha se antecipado a ele. O comentário do narrador ainda aponta para uma nova forma de dominação dos ex-senhores sobre os libertos: o ordenado irrisório em troca do trabalho. Ao final do texto, podemos perceber claramente de onde fala o nosso narrador, que nos apresenta como crítico da escravidão e da dificuldade de inserção do liberto na sociedade, ao declarar ao leitor:

Sabem que no tempo da escravidão, os escravos eram anunciados com muitos qualificativos honrosos, perfeitos cozinheiros, ótimos copeiros, etc. Era, com outra fazenda, o mesmo que fazem os vendedores, em geral: superiores morins, lindas chitas, soberbos cretones. Se os cretones, as chitas e os escravos se anunciassem, não poderiam fazer essa justiça a si mesmos. Ora, li ontem um anúncio em que se oferece a aluguel, não me lembra em que rua, - creio que na do Senhor dos Passos, - uma insigne engomadeira. Se é falta de modéstia, eis aí um dos tristes frutos da liberdade; mas se é algum sujeito que já se me antecipou... (1990, 87).

Faz-se importante destacar da passagem acima transcrita a aproximação entre a lógica comercial adotada pelos vendedores de chitas e aquela adotada pelos vendedores de escravos: ambas calcadas na supervalorização da “mercadoria”, via técnica publicitária. O narrador aponta que, diante desta lógica, caso fosse dado às chitas e aos escravos o direito de anunciarem a si mesmos, tal exaltação seria tida como falta de modéstia. Neste trecho pode ser percebido que a prática do escravo de ganho foi transposta para outra: a prestação de serviços por parte do liberto.

Nos textos de Machado de Assis, e especialmente nas crônicas, é possível reconhecer uma leitura crítica do escritor em relação aos acontecimentos do período histórico que presenciou, calcada num certo distanciamento narrativo, o que se configura como uma tática discursiva recorrente. A estratégia utilizada pelo cronista, no texto de 11/05/1888, faz-se presente na explanação, aparentemente opositora entre o princípio da escravidão e o da liberdade, para, no fim, mostrar que as alterações políticas iminentes seriam ineficazes quanto ao exercício do poder pelas oligarquias. Ao mostrar o domínio político das oligarquias, independentemente do regime em vigor (que em si mesmo não parecia fazer diferença substancial), o escritor traça em seu texto uma caracterização do país. Mesmo se levarmos em consideração que a história parece ser improvável e pilhérica, o texto traz em seu bojo uma forte crítica à política brasileira e àqueles responsáveis pelo

seu exercício, além de indicar que outras formas de dominação seriam construídas a fim de manter, senhores e negros, cada um no seu lugar, o que pode ser percebido em outros textos do escritor.

### **A presença na ausência: a importância do elemento escravo em “O espelho”**

A fuga de escravos aparece como tema na crônica de 11/05/1888, mas também tem papel importante na narrativa “O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana”, publicada em *Papéis Avulsos* (1882). Neste conto, numa reunião entre quatro cavalheiros que tratavam de questões filosóficas, surge Jacobina, que passa a se configurar como narrador capaz de teorizar sobre a existência de duas almas: a interior e a exterior. Tido por Bosi como um dos “contos teorias”, por tratar de questões relativas à existência humana, tais como as relações entre “ser e parecer”, apresenta ainda segundo o crítico uma combinação entre o desejo, o interesse e o valor social. O conto já foi alvo de inúmeras análises, sendo assim, não se faz necessário aqui um resumo do seu enredo, mesmo porque esta abordagem tem como objetivo constatar a importância daquilo que aparece como secundário no conto em questão: os escravizados.

Vale ressaltar que em “O espelho” a visão tida por Jacobina a respeito dos escravos se altera em um pequeno espaço de tempo. Eles, para alimentar a vaidade do personagem, passam a tratá-lo por “senhor alferes”, seguindo o exemplo de tia Marcolina, a viúva que havia recebido Jacobina em seu sítio e lhe presenteado com o espelho vindo de Portugal junto com a Corte, em 1808. Diante de um infortúnio, a doença da filha, a viúva deixa o lugar onde vivia, e Jacobina vê-se só:

Mas o certo é que fiquei só, com os poucos escravos da casa. Confesso-lhes que desde logo senti uma grande opressão, alguma coisa semelhante ao efeito de quatro paredes de um cárcere, subitamente levantadas em torno de mim. *Era a alma exterior que se reduzia; estava agora limitada a alguns espíritos boçais* (1997, 448) (grifo meu).

Sozinho, sem ter a tia para lhe afagar o ego, Jacobina entende que sua alma exterior só poderia ser alimentada pelos cativos do sítio, vistos por ele como “espíritos boçais”. Ainda não arrebatado pela solidão, ele prossegue:

Os escravos punham uma nota de humildade nas suas cortesias, que de certa maneira compensava a afeição dos parentes e a intimidade doméstica interrompida. Notei mesmo, naquela noite, que eles redobravam de respeito,

de alegria, de protestos. Nhô alferes de minuto a minuto. Nhô alferes é muito bonito; nhô alferes há de ser coronel; nhô alferes há de casar com moça bonita, filha de general; um concerto de louvores e profecias, que me deixou extático (1997, 448).

O tratamento cortês dispensado a Jacobina pelos escravos indica a perspicácia deles em perceber que deveriam alimentar a alma exterior do alferes a fim de desviar o foco da atenção do personagem. Os escravos de D. Marcolina falseiam a subordinação a Jacobina no intuito de deslocar a atenção dele, direcionando-a para si mesmo, a fim de colocar em prática o plano que tinham: a fuga em massa. A dissimulação aparece enquanto tática de sobrevivência dos escravizados diante do senhor, posição que naquele momento era ocupada pelo protagonista. Ela aparece nas próprias palavras deste: “*Ah! Pérfidos! Mal podia eu suspeitar a intenção secreta dos malvados*” (1997, 448) (grifo meu). Um dos cavalheiros que ouvia a narração dos fatos questiona se a intenção dos escravos era matar Jacobina, a que ele responde: “Antes assim fosse”. Na manhã do dia seguinte, ele percebe que estava sozinho, que os escravos haviam fugido, levando também os cães. Acompanhado somente pelas galinhas e por um par de mulas, Jacobina vê-se na mais completa solidão e, pior, sem alguém que pudesse lhe alimentar a vaidade: “Parece-lhes que isto é melhor do que ter morrido? Era pior” (1997, 349).

A importância do elemento escravo no conto em questão dá-se pela ausência. A fuga fez com que o protagonista tivesse que se deparar consigo mesmo, o que fez com que se sentisse “um defunto andando, um sonâmbulo, um boneco mecânico” (1997, 350), sem o olhar do Outro: os “espíritos boçais” que se revelaram dissimulados, traiçoeiros e muito mais espertos que o jovem provinciano, quarentão, capitalista, inteligente e astuto, tal como Jacobina é descrito no início da narrativa. Ele passa a comer mal sem os escravos para preparar para ele as refeições; passa a fugir da realidade através do sonho, enquanto aguardava o retorno de alguém. O lugar ocupado por Jacobina, diante da ausência de sua tia, passou a não fazer sentido após a fuga dos cativos: ficou responsável por guardar a propriedade rural e as propriedades humanas, mas não conseguiu evitar a fuga ocorrida enquanto dormia, embalado pelos cortejos dos cativos, que, simultaneamente, punham em prática o plano. O alferes e capitalista não mais conseguia ver-se; no espelho, a sua imagem aparecia-lhe distorcida, mal formada, em fragmentos. De acordo com Duarte: “o vazio

deixado pela ausência do negro – e de seus papéis sociais: motor da produção e força de trabalho submissa – interfere no modo de ser do outro componente da relação” (2007, 257).

O conto, além de teorizar sobre as questões relativas à alma humana, à vaidade, ao desejo de glória, aponta também uma situação histórica: a crise de identidade dos senhores diante da ausência do elemento escravo. O conto permite pensarmos que o estamento senhorial, diante da ausência do cativo, passará a se sentir como Jacobina: sem ter a quem dar ordens, “um defunto andando”; sem poder pôr em prática a mentalidade escravista, “um sonâmbulo”; paralisado, “um boneco mecânico”. É como se o conto nos lançasse uma questão: o que farão os proprietários rurais sem ter quem trabalhe para eles? Comerão mal? Ficarão à beira da loucura como ocorreu com Jacobina? Ludibriado pelos cativos, o personagem veste a farda para se encontrar. Caberia aos senhores também vestirem-se dos títulos para manterem a sua alma exterior? Ou simplesmente manteriam viva a mentalidade escravista mascarada sob outras formas de dominação.

### **Pancrácio e as pancadas: alegoria da liberdade**

A crônica de 19/05/1888 traz como tema, novamente, a prática paternalista dos senhores em relação ao seus escravos, através daquilo que Machado certa vez denominou “filantropia artificial”. O texto é narrado por um senhor de escravos que, naquele momento, traz a público seu ato benevolente. Dias antes da iminente promulgação da Lei Áurea, ele decide conceder a liberdade a um de seus cativos, de nome bastante sugestivo: Pancrácio. Eduardo de Assis Duarte, em nota à crônica em questão, lança possibilidades interessantes para se entender a significação deste nome próprio, a saber:

(...) o nome do escravo remete ao adolescente Pancrácio, um dos mártires e primeiros santos do catolicismo, torturado e decapitado no dia 12 de maio (!) do ano 304, por ordem do imperador Diocleciano. Na Espanha, São Pancrácio é considerado o padroeiro dos trabalhadores. O campo semântico do nome está ainda vinculado ao substantivo grego *pankrátion*, que designava uma espécie de luta livre, considerada a modalidade mais violenta do atletismo grego, em que se permitia o uso de mãos e pés a fim de vencer o adversário. Escusado dizer que, em sua conformação fonética no português, o nome está em consonância com “pancada”... Sua escolha, portanto, nada tem de casual ou inocente (2007, 51-2).



É possível relacionarmos as significações apontadas por Duarte e o contexto da crônica em questão. Pancrácio, o escravo liberto no dia 07 de maio de 1888, ao receber a sua carta de alforria das mãos do seu (ex)senhor, deveria se inserir em um novo sistema de produção: o trabalho assalariado. Porém, permanece preso à lógica escravista, inclusive exercendo as mesmas tarefas, à espera de um ordenado irrisório. Outro item a confirmar a continuidade da ideologia escravista localiza-se no tratamento que continua a ser dispensado ao novo liberto: pancadas, puxões de orelha e ofensas verbais.

O narrador inicia a crônica afirmando pertencer a uma família de profetas “*après coup, post facto, depois do gato morto*”, ou seja, enquanto profeta de fachada, ele toma uma decisão diante dos fatos que já estão batendo a sua porta, atribuindo a isso a sua “capacidade visionária”. A citação alude à “liberdade” que o narrador-personagem irá “conceder” a Pancrácio, numa segunda-feira, dia 07 de maio de 1888, segundo nota inserida no texto por Gledson, portanto, seis dias antes de proclamada a abolição. A ironia machadiana poderá ser percebida, em vários momentos, na voz deste narrador que se “adianta” aos fatos. Este afirma ter tomado a decisão muito antes dos debates que objetivavam o fim da escravidão se iniciarem. Como isso seria possível, se a decisão tomada data de 07 de maio?

Porém o que fica mais evidente no âmbito da enunciação é que diante da irreversibilidade da liberdade concedida aos negros, ele se adianta e toma isso como um fato louvável, um exemplo a ser copiado. Nos dizeres de Chalhoub : “o narrador na crônica assume o papel ridículo de protagonista de um fato consumado apenas para firmar o princípio de que a decisão de alforriar escravos era uma prerrogativa exclusiva de cada senhor específico” (1990, 131), numa demonstração daquilo que o historiador denominou a “inviolabilidade da vontade senhorial”. Sendo assim, a concessão de liberdade, mesmo às vésperas de ser tomada como lei, ainda aparece no texto como uma prerrogativa senhorial, numa construção ficcional que satiriza a mentalidade escravista. O abalo completo da prerrogativa senhorial de concessão de liberdades, através da aprovação da Lei Áurea, naquela segunda-feira, dia 07 de maio, tempo cronológico da narrativa, é um fato quase consumado, que deixa seus rastros no próprio texto. O narrador reelabora um ditado popular – “perdido por um, perdido por mil” – ao afirmar: “perdido por mil, perdido por mil e quinhentos” (1990, 62). Tal passagem pode ser interpretada como uma alusão ao

valor de mercado atribuído ao cativo, ou ainda como referência ao valor efetivamente gasto na cerimônia na qual seria concedida a liberdade a Pancrácio. Em outro momento da crônica, a questão do valor do cativo é mencionada de forma mais explícita, quando o narrador-personagem diz a Pancrácio que ele vale mais que uma galinha, a que o liberto corrige: “- Eu vaio um galo, sim senhô” (1990, 63).

Diante das discussões acaloradas a respeito da liberdade dos escravos, o narrador da crônica decide por dar uma festa, a fim de que o ato privado, a liberdade de Pancrácio, seja de conhecimento público. Para tanto, convocou cinco pessoas e, diante delas, entregou a Pancrácio a sua carta de alforria. As folhas públicas noticiaram trinta e três pessoas como convidadas do banquete. A distorção, para o narrador, nada mais é do que a necessidade de um aspecto simbólico. Se a idade de Cristo é mencionada, e a ela atribuída uma certa simbologia, por parte do próprio narrador-personagem, podemos pensar que ali, no banquete, iniciar-se-ia a morte simbólica da liberdade de Pancrácio, liberdade esta que ali nascera e permanecera somente no papel, como o decorrer da história demonstra. Sendo assim, Pancrácio é alforriado sem poder usufruir desta condição. Como simbologia do negro liberto, representada de forma satirizada, continuará a receber os maus tratos – as pancadas, os petelecos do narrador-personagem. Pancrácio é vítima da mentalidade escravocrata que teima em manter os seus princípios e fundamentos a qualquer custo.

A cena em que o narrador-personagem concede a Pancrácio a carta de alforria é assim resumida:

No golpe do meio (*coup du milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua), levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que, acompanhando as idéias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas idéias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado (1990, 63) (grifo do autor).

Ao levantar o brinde para comemorar a liberdade, o narrador utiliza a expressão “golpe do meio”, ao invés de *coup du milieu*, que só aparece entre parênteses para indicar a apropriação feita. Conforme nota de Gledson, a tradução mais adequada para o termo seria “taça do meio”, pois seria aquela situada no centro do banquete e que ergueria o brinde. Segundo o crítico o uso da palavra golpe para traduzir a francesa *coup* nada mais é do que

um “patriotismo ridículo” (1990, 62) por parte do narrador-personagem, que justifica a troca por apreciar a sua língua. Ao indicar “taça do meio” como tradução mais adequada à expressão francesa, Gledson parece ter se detido às questões aparentes e ao sentido do termo naquele momento da narrativa. Porém, pensando na intenção do autor, por trás do narrador, poderíamos entender a expressão “golpe do meio”, tal como aparece no texto machadiano, como uma pista que, no início da narrativa, já revela o seu fim. Se nos mantivermos fiéis à escolha vocabular realizada por Machado, e se levarmos em consideração a sua sutil ironia neste momento do texto, “o golpe do meio” traduz muito bem a intenção do narrador. Ao final da crônica, saberemos que a concessão da liberdade a Pancrácio era só um pretexto para que o narrador, futuramente, pudesse colher certa notoriedade política e aí estaria o localizado o seu golpe.

A retórica do narrador, que precede a entrega da carta de alforria a Pancrácio e que acompanha o brinde, encontra-se calcada nos preceitos do cristianismo. Como seguidor que diz ser das idéias de Cristo, ele conclui: “homens não podem roubar sem pecado” (1990, 63). O roubo a que ele se refere é o roubo da liberdade. Sendo assim, decide restituí-la a Pancrácio, o que nos faz pensar que este nascera livre. O discurso cheio de segundas intenções proferido pelo narrador revela o discurso dos senhores escravocratas que, sem saída diante da iminente abolição, resolvem tirar dela algum proveito. No caso da crônica em questão, o proveito é exclusivamente político.

Pancrácio recebe a carta das mãos de seu senhor e abraça-lhe os pés, fato que causa comoção naqueles que presenciavam a cena. Diante da comoção pública, o narrador aguarda que apareça um retrato a óleo pintado em sua homenagem.

Findado o banquete, no dia seguinte, a liberdade concedida a Pancrácio já havia cumprido o seu papel. O liberto é chamado pelo narrador que a ele diz que é livre para ir aonde quiser. O senhor oferece-lhe um ordenado de seis mil-réis, desde que continue na casa a prestar-lhe os serviços. De pronto, Pancrácio aceita sem pestanejar:

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos (1990, 63).

O tratamento dispensado ao liberto já voltava a ser o mesmo daquele que lhe era dado na condição de cativo, como nos mostra a citação acima. Sob o jugo do senhor, agora feito patrão, Pancrácio aceita tudo, até mesmo o peteleco que recebera por não limpar bem as botas do nhonhô. Provavelmente, esta era uma tarefa realizada diariamente por ele quando era cativo. Quando livre, o narrador atribui à tarefa mal realizada o fato do personagem se encontrar, agora, na condição de liberto. A liberdade não eximia Pancrácio de suas atividades domésticas porque ainda permanecia sob o mando do seu (ex-)senhor.

O tom do texto indica-nos o olhar profético de Machado de Assis, no que diz respeito à continuidade das relações entre senhores e escravos, mesmo após a abolição, olhar, por sinal, bem mais profético do que aquele que o narrador do texto atribui a si mesmo. O texto indica que, antes de 13 de maio, os negros se encontravam presos ao cativeiro pela condição de propriedade alheia que ocupavam. Depois, provavelmente manter-se-iam presos a um baixo ordenado e à falta de preparo para um trabalho que se diferenciava daquele desenvolvido na antiga condição, o que fazia com que alguns permanecessem “cativos” mesmo estando oficialmente livres. Ao destacar o posicionamento cético do escritor em relação à abolição, Faoro faz a seguinte afirmação que ilustra bem a condição de Pancrácio: “Livre o escravo, estará na rua, sem emprego, ou receberá do senhor a esmola do salário em troca de igual trabalho, com as antigas pancadas e injúrias” (1988, 327).

O narrador da crônica “convence” Pancrácio a permanecer em sua propriedade ao afirmar que ali continuaria a ter “casa amiga, já conhecida” e “um ordenado, um ordenado que...” (1990, 63). Antes mesmo que dissesse o ordenado, Pancrácio aceita as condições e tudo o mais. Aceita, mesmo livre, os petelecos, os puxões de orelha e os apelidos com os quais era requisitado pelo narrador: besta, filho do diabo.

A continuidade da ideologia escravagista que se baseia, principalmente, na visão do escravizado enquanto mercadoria também aparece no texto em análise. Para o narrador, Pancrácio vale mais que uma galinha. Antes, talvez valesse mil réis, porém, em 07 de maio de 1888, já não valeria nada, visto que, em poucos dias, seria “quase” dono de si mesmo. Outro indício desta continuidade está na permanência dos “dois estados naturais, quase divinos”: a liberdade de Pancrácio e o mau humor do senhor, enquanto capazes de justificar

o tratamento dispensado ao liberto. Neste caso, o mau humor de um irá anular a liberdade do outro.

A utilização do termo “golpe do meio”, na tradução da expressão francesa *coup du milieu*, configura-se como um enigma que só pode ser desvendado no último parágrafo da crônica, a saber:

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da Abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar (simples suposição) é então professor de Filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu (1990, 64).

O “golpe do meio” nada mais é do que um plano eleitoreiro. O narrador da crônica golpeia Pancrácio ao lhe entregar uma carta de alforria, cuja prerrogativa, a liberdade, só ficaria no papel. Ele golpeia também os convidados que, comovidos, o aplaudem e louvam a sua iniciativa, a ponto de ele esperar que seja encomendado um retrato seu, pintado a óleo. O golpe também será, posteriormente, deferido contra os eleitores que saberão pela circular enviada que Pancrácio aprendera a ler, escrever e contar, tornando-se professor de Filosofia no Rio das Cobras – fatos denominados pelo narrador como “simples suposição”.

Faz-se interessante ressaltar que, na passagem citada, as palavras do narrador-personagem constituem uma sátira ao discurso escravista que, diante da iminência da abolição, vê as determinações legais de 13 de maio como retardatárias e incapazes de instituir a justiça na sociedade. Os adjetivos utilizados para classificar o poder público se contrapõem à atitude “visionária” do narrador, o que só pode ser lido ironicamente, já que a liberdade concedida a Pancrácio antecede em seis dias a liberdade legal.

Assim, a expressão traduzida e utilizada por Machado de Assis na crônica – “golpe do meio” – também revela o golpe dado pelos senhores escravagistas, quando, nos momentos que precederam a abolição, assumiram um discurso abolicionista diante da impossibilidade de fazer permanecer a nefasta instituição. Nesta crônica, o escritor constrói um narrador-personagem, marcado por um posicionamento aparentemente abolicionista, a

fim de demonstrar o golpe das oligarquias ante o meio adverso representado pela abolição irreversível: assumir discursivamente a necessidade de se extinguir a escravidão.

Vale ressaltar o perfil carnavalizador do texto aqui discutido. Alguns aspectos que segundo Bakhtin (1997) caracterizam a carnavalização podem ser visualizados na crônica em questão. Um deles é o jogo discursivo capaz de aproximar os contrários. Na crônica, o narrador-personagem e seu escravo, aparentemente, passam a gozar da mesma condição, a partir daquele 07/05/1888, porém, o discurso adotado perante os convidados é logo violado. Merece destaque ainda o fato de a narrativa se configurar como uma alusão a um acontecimento histórico da época e representar um tipo social em surgimento: o liberto.

Outro item apontado por Bakhtin é o “riso reduzido” enquanto elemento capaz de adentrar uma realidade intraduzível. Segundo o teórico: “na literatura dos séculos XVIII e XIX o riso, regra geral, é consideravelmente abafado, chegando à ironia, ao humor e a outras formas do riso reduzido” (1997, 167). A ironia machadiana se faz presente na construção tanto do narrador-personagem quanto do escravo. O exagero do discurso de liberdade, assim como a euforia de Pancrácio diante de sua carta de alforria, compõem a visão carnavalizadora do escritor. De fora, ele promove uma visão invertida do processo de abolição, sob o ponto de vista do escravagista, que nos faz rir daquele fato improvável, mas também capaz de trazer em seu bojo um ponto de vista crítico tanto da escravidão quanto da liberdade dos cativos. Machado constrói um narrador senhor de escravos que adota provisoriamente um discurso abolicionista, almejando benefícios próprios, diante de um fato consumado. A revelação da verdade que impulsiona o narrador desencadeia no leitor um riso capaz de revelar o ponto de vista crítico que o autor deixa aparecer no texto.

Em outra crônica, publicada também em “Bons Dias!”, a 01/06/1888, o discurso falsamente abolicionista torna-se tema das páginas do cronista Machado de Assis. O narrador tece críticas aos abolicionistas de fachada que, ao verem as notícias sobre a libertação dos cativos publicadas nas folhas públicas, descobriram que nelas não constavam seus nomes. A “poética da dissimulação”, enquanto estratégia discursiva adotada por Machado para tratar dos assuntos relacionados aos escravizados, apontada por Duarte, faz-se presente nesta crônica através do duplo posicionamento discursivo adotado pelo narrador. Através de “negaceios verbais” e de “alfinetadas ligeiras, mas cortantes” (2007, 272), o narrador tenta confortar seus interlocutores, diante do fato de não receberem

menção nos jornais que clamavam a abolição: “Eu, com uma sabedoria só comparável à deste filósofo [Sócrates], respondi que a história era um livro aberto, e a justiça a perpétua vigilante” (1990, 75). Antes, o narrador deixa explícita a sua opinião sobre o fato: “Aqui é que eu quisera ser um homem malcriado. Mesmo que diria a todos, é que eles tanto trabalharam para a abolição dos escravos, como para a destruição de Nínive, ou para a morte de Sócrates” (1990, 75). E conclui: “em linguagem chã, todos eles queriam ir à glória sem pagar o *bond*, creio que fiz um trocadilho” (1990, 76). Mais uma vez o desejo de notoriedade pública é posto em xeque pelo narrador dissimulado enquanto prática adotada pelos escravistas que, diante de um fato consumado – a liberdade –, desejavam tirar proveito próprio sem que tivessem efetivamente para ele contribuído.

Segundo Chalhoub (2003), um dos preceitos mais importantes para se entender os romances de Machado de Assis, principalmente aqueles que se situam na dita primeira fase, é a inviolabilidade da vontade senhorial. Na crônica de 19/05/1888, ao apresentar-nos um discurso de liberdade que se revela oco, interesseiro e falso, o escritor deseja mostrar que, nas aparências, essa vontade senhorial permanece, mesmo que, para isso, ela tenha que ser mascarada por um falso desejo de liberdade, diante das circunstâncias, para eles, adversas.

Para o historiador, esta crônica apresenta uma situação inverossímil que objetiva gerar um efeito cômico. Aponta ainda o tom de deboche por parte de Machado daqueles abolicionistas que desejavam tornar públicos seus atos privados de libertação de escravos, além de aludir à insuficiência da política de dominação, tal como era realizada, naquele momento pré-abolição. Segundo ele, o discurso de liberdade realizado pelo narrador-personagem diante dos convidados ao banquete representa a manifestação de uma faceta da ideologia escravocrata baseada na concentração da oferta de liberdade aos cativos, localizada exclusivamente nas mãos das classes senhoriais. O que nada mais seria do que uma “ampla estratégia de produção de dependentes”, tal qual acontece na narrativa caricatural de Machado de Assis.

Octávio Ianni, em seu livro *Metamorfose do escravo* (1988b), conclui que da forma como o regime escravocrata se instalou no país, os escravos, muitas vezes, não conseguiam negar o significado que esta instituição tinha para si mesmos, sendo assim, muitos não conseguiam romper com a alienação secular. Para Ianni, a dificuldade de romper as barreiras sociais faziam com que os recém-libertos permanecessem na casa de seus antigos

senhores. No caminho rumo à liberdade brilhantemente interpretado pelo sociólogo, fica claro que esses ex-escravos são vistos como libertos e não como homens-livres. Pancrácio – personagem da crônica machadiana – localiza-se entre eles. A alienação de que fala Ianni fica evidente na passagem em que Pancrácio, corrigindo o narrador-personagem, afirma valer um galo.

O tema da crônica de 19/05/1888 é a continuidade da mentalidade escravista e do mando da oligarquia, após a abolição. A crítica machadiana situa-se na política de dominação escravocrata e na continuidade da relação de mando/obediência entre senhores e libertos, como intentei aqui demonstrar. Mesmo livre, Pancrácio continua a ser propriedade do senhor e o tratamento a ele dispensado permanece o mesmo. As leis são feitas, mas a mentalidade social parece permanecer a mesma.

Esta crônica, tida por Gledson como “um dos melhores escritos de Machado” (2003, 148), traz em suas entrelinhas um questionamento a respeito da liberdade de que gozariam os negros libertos, tal como ocorre em outros textos do escritor que serão aqui analisados. Ao relativizar a liberdade dos cativos e ao confeccionar a caricatura dos escravocratas, revelando as verdadeiras intenções por detrás do discurso do personagem, Machado de Assis realiza, por meio do texto jornalístico-ficcional, uma representação peculiar dos momentos antecedentes a 13 de maio de 1888. Parece que diante da impossibilidade de manutenção do direito de propriedade sobre os escravos, os senhores assumem um discurso falsamente abolicionista, na tentativa de ainda tirar algum proveito dos fatos.

Naquela crônica, o escritor revela, nas entrelinhas do texto, uma nova forma de dominação que irá pautar a relação entre os senhores e os libertos: a dependência. Quer seja através de um olhar arguto, ou mantendo um ponto de vista histórico que visa promover relativizações e questionamentos, Machado de Assis faz-se “homem do seu tempo e do seu país”, ao construir histórias que representam, de forma humorística e irônica, a realidade do período marcado pela iminência da abolição.

Nas crônicas selecionadas para fazer parte deste item, percebemos que o regozijo pela libertação dos escravos cede espaços ao tom crítico com que o escritor “lê” o processo histórico e político que vai desembocar na abolição. O tom recorrentemente irônico das crônicas machadianas permite-nos afirmar que esses textos trazem à tona uma visão histórica e crítica do escritor em relação ao período. Suas crônicas, marcadas pelo tom



pilhérico e humorístico, permitem-nos entrever o olhar crítico com que a liberdade é avaliada e, em alguns momentos, posta em xeque, diante da percepção de que mudanças circunstanciais dependeriam também da alteração da mentalidade que regia a sociedade brasileira dos oitocentos.

## **2.2 – “Também se muda de roupa sem trocar de pele”: a imobilidade social dos libertos**

Neste item, ainda tendo como mote a continuidade da mentalidade escravocrata, mesmo após a abolição, assinalada por Machado de Assis, serão mencionadas duas crônicas do escritor nas quais personifica o liberto: “A Semana”, de 16/10/1892 e de 04/11/1897. Na primeira, o cronista tece uma representação do não-lugar do liberto através da alegoria dos animais de tração, que se tornam pouco úteis após a chegada, no Rio de Janeiro, dos bondes elétricos. Na outra, tem-se uma reflexão a respeito da história de vida do sineiro da Igreja da Glória que passa a vida a servir, nunca gozando da liberdade. Além desses textos, será abordado o personagem Prudêncio, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.<sup>26</sup>

O fato de mudar o regime parece não determinar mudanças efetivas na condução da política e nas relações sociais. Em vários momentos de sua obra ficcional, Machado de Assis deixa isso nas entrelinhas. Seu posicionamento em relação à abolição da escravidão estaria marcado pela reflexão, pela associação dos contrários e pela observação da realidade. Nos textos que serão mencionados, percebe-se como os libertos ainda permaneceriam presos a uma lógica de dominação escravista e como, mesmo livres, teriam poucas possibilidades de exercer a nova condição, devido à continuidade da visão que tinha o escravo como mero instrumento de trabalho.

### **A inutilidade dos burros com a chegada dos bondes: alegoria dos ex-escravos e da liberdade**

A crônica que será analisada neste item foi publicada em “A Semana”, a 16/10/1892. Nela, temos um narrador que presencia um diálogo entre dois burros encarregados de puxar os bondes comuns que estão sendo substituídos pelos elétricos. Esta fábula machadiana tem como tema uma discussão acerca do sentido da palavra liberdade, a

---

<sup>26</sup> Para a análise da crônica de “A Semana”, 16/10/1892, será utilizada a edição *A semana* (1996), organizada por John Gledson. Para a crônica de 04/11/1897, assim como para o estudo do personagem Prudêncio foi utilizada a edição das *Obras Completas* (1997), feita pela Nova Aguilar.

partir da voz dos dois animais de tração que, naquele momento, desejavam dela gozar. Além disso, apresenta uma reflexão que tem como objetivo questionar o sentido da liberdade na sociedade brasileira do final do século XIX.

A fábula, enquanto modo universal de construção discursiva, apresenta como características a presença de animais, dotados de características humanas, enquanto personagens da história; a construção de uma moral da história, que pode ser fornecida textualmente pelo narrador/fabulista ou inferida pelo leitor; a presença do diálogo argumentativo entre dois animais ou dois grupos deles.

No dicionário, a fábula é definida como “[uma] pequena composição literária em que se narra um fato alegórico cuja verdade moral se esconde sob o véu da ficção e na qual intervêm pessoas, animais e até coisas inanimadas, apresentando ou exemplificando uma máxima” (1988, 272). Nos dizeres de Dezotti, a fábula é um discurso alegórico ancorado em “outro” significado.

No texto machadiano em questão, temos um narrador que presencia um diálogo entre dois burros encarregados de puxar os bondes comuns que estão sendo substituídos pelos elétricos. Eles discutem sobre a liberdade que a adoção do novo meio de transporte poderia lhes proporcionar. Como construção alegórica, o texto pode ser lido enquanto reflexão acerca da liberdade que, há pouco, havia sido proporcionada aos escravos.

O narrador inicia a crônica justificando o seu silêncio de uma semana a respeito da inauguração dos bondes elétricos na cidade. Afirma que não havia tido, ainda, curiosidade de vê-los e, portanto, não poderia deles falar. Certo dia, estando em um bonde comum, viu passar ao seu lado um elétrico, e alguns fatos chamaram a sua atenção. Primeiro, a forma como o cocheiro o manipulava, sentia-se superior por estar à frente da máquina indicativa do progresso. O narrador ficou a ver o bonde passar, este se foi, mas não saiu de sua memória. De repente, viu-se quase sozinho, e enquanto os dois acompanhantes dormiam, ele pensava. A memória do bonde elétrico que há pouco passara somada às suas próprias reflexões indicam que nas passagens que se seguem, há, sim, nas entrelinhas, uma voz narrativa que se faz crítica e sagaz.

Na quase solidão do bonde, o narrador passa a ouvir o diálogo que se estabelece entre os dois burros condutores daquele meio de transporte. Ele só consegue compreender o diálogo porque afirma conhecer a língua dos *Houyhnhnms*. Em nota, Gledson nos esclarece

o sentido do termo ao afirmar que este designaria “os cavalos sábios das *Viagens de Gulliver*, de Swift” (1996, 135).

A partir deste momento da crônica, os burros travam um diálogo sobre a liberdade, seu significado e suas implicações. Os dois personagens, denominados burro da esquerda e burro da direita, devido à posição em que estes se encontravam em relação ao narrador, passageiro do bonde, travam uma conversa enigmática.

O diálogo se inicia pela felicitação do burro da esquerda com a chegada da tração elétrica à cidade e com a possibilidade de que esta seja estendida a todos os bondes e por concluir: “estamos livres, parece claro”. A que responde o da direita: “Claro parece, mas entre parecer e ser a diferença é grande” (1996, 136). A voz do burro da direita é representante de uma visão crítica, até mesmo cética, em relação à possível liberdade que seus irmãos poderiam gozar a partir da instalação dos bondes elétricos. Já o burro da esquerda adota um posicionamento discursivo baseado nas aparências dos fatos, através da relação direta entre causa e consequência, enquanto o da direita deseja provocar reflexões mais profundas.

Para tanto, parte da própria experiência para concluir que receber pancada sempre foi e continuará sendo o destino dos burros e declara: “Quem nos poupa no dia, vinga-se no dia seguinte” (1996, 136).<sup>27</sup> Os comentários feitos pelo personagem não são apreendidos pelo burro da esquerda, incapaz de analisar profundamente os fatos. Depois de ouvir as reflexões do colega, o burro da esquerda indaga o que isto teria a ver com a questão da liberdade. Neste momento, o diálogo é interrompido pelos golpes de chicote deferidos pelo cocheiro no lombo dos dois animais: uma efetivação concreta do que, até então, eram só reflexões e suposições do burro da direita.

Ele dá prosseguimento à conversa e afirma que, tempos atrás, quando os burros entraram na cidade, era proibido chicoteá-los. Diante do fato, os cocheiros reclamavam, pois não poderiam fazer os burros trabalharem sem dar-lhes pancadas. E lembra que até mesmo o burro magro, debilitado, após apanhar pancada, puxava o bonde.

---

<sup>27</sup> Faz-se importante fazermos aqui uma associação entre a passagem destacada e a crônica de 19 de maio de 1888, publicada em “Bons dias!” e analisada no item anterior. O personagem Pancrácio é agraciado pelo seu senhor com a sua carta de alforria, no dia 07 de maio de 1888, e no dia seguinte continuava a receber deste o mesmo tratamento: pancadas, petelecos, pontapés, puxão de orelhas etc. Agraciado com a liberdade naquela data, no dia seguinte, ele continua a ser “escravo”, apesar de liberto.

Nesta narrativa da história dos burros, situados na capital do país, o personagem relembra uma ordem que havia sido enviada aos responsáveis pela gerência dos animais de tração: “engorde os burros, dê-lhes de comer, muito capim, muito feno, traga-os fartos, para que eles se afeiçoem ao serviço; oportunamente mudaremos de política, *all right!*” (1996, 136). A ordem, então, era fazê-los fortes, dar a eles comida, para que assim o trabalho fosse garantido; presos aos seus donos, os burros não queriam fugir. As próximas passagens do diálogo entre os dois burros são de extrema importância para se entender o caráter alegórico do texto machadiano. Passemos à citação que se inicia com a fala do burro da direita:

- O bonde elétrico apenas nos fará mudar de senhor.
- De que modo?
- Nós somos bens da companhia. Quando tudo andar por arames, não somos já precisos, vendem-nos. Passamos naturalmente às carroças.
- Pela burra de Balaão! exclamou o burro da esquerda. Nenhuma aposentadoria? Nenhum prêmio? Nenhum sinal de gratificação? Oh! Mas onde está a justiça deste mundo?
- Passaremos às carroças – continuou o outro pacificamente – onde a nossa vida será um pouco melhor; não que nos falte pancada, mas o dono de um só burro sabe mais o que lhe custou. Um dia a velhice, a lazeira, qualquer coisa que nos torne incapaz, restituir-nos-à a liberdade... (1996, 136-7).

O resumo da referida crônica feito até aqui somado à citação acima já nos permite desvendar o que se encontra por detrás da narrativa aparente e elucidarmos a alegoria machadiana. Para se revelar os meandros do texto narrativo, faz-se preciso, mais uma vez, assim como o fez o escritor, “catar o mínimo e o escondido” do texto.

O burro da esquerda parece não entender as relações de causa e consequência presentes na fala do colega, enquanto acredita que a chegada dos bondes elétricos irá proporcionar a ele e aos demais burros a liberdade. Já o burro da direita retoma o diálogo afirmando que a mudança do sistema de transporte apenas os fará “mudar de senhor”. O indício textual mais evidente, até este momento da narrativa, da aproximação entre o discurso dos burros enquanto alegoria da reflexão dos libertos encontra-se na primeira fala que inicia a citação anterior. A utilização da palavra “senhor”, pelo animal, ao se referir aos seus donos aponta uma escolha vocabular feita a dedo pelo escritor carioca.

Outro elemento textual também deve ser destacado. A fala do personagem revela a condição por ele ocupada no sistema de transporte: “nós somos bens da companhia”. Desta forma, poderiam ser repassados a outros donos e destinados a outros trabalhos, como, por

exemplo, puxar carroça. Assim também eram considerados os escravos: bens semoventes a serem transferidos por espólio, doação, compra e venda.

Na seqüência do diálogo, o burro clama pela burra de Balaão – personagem bíblica dotada de uma capacidade visionária – a fim de que alguma saída possa ser vislumbrada diante daquela situação que está sendo exposta pelo seu amigo-irmão.

O burro, enquanto personagem de uma história, também aparece em outra crônica machadiana publicada em 10/06/1894. Em ambas, os personagens fazem a mesma reivindicação: o direito à liberdade. Nesta crônica, o narrador se depara com um burro, atracado em seu jardim, e a quem chama Lucius de Tessália. O burro, leitor de jornais ingleses, faz-se um exímio orador e solicita ao cronista que interceda pela sua “classe” junto à imprensa fluminense. Indignado com as penalidades legais aplicadas aos homens ingleses que tratavam mal os seus animais de tração, o burro reflete sobre a diferença, perante os olhos da justiça, entre ricos e pobres: “– Um tal John Fearon Bell, convencido de maltratar quatro potros, não lhes dando suficiente comida e bebida, do que resultou morrer um e ficarem três em mísero estado, foi condenado a cinco libras de multa; ao lado desse vinha o caso de Fuão Thompson, que foi encontrado a dormir em um celeiro e condenado a um mês de cadeia” (1997, 612). Desejando ser reconhecido enquanto sujeito, o burro espera que a justiça dos homens não mais se utilize de dois pesos e duas medidas para condenar os infratores da lei dos homens e da lei dos burros. A fim de convencer o narrador-cronista a interceder pelos burros junto à imprensa local, o animal faz uso da teoria da evolução das espécies para reclamar o seu parentesco com a raça humana. O animal poliglota é dotado ainda de uma veia poética, já que é dado a fazer versos que saem sem muito esforço de sua parte: “– (...) às vezes saem-me rimas da boca, e podia achar editor para elas, se quisesse; mas não tenho ambições literárias” (1997, 611).

As ambições do nosso personagem são mais concretas, ou melhor, políticas. Na seqüência da narrativa, nota-se uma passagem que salta aos olhos devido à maestria da construção discursiva de Machado de Assis e a sua capacidade de dizer o dito pelo não dito. Da mesma forma como ocorre na crônica anterior de 1892, nesta, alguns indícios textuais permitem-me afirmar que os burros, nestes dois textos, podem ser entendidos enquanto alegorias do escravo e do liberto. Vejamos a passagem:

– Ainda uma vez, respeitável senhor, cuide um pouco de nós. Foram os homens que descobriram que nós éramos seus tios, senão diretos, por afinidade. Pois, meu caro sobrinho, é tempo de reconstituir a família. Não nos abandone, como no tempo em que os burros eram parceiros dos escravos. Faça o nosso *Treze de Maio*. Lincoln dos teus maiores, segundo o evangelho de Darwin, expede a proclamação de nossa liberdade! (1997, 612-613) (grifo do autor).

O burro, no afã de se libertar do sistema que o oprime e o trata como ser irracional, vê a imprensa como mecanismo de denúncia capaz de amenizar os maus tratos que recebe de seu dono, desejando estender tal benefício a todos os seus irmãos. O narrador-cronista, enquanto homem de imprensa, é visto como o Lincoln brasileiro, devido a sua capacidade de, através da escrita, interceder pelos “seus sobrinhos”. A aproximação entre os burros e os escravos é notória, nesta passagem em destaque. Aqueles eram parceiros destes já que ambos serviam ao sistema de produção escravista enquanto mão-de-obra. Ambos eram considerados seres não dotados de inteligência, além de serem destinados ao trabalho pesado capaz de mover a economia agrária brasileira. Àquela altura da narrativa, a liberdade dos cativos já havia sido proclamada, e enquanto parceiros de um mesmo sistema, o burro aguardava o “*Treze de Maio*” destinado a sua espécie. A fim de ajudar o burro em seu intento reivindicatório, o narrador-cronista orienta o animal a procurar a *Gazeta*, jornal onde saíam os seus textos, e no qual Machado de Assis publicou por quase 15 anos.

O burro, enquanto pensador do sistema político e social em que vive, encontra uma saída que julga eficaz para diminuir o tratamento desumano que é dispensado a ele e a seus irmãos de sangue: “– (...) não exijo cadeia para os nossos opressores, mas uma pequena multa e custas, creio que serão eficazes. O burro ama só a pele; o homem ama a pele e a bolsa. Dê-lhe na bolsa, talvez a nossa pele padeça menos” (1997, 612). A comparação com a passagem do conto “Pai contra mãe” dá-se de imediato, já que nele o narrador, enquanto rememora a escravidão, comenta os açoites destinados aos negros, em uma passagem, também ela, recheada de um tom sarcástico capaz de revelar os princípios que fundamentavam a lógica escravocrata:

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e mesmo o dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói (1997, 659).

Tanto a crônica, quanto o conto, revelam o lado prático da ordem escravista: a inutilização de um escravo equivalia à inutilização de um bem. Sendo assim, tanto pagar pelas sovas dadas aos burros, quanto ter um cativo impossibilitado de exercer o trabalho são prejuízos que vão de encontro à lógica comercial.

Faz-se necessário destacar, apesar de evidente, que a aproximação entre o burro e o escravo, nas duas crônicas, não está calcada em um tom pejorativo capaz de desvalorizar o negro, ao contrário do que ocorria no senso comum, nos discursos favoráveis à escravidão e na literatura de tese, produzida à época. Ao aproximar o burro e o escravo, Machado de Assis reveste aquele de aspectos positivos: o domínio da linguagem, a capacidade de análise, a reflexão social e política, o dom da oratória, a sabedoria. Ao construir a alegoria dos escravos na figura dos burros, o escritor dá, de forma velada, a capacidade da reflexão crítica além de proporcionar que o sistema escravocrata seja desvelado pela voz do cativo. Em uma crônica em versos, publicada na *Gazeta de Hollanda*, ao personagem, Pai Silvério, é dada a possibilidade de examinar as discussões abolicionistas, e, desta forma, a instituição é analisada sob o ponto de vista do escravizado. Nestes momentos, o escritor Machado de Assis parece seguir a constatação a que chegara, em texto de 1876: “a verdade fala pela boca dos pequeninos” (1997, 349).

A crônica de 16/10/1892 apresenta uma reflexão dos burros acerca das possibilidades de gozarem da liberdade. Da mesma forma ocorrida no texto de 1894, naquela crônica alguns indícios textuais apontam para uma construção alegórica que toma os animais de tração enquanto representação dos libertos. Sendo assim, é possível entendê-la como uma reflexão dos ex-escravos, acerca da liberdade que lhes havia sido dada, há cinco anos.

Assim como há na crônica uma reflexão entre o ser e o parecer, os escravos, livres após 13 de maio de 1888, foram considerados libertos. Mas havia uma grande diferença entre *estar* livre e *ser* livre. Ianni, em análise sobre a transformação do escravo em liberto e, posteriormente em homem livre, ressalta o fato de o escravo ser visto pelo senhor como mero instrumento de trabalho, o que lhe conferia um caráter não humano.

O negro e o mulato livres também são vistos como pertencentes a um grupo outro que se encontra diametralmente oposto ao do senhor. Libertos, os negros ainda são vistos



como pertencentes a uma casta inferior, o que os impossibilita a ascensão social. A cor da pele, segundo Ianni, configura-se como uma marca que o liberto “transportará consigo do interior da escravidão, como símbolo desta” (1988b, 153). Assim, iniciar-se-ia a metamorfose do escravo em negro, quando este, ainda durante a escravidão, recebia a liberdade. Já a metamorfose do negro, ex-cativo, em homem livre, dependia da condição de cidadania que, por sua vez, requeria atributos psicossociais e culturais aos quais o liberto não tinha acesso.

Ainda de acordo com Ianni, com a transformação das estruturas econômicas, promovida pela abolição, os brancos transportaram consigo valores, padrões, técnicas de controle de comportamento próprios do período escravocrata, e assim tinha-se preservada a identificação do negro ou mulato como integrante de uma casta inferior. Assim como os negros também levaram consigo seus valores, crenças, sua cor como símbolo do cativo, e a idéia do branco como ser superior. Nesse movimento de transformação, o passado mais do que nunca se faz presente a fim de definir na hierarquia social quem é quem. Ao analisar o processo histórico da abolição à liberdade, Ianni conclui:

Assim, o que era escravo se vai transformando socialmente em negro, que permanece à parte, impossibilitado de penetrar, em igualdade de condições, nos círculos de convivência social dominados. E os próprios mulatos não escapam a essa definição social, produtos espúrios, bastardos que são de uma sociedade dividida em categorias assimétricas (1988b, 153).

Os libertos, assim como os burros da crônica machadiana, continuariam ligados à sua condição anterior, que os tinha como seres inferiores, incapazes. Enquanto movimento político protagonizado por cidadãos livres, brancos, mulatos e mestiços, a abolição objetivava aparentemente a transformação do escravo em cidadão, mas acabou se configurando como a substituição de um sistema por outro, que, por sua vez, encontrava-se marcado por resquícios ideológicos do primeiro. Conforme ressalta o personagem da crônica, a mudança do transporte de tração para o elétrico só faria com que os burros mudassem de donos, assim como a mudança do regime escravocrata para o assalariado transferiu a mão-de-obra escrava das mãos dos senhores para a mão dos patrões. Muitos deles permaneceriam sob um novo sistema de mando e obediência, tal como aconteceu com Pancrácio.

O burro da esquerda, ao se deparar com a análise do da direita, questiona se eles, uma vez dispensados, vendidos a outro senhor, não receberiam nenhuma forma de indenização pelo trabalho gratuito, exercido durante anos. A alegoria parece indicar que a liberdade concedida era, em si mesma, o único prêmio dado aos cativos. Há aqui uma provocação significativa. Durante o movimento abolicionista, uma das preocupações era se os senhores de escravos seriam ou não indenizados, quando fosse proclamada a abolição. Lida enquanto construção alegórica, nesta passagem, Machado coloca na voz do personagem, como manifestação de justiça, a indenização dos ex-escravos, pelo senhor, devido ao trabalho exercido durante o regime.

Na reflexão do burro da direita, anteriormente citada e por vezes retomada aqui, há ainda um outro comentário digno de análise. Ele afirma que a liberdade só virá quando estiverem impossibilitados do trabalho, pela velhice, pela doença, ou seja, quando forem considerados incapazes, inúteis, enquanto isso, estarão, certamente, presos a alguma outra forma de cativeiro. Ele pondera que, “livres”, passarão a viver nas ruas, sem trabalho, sem função. A liberdade de transitar pelas ruas parece não ter grande valor diante da impossibilidade de ganhar o próprio pão através do trabalho: “Mas que valem duas dentadas de erva, que nem sempre é viçosa?” (1996, 137). Para o personagem, a verdadeira liberdade só virá com a morte e para fazer tal afirmativa, faz uso de “uma metáfora humana”: esticar a canela. Sob sua ótica, eles só poderão gozar de uma liberdade: “a liberdade de apodrecer” (1996, 137).

Ainda tecendo a analogia com os negros libertos, podemos perceber que a intenção do escritor é apontar que somente com a morte o liberto se desvencilhará das amarras sociais que o prendem à condição de ex-escravo.

O diálogo entre os animais é interrompido pelo freio do condutor, quando o personagem parecia iniciar um comentário a respeito da filosofia (de dominação?) de cada século. O freio cala a voz do burro e o silêncio deste permite o reaparecimento da voz do narrador, quando este se aproxima dos animais e profere: “- *Houyhnhnms!*”, ou seja, sábios cavalos! Esses animais, então, ao contrário do senso comum que os via apenas como descendentes de uma casta inferior, não dotados de inteligência, são designados por Machado como sábios, capazes que são de trazer à luz os fatos mais recônditos e de ver para além das aparências.

Faz-se importante ressaltar que, na sociedade escravista brasileira, era comum que os escravos fossem associados aos animais, posto que eram tidos como inferiores, incapazes, dotados de pouca (ou nenhuma) inteligência. Outro item indicativo dessa associação se refere aos inventários *post-mortem*, citados por Chalhoub (2003), por exemplo, nos quais os escravos apareciam junto aos animais, às mobílias e às terras do morto, enquanto bens semoventes do senhor/proprietário. Além disso, conforme alerta o historiador: “nos discursos de denúncia contra a escravidão, era comum que os críticos do regime acentuassem seus horrores traçando paralelos entre a condição dos escravos e a dos animais ‘irracionais’ à sua volta” (2003, 32).

A crônica, de 16/10/1892, através do recurso da alegoria, permite ao leitor estabelecer elos entre o texto ficcional e o contexto histórico-social ao qual se liga. É importante ressaltar, apesar de haver um elemento elucidativo na própria crônica, que mesmo ao tecer uma narrativa cujos personagens são representados pelo animal burro, tido historicamente como animal de carga, não dotado de inteligência, o escritor não se filia ao discurso hegemônico que tinha os negros como seres inferiores, pois estes são providos da língua dos *Houyhnhnms*. Além disso, estes personagens são dotados de certa capacidade filosófica, de que não gozam os homens, o que pode ser comprovado nas passagens: “a nossa raça é essencialmente filosófica”, “a filosofia é nossa. Todas as tentativas humanas a este respeito são perfeitas quimeras” (1996, 137).

Nicolau Sevcenko, em sua apresentação ao livro de Gledson, *Machado de Assis: ficção e história*, após apresentar sucintamente o enredo da referida crônica, faz a seguinte afirmação:

nem a melhor historiografia pôs a questão da Abolição, do destino dos seres humanos egressos da condição servil, dos paradoxos da imigração, da modernização artificiosa e da exclusão social em termos tão dolorosamente crus quanto essa crônica perdida numa página de jornal (2003, 18).

A abolição e o destino dos libertos têm sido a temática deste capítulo, a fim de que possamos construir um pensamento machadiano a respeito dessas duas questões. Na referida crônica, a visão cética do escritor dá a tônica do texto, os escravos, mesmo livres, sem trabalho, estariam entregues ao ócio e à miséria, como apontou, em certa oportunidade, Faoro.

O olhar à frente do seu tempo permitiu a Machado de Assis vislumbrar o processo de liberdade dos negros de forma crítica, lançado luz sobre um futuro pouco promissor a que estes estariam destinados. Porém, nada disso é feito de forma panfletária, ao contrário, desvendar as intenções do escritor por detrás do narrador tem se configurado como uma tarefa árdua, que requer escolher passagens e interpretá-las com um olhar desconfiado a fim de trazer à tona o que, por hora, não se encontrava na superfície do texto. Além disso, a fim de se estabelecer certa coerência na visão machadiana a respeito das questões da escravidão e da abolição, foi feita a opção de se efetuar uma tessitura de passagens cujas idéias centrais se repetem ao longo do *corpus* escolhido para a composição desta dissertação.

As duas crônicas mencionadas, a de 16/10/1892 e a de 10/06/1894, foram publicadas no mesmo periódico, *Gazeta de Notícias*, e têm em comum burros como personagens que se propõem a discutir a liberdade que lhes faltava. O mesmo ocorre, de forma velada, em outras passagens da obra, nas quais o personagem escravo, mesmo enquanto secundário para o desenvolvimento da narrativa, conforme apontam alguns críticos, faz-se, pelo viés da linguagem, ou pelas ações realizadas, um sujeito capaz de revelar os fundamentos da escravidão, algumas vezes, questionando-os. Em outros momentos, quando a representar o escravo cuja mentalidade foi moldada pela ordem vigente, é pela voz do narrador irônico que as verdades são reveladas e as críticas, feitas.

Em ambos os textos, os primeiros momentos em que o narrador se depara com os burros falantes é marcado por um tom galhofeiro, de descrença. No texto de 1894, às reflexões do burro visitante do jardim do narrador-cronista é dado um certo tom humorístico, o que confere ao texto um ar de brincadeira por parte do escritor. No de 1892, a conversa entre os dois animais de tração chama a atenção do narrador enquanto este pensava a respeito da chegada da modernidade, representada pelos bondes elétricos. Estas fábulas permitem ao escritor manter sob um véu um assunto caro à época: o destino dos libertos. Os disfarces do Bruxo do Cosme Velho são muitos e só podem ser desvendados pelas marcas textuais. Enquanto os burros esperam o *Treze de Maio*, o escritor carioca se detém a refletir, de forma velada, sobre o *day after* da escravidão brasileira, fazendo uso da literatura como meio capaz de ser marcado pela arte e pela realidade, instrumento capaz de velar e desvelar as marcas históricas do momento vivido.

## O sineiro da Igreja da Glória: alegoria do negro livre e velho

Um outro exemplo da manutenção da mentalidade senhorial e escravocrata, mesmo após a Abolição, encontra-se na personagem da crônica de 04/11/1897<sup>28</sup>. O narrador relata que diante de fatos trágicos ocorridos naquela semana – o terremoto na Venezuela, a queda do Banco Rural –, o que mais lhe causou comoção foi o falecimento do sineiro da Glória. O personagem é assim descrito pelo narrador:

O sineiro da Glória é que não era moço. Era um escravo doado em 1853 àquela igreja, com a condição de a servir por dois anos. Os dois anos acabaram em 1855, e o escravo ficou livre, mas continuou o ofício. Contem bem os anos, quarenta e cinco, quase meio século, durante os quais este homem governou uma torre. A torre era dele, dali regia a paróquia e contemplava o mundo (1997, 770).

Mais uma vez a crônica serve de exemplo à teoria proposta por Machado para a confecção deste gênero literário. Nela cabe tudo, pois está ligada aos fatos cotidianos. Por isso, o narrador se apropria de três fatos da semana a fim de explicá-los e dar, ao leitor, a sua opinião.

O personagem escravo havia sido cedido à igreja na condição de prestar serviços por dois anos, porém, passou a vida a exercer um único ofício: dobrar e repicar os sinos. Por que seria este o caso, dentre outros, que mais comoveu o nosso narrador? Ele próprio dá-nos as explicações: “todo banco nasce virtualmente quebrado; é o seu destino, mais ano, menos ano” (1997, 771). O terremoto na Venezuela é retratado como uma situação trágica, num país marcado por revoluções sangrentas. Para ele, as revoluções pelo menos deixam vencedores, enquanto o abalo sísmico “não serve a ninguém” (1997, 772).

A breve descrição das características e da vida do personagem levam-nos a pensar que a sua única posse era a torre, onde desempenhou, durante quase meio século, o mesmo ofício. Mesmo livre, o sineiro da Glória permanecia preso ao único trabalho que lá desempenhava. Seu alheamento é destacado pelo narrador, na seguinte descrição:

Acompanhou a história da cidade. Veio a febre amarela, o cólera-mórbus, e João dobrando. Os partidos subiam ou caíam, João dobrava ou repicava, *sem*

---

<sup>28</sup> Para análise desta crônica, faremos uso da Edição da Aguilar (1997), pelo fato de o texto não constar da edição feita por Gledson e publicada pela HUCITEC, em 1996. Esta abarca os textos publicados entre 24/04/1892 e 26/11/1893.

*saber deles*. Um dia começou a guerra do Paraguai, e durou cinco anos; João repicava e dobrava, dobrava e repicava pelos mortos e pelas vitórias. Quando decretou o ventre livre das escravas, João é que repicou. Quando se fez a abolição completa, quem repicou foi João. Um dia proclamou-se a República, *João repicou por ela, e repicaria pelo Império se o Império tornasse* (1997, 771) (grifo meu).

Do alto da torre, João acompanhava os fatos que marcaram a história da cidade e do país sem que avaliasse as consequências e efeitos. Seu ofício era fazer os sinos repicarem – em caso de festejos – ou dobrarem – nos momentos de tristeza, sem que partilhasse destes sentimentos. O narrador alude às transformações e aos fatos históricos que eram do conhecimento da população em geral, mas destaca o quanto tais fatos não efetivavam alteração alguma na vida do sineiro: “Em vão passavam as gerações, ele não passava” (1997, 771).

O distanciamento físico do sineiro – localizado no alto da torre – é tomado como um dos motivos do alheamento social do personagem: “não lhe atribuas inconsistência de opiniões, era o ofício” (1997, 771). João passa a vida a badalar os sinos da Igreja da Glória, primeiro na condição de escravo cedido, e permanece na mesma função quando se tornou livre.

Ao dar as devidas explicações sobre os fatos da semana, destacando a morte do sineiro como aquele causador de maior comoção, o narrador chama a atenção do leitor para a imobilidade social do liberto, que indiferente do *locus* social ocupado, passa uma vida a exercer o mesmo ofício. Os burros da crônica anteriormente analisada, depois de uma vida inteira a puxar os bondes comuns, refletem sobre o ofício o qual se dedicariam com a chegada dos bondes elétricos. O sineiro não exerce a mesma capacidade reflexiva sobre sua condição, por localizar-se distante dos acontecimentos e alheio a estes. Neste contexto, a passividade, a alienação e a submissão, enquanto características “desejáveis” ao escravizado, também são traçadas como próprias da personalidade do sineiro. Já que, uma vez liberto, ele continua a exercer as mesmas atividades da condição anterior, sem, contudo, realizar algum questionamento. Da forma como sua vida foi brevemente descrita pelo narrador, a impressão que fica é de que as marcas da condição cativa encontram-se introjetadas na personalidade de João. Ele, alienado de si mesmo e de sua condição de homem livre, é parte da engrenagem que faz os sinos da igreja da Glória dobrar e repicar.

A comoção do narrador diante da morte de João justifica-se pelo fato de este ter passado a vida a exercer um único ofício diante da impossibilidade de ocupar outro. Enquanto a queda do Banco Rural é tratada como um fato esperado e o terremoto da Venezuela como um tragédia que não se poderia evitar, a vida inalterável e o ofício mecânico e repetitivo do sineiro comoveu o nosso narrador pela imobilidade a que esteve destinado durante os quarenta e cinco anos dedicados à Igreja da Glória.

### **Prudêncio: alegoria da mentalidade senhorial**

Um dos personagens negros que mais me chamou a atenção encontra-se representado no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Trata-se de Prudêncio, um escravo que servia de cavalo ao pequeno Brás Cubas, e que, depois de liberto, compra para si um escravo. Apesar de aparecer em duas cenas do romance, a forma como foi retratado faz com que ele seja digno de menção quando se trata de avaliar a presença do tema negro na obra de Machado de Assis.

A narrativa aproxima-se de outras de sua autoria por revelar a ociosidade do protagonista, Brás Cubas, bacharel em Direito, o defunto-autor, que revê sua vida marcada pelas frustrações, pela inexistência do trabalho e pela colheita dos bens herdados. Diante da possibilidade de contar sua história e de vê-la sob um viés crítico, o narrador inventivo revela o falseamento familiar, ao mencionar a fictícia árvore genealógica de sua família. No capítulo intitulado “O menino é pai do Homem”, as travessuras do menino-diabo, alcunha dada pela família ao pequeno Brás, aparece pela primeira vez o personagem Prudêncio. As traquinagens infantis do pequeno Brás são marcadas, principalmente, pelo tratamento dispensado aos escravos de sua família. Ao ser contrariado, Brás Cubas, aos seis anos, quebra a cabeça de uma escrava, cozinheira da casa, depois de esta lhe ter negado uma colher de doce de côco e, não satisfeito, culpa a cativa alegando que ela havia estragado o doce de propósito. Prudêncio também não escapava às maldades do pequeno. O cativo servia de cavalo ao nhonhô para que ele pudesse passear pela propriedade da família. A cena é assim descrita:

Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o; dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, – algumas vezes gemendo – mas obedecia sem

dizer palavra ou, quando muito, um – “ai, nhonhô!” – ao que eu retorquia: – “Cala a boca, besta!” (1997, Cap. XI)

O tratamento dispensado ao escravo pelo pequeno nhonhô, marcado, sobretudo, por atitudes agressivas, denuncia a maneira utilitária com que o adulto Brás Cubas irá ver as pessoas ao seu redor. Enquanto Prudêncio serve de cavalo ao pequeno-diabo, D. Plácida faz-se útil ao narrador-personagem enquanto capaz de camuflar os encontros amorosos que mantém com Virgília.

A coisificação e a animalização do elemento escravo marcam a passagem citada. O capítulo do qual foi retirado o trecho citado encontra-se marcado pela enumeração e pela classificação daqueles que se encontravam ao redor de Brás Cubas, na infância. Seu pai, diante de suas travessuras, batia-lhe na cabeça a rir: “Ah! Brejeiro! Ah! Brejeiro”. Quando questionado a respeito da educação destinada ao filho, afirmava praticar um sistema educacional novo, próprio e superior, e, assim, iludia a si mesmo, diante da falta de autoridade. A maldade que caracteriza as atitudes do pequeno Brás era vista pelo pai como traquinagem de criança. Sua mãe, descrita como “uma senhora fraca, de pouco cérebro e muito coração, assaz crédula, sinceramente piedosa”, mantém-se temente a Deus e ao marido. Seu tio João era um homem falastrão, contador de anedotas obscenas que faziam rir o menino. O tio cônego era dotado de um “espírito medíocre”. Ao finalizar a demonstração da genealogia familiar, o narrador conclui: “o que importa é a expressão geral do meio doméstico, e essa aí fica indicada – vulgaridade de caracteres, amor das aparências rutilantes, do arruído, frouxidão da vontade, domínio do capricho, e o mais. Dessa terra e deste estrume é que nasceu esta flor” (1997, Cap. XI).

Se o título do capítulo é “O menino é pai do Homem”, podemos inferir que nas atitudes infantis e na visão de mundo das personagens familiares encontram-se as características que irão acompanhar a trajetória de vida de Brás Cubas. Da mesma forma, esse pode ser explicado o comportamento do escravo Prudêncio que, acostumado a receber no lombo as marcas do chicote dominado pelo menino-diabo, irá, posteriormente, adotar o mesmo comportamento. A certa altura da narrativa, Prudêncio é posto em liberdade pelo pai do narrador e, anos depois, reaparece numa cena representativa da reflexão de Brás Cubas a respeito de sua vida, que pode funcionar como alegoria da história do país. Um certo dia, Brás Cubas vê uma aglomeração em plena praça pública:



Parei, olhei... justos céus! Quem havia de ser o do vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio – o que meu pai libertara alguns anos antes. Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me a bênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele.

– É, sim, nhonhô.

– Fez-te alguma coisa?

– É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá em baixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.

– Está bom, perdoa-lhe, disse eu.

– Pois não, nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado!

(1997, Cap. LXVIII).

Faz-se importante destacar da passagem um indício da mentalidade senhorial que via o negro, mesmo liberto, como propriedade: “o meu moleque Prudêncio”. Essa mentalidade é reproduzida por Prudêncio ao pedir a bênção ao nhonhô, e também quando obedece ao comando deste: “nhonhô manda, não pede”. A conclusão a que chega o narrador-personagem após presenciar a cena é que “Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas – transmitindo-as a outro”, para tanto, comprou um escravo “e ia pagando, com alto juro as quantias que de mim recebera” (*idem*).

A reprodução da mentalidade escravista realizada pelo liberto ilustra que o tratamento que se recebe é o mesmo que se oferece. A relação entre Brás Cubas e o escravo era marcada pelo tratamento animalizado, pelas pancadas, pela ordem: “Cala a boca, besta!”. Livre, Prudêncio compra para si um escravo e na tentativa de exercer o domínio sobre o mesmo, ordena: “Entra para casa, bêbado”. O texto indica que na hierarquia social as relações se repetem, sob o mesmo signo: a dominação. A conclusão a que chega o narrador-personagem depois de presenciar a cena ilustra muito bem como numa sociedade hierarquizada e escravista o *modus vivendi* dos senhores pode ser transmitido e fazer algum sentido para aqueles que se encontram nos degraus inferiores da pirâmide social. É possível vislumbrar pelo desfecho do capítulo mencionado como essa lógica da dominação de alguém sobre outrem é transmitida da classe senhorial aos escravos. Nos dizeres de Faoro:

A liberdade, casada à emancipação econômica, fez de Prudêncio um homem responsável para com a instituição, adotando-a, nas suas normas e valores, interiormente. Deu-lhe, também, o meio de cobrar, no degrau inferior, o funcionamento da ordem social, cuja base é a hierarquia (1974, 338).

A situação em que encontra Prudêncio livre é um tanto quanto ambígua: ele se configura como um exímio reproduzidor da mentalidade escravista, a fim de se vingar daquilo que a condição escrava lhe proporcionou. Ele reproduz a visão de Brás Cubas em relação aos escravos que possuía, sendo ele um deles, e para se vingar das pancadas que sempre lhe foram destinadas, compra um escravo para si mesmo.

No livro *Visões da liberdade*, Sidney Chalhoub parte de minuciosa análise de processos localizados no Arquivo do Primeiro Tribunal do Júri da cidade do Rio de Janeiro e no Arquivo Nacional, a fim de sistematizar a compreensão dos significados da liberdade para escravos e libertos, no final do século XIX. Chalhoub afirma que nessas pesquisas teve acesso a mais de meia dúzia de referências a libertos que possuíam escravos, tendo o historiador João José Reis detectado o mesmo em Salvador. A conclusão a que chega para este fato inusitado é a de que “mesmo que casos como esses não fossem exatamente comuns, eles testemunham que a propriedade escrava era bastante generalizada nas cidades, não sendo prioridade de brancos ricos” (1990, 145).

Octávio Ianni, por sua vez, comenta que, na sociedade brasileira, a posse da propriedade escrava funcionava como um elemento indicativo do *locus* social: “no mundo servil, o branco que não possui escravo não só pode estar socialmente distante do senhor de escravaria como também estará em uma camada social mais ou menos próxima daquela dos cativos” (1988b, 136).

Diante destas constatações, poderíamos inferir que a compra do escravo feita pelo liberto, assim como o faz Prudêncio, objetivava distanciá-lo da posição ocupada anteriormente – a de cativo – para aproximá-lo daquela que se encontra diametralmente oposta – a de senhor.

Em crônica de “Bons Dias!”, publicada em 20 e 21/05/1888, na *Imprensa Fluminense*, Machado vê o período anterior à abolição como um processo político e para tanto faz uso da intertextualidade bíblica, a fim de elucidar, ironicamente, os fatos. Nela, a certa altura, a posse de alguém sobre outrem é tomada enquanto princípio da Instituição escravista. O narrador alude à ineficácia da lei no Maranhão, onde, mesmo após 13 de maio de 1888, alguns homens castigavam seus escravos, com açoites, simplesmente pelo fato de a Lei Áurea ter sido votada. Depois deste comentário que, segundo Gledson, parece

se basear numa matéria jornalística, o último item da crônica diz respeito à posse de um escravo por um liberto:

Vendo isto, disse um sisudo de Babilônia, por outro nome Carioca: Ah! Se estivessem no Maranhão alguns ex-escravos daqui, que depois de livres, compraram também escravos, quão menor seria a melancolia desses que são agora duas coisas ao mesmo tempo, ex-escravos e ex-senhores. Bem diz o *Eclesiastes*: Algumas vezes tem o homem domínio sobre outro homem para desgraça sua. O melhor de tudo, acrescento eu, é possuir-se a gente a si mesmo (1990, 153).

A ambigüidade da condição ocupada por Prudêncio livre deve ser ressaltada. O liberto que compra para si um escravo é ao mesmo tempo ex-escravo e ex-senhor, já que estaria findada a escravidão em todo o território nacional. O não-lugar social do negro liberto pode ser nessa passagem contemplado: sendo ao mesmo tempo duas instâncias inexistentes, qual o lugar sobraria a ele ocupar?

A compra de escravos feita por libertos parece ser um tema que interessou Machado de Assis, conforme aponta a representação de Prudêncio e a crônica citada. A associação entre estes dois textos foi assim ressaltada por Gledson:

uma interpretação adequada talvez fosse a seguinte: para além da Abolição e do grande princípio de liberdade que encerra, está o mundo complexo e não exatamente ideal onde o desejo de ter poder sobre o outro continuará, para nossa ruína (como diz o *Eclesiastes*). Como no caso de Prudêncio, a escravidão corrompe e essa corrupção não pode ser curada simplesmente pela Abolição (2003, 159).

Quando os temas da escravidão e da liberdade se fazem presentes nos escritos de Machado de Assis, é possível percebermos que o seu ponto de vista localiza-se muito além da crítica costumeira e da louvação panfletária para ocupar a instância da reflexão crítica. Seu olhar se lança, conforme comenta Gledson, sobre a complexidade das novas relações sociais que seriam instauradas. Outras formas de dominação ocuparão o lugar da manutenção da propriedade: o apadrinhamento, o favor, a dependência. Nas últimas palavras da crônica citada podemos vislumbrar o ideal machadiano: a independência e a autonomia do sujeito enquanto conceitos capazes de romper com os laços escravistas – “O melhor de tudo, acrescento eu, é possuir-se a gente a si mesmo” (1990, 69).

A dificuldade de romper com os laços aos quais sempre esteve atado fez com que Prudêncio vislumbasse como única possibilidade de gerir a si mesmo o exercício da dominação sobre o escravo que comprou para si.

### **Pancrácio, Prudêncio e Pai Silvério: múltiplas facetas do negro escravizado**

Neste momento, quando a maioria dos personagens escravos machadianos já foram apresentados, uma análise comparativa de três deles, Pancrácio, Prudêncio e Pai Silvério, torna-se viável.

Pai Silvério aparece como personagem do texto publicado na *Gazeta de Hollanda*, em 27/09/1887. A crônica em versos se inicia, como tantas outras, por uma trivialidade: uma reflexão a respeito da semana anterior para depois passar à reflexão do estilo literário, marcado por expressões repetidas – “há passado, hão carcomido... / Hão, hão, hão, hão posto em tudo, /Hão, hão, hão, hão recolhido” (1970, 389). A partir deste exemplo, o narrador classifica a sua forma de composição literária como sendo um “estyllo de tartamudo”, que logo veremos aplicado também à discussão abolicionista mencionada na narrativa.

Segundo nos informa o cronista, a semana anterior à publicação deste texto foi marcada pela presença marcante da “gente escrava”, referindo-se às discussões ao redor da situação na qual se enquadrariam os negros alforriados. As variações ao redor do mesmo tema são assim exemplificadas: “fundo, depreciamiento, / Liberdade nua e crua” (1970, 390).

Diante das acaloradas discussões tornadas públicas pelas folhas da época, o narrador levanta um questionamento: diante da possível liberdade, o escravizado seria considerado escravo ou gente? Cativo ou *statu liber*? As discussões são denominadas pelejas: lutas travadas entre os abolicionistas e os escravocratas que não passavam de debates sem efetivação concreta para a transformação da sociedade.

Ao tomar conhecimento da peleja, o narrador acha mais acertado indagar um escravo sobre suas opiniões. Pai Silvério, ao passar pela rua, com seus doces e quitandas para serem vendidos, como escravo de ganho que era, é interpelado pelo narrador a respeito das teses do Instituto da Ordem dos Advogados:

Contei-lhe em palavras lisas,  
Quais as teses do Instituto,  
Opiniões e divisas  
Que há de responder-me o bruto?

– Meu senhor, eu entra ano,  
sai ano, trabalho nisto;  
Há muito senhor humano,  
Mas o meu é nunca visto.

Pancada, quando não vendo,  
Pancada que dói, que arde;  
Se vendo o que ando vendendo,  
Pancada, por chegar tarde.

Dia santo nem domingo  
Não tenho. Comida pouca:  
Pires de feijão, e um pingo  
De café, que molha a boca.

Por isso, digo ao perfeito  
Instituto, grande e bravo:  
*Tu falou* muito direito  
*Tu tá livre*, eu fico escravo.

(1970, 392-393)<sup>29</sup>, (grifos do autor).

Diferentemente de Pancrácio, Prudêncio e até mesmo do sineiro da Glória, Pai Silvério é sujeito de suas idéias e pensamentos. O narrador apresenta-nos um retrato da instituição escravista feito pelo próprio cativo. Em comparação aos demais personagens negros já mencionados, Pai Silvério tem consciência das amarras que o prendem, além de ser capaz de emitir sua opinião a respeito das discussões históricas que marcaram aquele momento.

As reflexões a respeito da liberdade dos escravizados já duravam décadas e, até aquele momento, os passos dados em direção ao fim da Instituição não haviam surtido efeito na vida do personagem, pois afirma: “- Meu senhor, eu, entra ano,/ sai ano, trabalho nisto”. O cativo até cogita a hipótese de haver algum senhor bom, mas o dele nunca havia sido. Independente da venda ou não de seus artigos, o escravo de ganho apanhava

---

<sup>29</sup> O texto, retirado da Edição W.M. Jackson, de 1970, volume IV, teve seu português atualizado.

pancadas. O trabalho contínuo e a escassez de comida são os marcos de sua existência. Parece que diante de infindáveis discussões promovidas, no seio da Corte, a respeito da liberdade dos cativos, estas não promoveram nenhuma mudança substancial no tratamento que o senhor dispensava a Pai Silvério. Provavelmente por isso a conclusão a que chega o personagem é de que enquanto forem só projetos e pelejas políticas, a liberdade discutida pelo Instituto dos Advogados permitia que seus integrantes permanecessem livres enquanto ele continuava escravo. A declaração do personagem não é “eu sou escravo”, mas sim “eu fico escravo”, indicando que a condição cativa é proveniente de uma construção social e não de uma situação natural.

Magalhães Júnior, ao comentar o referido texto, afirma nele haver “um retrato perfeito das condições do cativo, caracterizadas pelo excesso de trabalho dos escravos, sem direito a qualquer descanso, e pelo excesso dos castigos corporais, em contraste com a escassez de alimentação a que eram reduzidos pelos senhores cruéis e avarentos” (1957, 173). Mesmo enquanto ficção, o texto machadiano retrata de forma peculiar a condição do escravizado, conforme destacou o biógrafo. No entanto, Magalhães Jr. atribui à passagem uma interpretação possível, mas que, a meu ver, não dialoga com a voz ali representada, ao constatar que, nas palavras finais de Pai Silvério, pode-se vislumbrar uma certa relação de escravidão entre o personagem e a instituição que defendia seus interesses:

Escravo sim, mas do Instituto da Ordem dos Advogados. Escravo, pelo coração, dos juristas que tomavam a defesa dos cativos, para sustentar que estes, mesmo antes da lei de 13 de maio, tinham tido a sua condição de homens livres praticamente reconhecida, com a aprovação da lei Dantas (1957, 173).

Acredito que a fala do personagem denuncia muito mais a manutenção de um mesmo modo de vida, marcado pelo trabalho diário, sem descanso, pela escassez da comida e pelas pancadas recebidas, enquanto as discussões políticas acerca do futuro dos escravos esquentavam o cenário da Capital. É possível perceber que as palavras finais do personagem apontam para uma crítica a toda a discussão em torno da liberdade: os debates acerca da condição do escravo, enquanto não são capazes de promover a sua total liberdade, em nada alteram o seu modo de vida. Uma leitura similar foi realizada por Silva (2005), quando, em estudo sobre a crítica feita por Machado de Assis em relação à prática jornalística brasileira, destaca que o referido texto de 1887 “mostra antecipadamente que o

13 de maio seria insuficiente aos negros, pois mesmo libertos, ficariam dependentes dos antigos senhores” (2005, 156). O estudioso destaca ainda o fazer jornalístico empenhado em dar voz ao “excluído”, realizado pelo cronista, naquelas páginas, ao proporcionar a fala a um escravo para que ele mesmo opinasse a respeito do impacto da medida abolicionista em sua vida.

Ao compararmos os três personagens, Pancrácio, da crônica de 19/05/1888, Prudêncio, do romance de 1888, e Pai Silvério, de 27/09/1887, é possível vislumbrarmos pelo menos um elemento que os aproxima – a condição escrava – e outros que distanciam essas representações. Pancrácio é retratado como o escravo subserviente, até mesmo agradecido ao senhor pela liberdade (fictícia) que lhe fora concedida. Livre, permanece na casa de seu senhor a exercer as mesmas tarefas da antiga condição, a troco de um ordenado ínfimo: “seis mil réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete” (1990, 63). Como poderia o liberto receber um ordenado de seis mil réis e no final de um ano de trabalho contar com oito ou sete? Gledson (1990), em nota ao texto, indica os valores de alguns artigos, a fim de esclarecer ao leitor o valor ínfimo oferecido a Pancrácio. Segundo ele, à época, o valor de uma camisa era de aproximadamente 3 mil réis. O que faria então Pancrácio, com seis mil réis anuais? A alternativa mais viável parecia ser continuar a habitar a casa do ex-senhor e ser conivente com as pancadas por ele dispensadas.

Prudêncio, o cavalo cotidiano do menino-diabo, poucas vezes reclamava desta função animalesca que exercia. Ao proferir: “Ai, nhonhô!”, ouvia a exclamação: “Cala a boca, besta!”. Quando liberto, trata de comprar para si um escravo a fim de vingar-se do ex-senhor, no lombo do novo cativo.

Já Pai Silvério, consciente de sua condição, traz à tona os princípios que regiam a instituição escravista, a partir de uma fala testemunhal, capaz de deixar à mostra, nas entrelinhas dos versos, o quanto as discussões em nada alteraram a sua realidade.

### 2.3 - Resquícios do que se foi, reflexões sobre o que está por vir: *Memorial de Aires*

O último livro escrito por Machado de Assis, publicado em 1908, tido por alguns estudiosos como o mais biográfico de seus romances, também nos oferece uma leitura do momento de transição da escravidão à liberdade.

Narrado pelo Conselheiro Aires, um velho aposentado, na casa dos 60 anos, que, depois de uma vida inteira a viajar pelo mundo a serviço da diplomacia, o livro nos conta a sua vida na terra pátria, à qual acreditava não mais se habituar. Depois de um ano de regresso da Europa, a 9 de janeiro, quando se inicia o seu diário, observa:

Ora bem, faz hoje um ano que voltei definitivamente da Europa. O que me lembrou esta data foi, estando a beber café, o pregão de um vendedor de vassouras e espanadores: “Vai vassouras! Vai espanadores!” Costumo ouvi-lo outras manhãs, mas desta vez trouxe-me à terra, ao meu Catete, à minha língua. Era o mesmo que ouvi há um ano, em 1887, e talvez fosse a mesma boca (1997, 1098).

O fato daquele dia que mereceu anotação pode parecer, a princípio, insignificante: a cena a que assistia naquela data se repetia em relação ao ano anterior, chegando a conjecturar que até o vendedor de vassouras fosse o mesmo. O comentário remonta ao fato de o Conselheiro perceber poucas mudanças (sociais e políticas) na sociedade para onde resolvera retornar, a fim de viver os seus últimos anos. Logo depois, Aires acompanha sua irmã, Rita, a uma visita ao cemitério. Desta visita, resta-lhe anotar o seguinte:

A impressão que me dava o total do cemitério é a que me deram sempre outros; tudo ali estava parado. Os gestos das figuras, anjos e outras, eram diversos, mas imóveis. Só alguns pássaros davam sinal de vida, buscando-se entre si e pousando nas ramagens, pipilando ou gorjeando, os arbustos viviam calados, na verdura e nas flores (1997, 1098).

Curiosamente, as duas primeiras observações anotadas no diário são marcadas pela mesma perspectiva: tudo lhe parecia igual. Ele também se julgava o mesmo: “tudo serão modas neste mundo, exceto as estrelas e eu, que sou o mesmo antigo sujeito, salvo o trabalho das notas diplomáticas, agora nenhum” (1997, 1113). A ociosidade a que tem que se habituar, visto que já não exerce mais a função diplomática, faz com que Aires passe a exercer o ofício da escrita, e opta por compor um diário. A esse respeito observa: “nada há



pior do que gente vadia, - ou aposentada, que é a mesma coisa; o tempo cresce e sobra, e se a pessoa pega a escrever, não há papel que baste” (1997, 1111). Ao papel reserva suas impressões acerca do estreito circuito social de que faz parte, mas também comentários acerca da mudança histórica que vira ocorrer. Segundo suas palavras, direcionava-se às folhas em branco somente após passadas as primeiras impressões dos fatos, para que pudesse preenchê-las daquilo que lhe restava na memória e daquilo que valesse a pena ser registrado. Por que valeria a pena, então, registrar essas impressões sobre a mesmice das ruas e do cemitério da Corte? Qual seria a importância desses escritos?

O posicionamento diplomático de Aires não se restringia ao exercício da função desempenhada. Ao longo da narrativa, é possível perceber o quanto é dado a concordar, a acordar, a promover consensos. Ao travar os primeiros contatos com a jovem viúva Fidélia, prefere calar-se a posicionar-se de forma a desagradar a moça: “a mesma torre da matriz da Glória, que alguns defenderam como necessária, deixou-nos a nós, a ela e a mim, concordes no desacordo, sem que aliás eu combatesse ninguém” (1997, 1114). Ao receber de Rita um bilhete convidando-o a irem juntos ao cemitério, onde se encontravam os jazigos dos familiares, a fim de que ela pudesse agradecer pelo retorno do estimado irmão, Aires emenda: “Não vejo necessidade disso, mas respondi que sim” (1997, 1097).

Ao longo do livro, Aires reserva ao papel comentários que gostaria de ter dito, comparações que gostaria de ter feito, piadas que desejou proferir, mas que o comportamento digno da função que exerceu não lhe permitiria. Mesmo aposentado, Aires ainda é um diplomata!

Esta será a sua posição ao anotar nas páginas do seu diário suas impressões acerca do momento histórico que vivia, exceto em uma delas. Nesta narrativa marcada por impressões e reflexões de um sujeito idoso, quase um casmurro, faz-se interessante seguir as páginas que nos levam a construir um personagem secundário, em torno do qual, quer seja na presença ou na ausência, gira boa parte da narrativa: o barão de Santa-Pia.

Fazendeiro do café da Paraíba do Sul, Santa-Pia tem uma filha: Fidélia, com quem rompe os laços paternos após descobrir que ela havia se envolvido afetivamente com o filho de um dos seus adversários políticos. Mesmo assim, os enamorados resolvem se casar, a contragosto de ambas as famílias. Viveram uma vida curta juntos, mas viajaram por países estrangeiros e gozaram de certo conforto. Pouco tempo depois, na Europa, o jovem

Eduardo vem a falecer, e Fidélia retorna ao Brasil, passando a viver com o tio: o desembargador Campos.

Aires toma conhecimento da história dramática vivenciada por aqueles dois jovens em diálogo travado com Rita. Ela, a certa altura, comenta: “ – (...) o barão ficou furioso, pegou da moça e levou-a para a fazenda. Você não imagina o que lá se passou”, a que Aires completa: “ – Pô-la no tronco?” (1997, 1112). A autoridade senhorial perante os seus desencadeia em Aires tal suposição: diante da violação do princípio de mando e obediência Aires supôs, ironicamente, que o barão teria reservado à filha o mesmo castigo imputado aos escravos, quando tomavam atitudes contrárias às esperadas. Para homens como aquele tudo são bens, propriedades: filhos e escravos. Aires respira aliviado ao constatar que não havia sido este o castigo aplicado a Fidélia.

A partir deste momento, em poucas linhas é traçado o perfil do barão do café. Em 18 de fevereiro, Aires anota em seu diário que Santa-Pia havia escrito ao irmão, o desembargador Campos, sondando a respeito de um boato que ouvia na fazenda: uma “lei próxima de abolição”, a que Campos desacredita que seja feita. A 20 de março, lê-se o seguinte: “ao desembargador parece que alguma coisa se fará no sentido da emancipação dos escravos – um passo adiante, ao menos” (1997, 1114). Apesar da descrença dos escravistas a respeito da aprovação do projeto de lei, Aires a tem como um passo rumo à liberdade. O conselheiro lança ao longo de suas anotações comentários sutis a respeito do seu posicionamento perante o tema. Sete dias depois, Santa-Pia chega à Corte para checar o boato da liberdade que corre em sua propriedade. A 10 de abril:

Grande novidade! O motivo da vinda do barão é consultar o desembargador sobre a alforria coletiva e imediata dos escravos de Santa-Pia. Acabo de sabê-lo, e mais isto, que a principal razão da consulta é apenas a redação do ato. Não parecendo ao irmão que este seja acertado, perguntou-lhe o que é que o impelia a isso, uma vez que condenava a idéia atribuída ao governo de decretar a abolição, e obteve esta resposta, não sei se sutil, se profunda, se ambas as coisas ou nada:

– Quero deixar provado que julgo o ato do governo uma espoliação por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário, e do qual uso com perda minha, porque assim o quero e posso (1997, 1116).

A exclusividade em dispor ou não dos seus bens leva o barão ao ato de alforriar seus cativos, antes que o governo o decretasse oficialmente. A “inviolabilidade da vontade senhorial”, de que nos fala Chalhoub (2003), manifesta-se, mais uma vez, na atitude

tomada pelo personagem. O comentário que Campos acrescenta à fala do irmão também ilustra o mesmo: “ele é capaz de propor a todos os senhores a alforria dos escravos já, e no dia seguinte propor a queda do governo que tentar fazê-lo por lei”. Depois de deixar claro o seu intento, Santa-Pia acrescenta que o que era dele era somente dele. Com a carta de alforria nas mãos, retendo-a perto de si, emenda: “– Estou certo que poucos deles deixarão a fazenda; a maior parte ficará comigo ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada – pelo gosto de morrer onde nasceram” (1997, 1116).

A atitude e os comentários do barão parecem-nos familiares, já que espelham outro personagem criado por Machado de Assis: o escravocrata disfarçado de abolicionista da crônica de 19/05/1888, que liberta Pancrácio a 07 de maio e acredita ter realizado um ato louvável, cujas palavras finais serão repetidas aqui: “os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu” (1990, 64). Santa-Pia se antecipa ainda mais: liberta seus cativos a 10 de abril, acreditando que não os iria perder. A proposta que faz aos libertos é a mesma que o personagem da crônica faz a Prudêncio, permanecer na casa amiga, onde tem comida e abrigo, em troca de algum (ou nenhum?) ordenado. Certo que os manteria ao redor de si, Santa-Pia concede aos seus cativos a liberdade formal, certo ainda que caso não o fizesse naquele momento, teria de fazê-lo sob prerrogativas legais. Prefere agir por si, já que caberia somente a ele dispor do que era seu.

Logo após a passagem do *Memorial* que destacamos, segue-se o seguinte comentário do próprio Aires:

Lá se foi o barão com a alforria dos escravos na mala. Talvez tenha ouvido alguma coisa da revolução do governo; dizem que, abertas as câmaras, aparecerá um projeto-de-lei. *Venha, que é tempo*. Ainda me lembra do que lia lá fora, a nosso respeito, por ocasião da famosa proclamação de Lincoln: “Eu, Abraão Lincoln, presidente dos Estados Unidos da América...” Mais de um jornal fez alusão nominal ao Brasil, dizendo que restava agora que um povo cristão e último imitasse aquele e acabasse também com os seus escravos. *Espero que hoje nos louvem. Ainda que tardiamente, é a liberdade, como queriam a sua os conjurados de Tiradentes* (1997, 1117) (grifos meus).

Tais anotações vão ao encontro do comentário do desembargador Campos, quando acreditava que o irmão, Santa-Pia, havia alforriado os seus escravos por acreditar na tentativa do governo de fazê-lo, apesar de crer que o único resultado possível seria o desmantelo das fazendas, e o fim da classe à qual pertencia. Ao auscultar os burburinhos em torno da liberdade dos cativos, o barão se antecipa a fim de ainda manter o pulso firme em torno daqueles que, mesmo naquele momento, considerava como suas propriedades.

O conselheiro aguardava ansiosamente a chegada da lei e acompanhava, através da escrita do seu diário, o passo a passo a chegada da liberdade: “venha que é tempo”. Lembra o fim da escravidão americana e faz alusão à pressão externa para que também o Brasil adotasse o mesmo procedimento.

A anotação que segue a esta última data de 7 de maio: “o ministério apresentou hoje à Câmara o projeto de abolição. *É a abolição pura e simples*. Dizem que em poucos dias será lei” (1997, 1117). A expressão utilizada por Aires e destacada acima pode ser interpretada por duas vertentes. Da forma que havia sido levada à Câmara, o projeto não contemplava a indenização dos senhores pela perda da mão-de-obra; mas pode ser que, ali, ele se referisse ainda à ausência de políticas que visassem o amparo dos libertos. Neste caso, a expressão em destaque se configuraria como mais uma das farpas machadianas lançadas contra o processo de libertação brasileiro, a exemplo de outras passagens de sua obra. Vale lembrar que na crônica de 16/10/1892, no diálogo entre os burros, o da direita informa ao amigo que, quando se tornarem inúteis ao sistema de transporte local, passarão a puxar carroças, a que o outro retruca: “- Pela burra de Balaão! exclamou o burro da esquerda. Nenhuma aposentadoria? nenhum prêmio? nenhum sinal de gratificação? Oh! mas onde está a justiça deste mundo?” (1990, 137). Lido como uma alegoria da imobilidade dos libertos, o texto já trazia uma visão ímpar: não requisitava a indenização dos senhores, tal como se esperava, mas a dos escravos, pelo trabalho forçado e gratuito.

A 13 de maio de 1888, a louvação da lei sancionada toma as páginas do *Memorial*:

Enfim lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do senado e da sanção da Regente. Estava na rua do Ouvidor, onde a agitação era grande e a alegria geral.

Um conhecido meu, homem de imprensa, achando-me ali, ofereceu-me lugar no seu carro, que estava na rua Nova, e ia enfileirar no cortejo organizado para rodear o paço da cidade, e fazer ovação à Regente. Estive quase, quase

a aceitar, tal era o meu atordoamento, mas os meus hábitos quietos, os costumes diplomáticos, a própria índole e a idade me retiveram melhor que as rédeas do cocheiro aos cavalos do carro, e recusei. Recusei com pena. Deixei-os, a ele e aos outros, que se ajuntaram e partiram da rua Primeiro de Março. Disseram-me depois que os manifestantes nos carros, que iam abertos, e faziam grandes aclamações, em frente ao paço, onde estavam também todos os ministros. Se eu lá fosse, provavelmente faria o mesmo e ainda agora não me teria entendido... não, não faria nada; meteria a cara entre os joelhos.

Ainda bem que acabamos com isso. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia. A poesia falará dela, particularmente naqueles versos de Heine, em que o nosso nome está perpétuo. Neles conta o capitão do navio negreiro haver deixado trezentos negros no Rio de Janeiro, onde “a casa Gonçalves Pereira” lhe pagou cem ducados por peça. Não importa que o poeta corrompa o nome do comprador e lhe chame Gonçalves Perreiro; foi a rima ou a sua má pronúncia que o levou a isso. Também não temos ducados, mas aí foi o vendedor que trocou na sua língua o dinheiro do comprador (1997, 1118).

A anotação se inicia pela louvação à lei, que finalmente havia sido sancionada. Em seguida, Aires justifica-se pelo não envolvimento em prol da liberdade, pelo fato do cargo ocupado. A diplomacia, ou seja, o trabalho de conciliação que tal papel exigia não o permitiu adotar um comportamento explícito em favor dos cativos, já que prestava serviço ao Império. Porém, faz-se importante ressaltar que no exercício de escrita do diário, esse documento particular, ele encontrava espaço para esmiuçar aqui e ali o desejo de liberdade e a impropriedade da instituição escravista, a que, mais uma vez, não é denominada: “ainda bem que acabamos com *isto*”.<sup>30</sup>

O segundo momento da passagem é marcado pela descrição daquele dia histórico. Para alguns leitores da obra machadiana, o trecho pode ser lido enquanto indício do não envolvimento do escritor nas questões relacionadas à escravidão e à liberdade, caso as declarações do narrador-personagem sejam associadas ao próprio escritor. Já Magalhães Jr. (1957) entende o homem de imprensa que convida Aires à participação na festa popular como sendo o próprio Machado de Assis. Um outro elemento pode referendar a conclusão a que chega o biógrafo se percebermos a aproximação entre a descrição feita na crônica de

<sup>30</sup> Vale lembrar que em crônica de 11/05/1888, o narrador machadiano refere-se à luta contra a escravidão como abolicionismo, enquanto o seu oposto ele denomina “outra coisa”.

14/05/1893 e a passagem do romance, pois, naquela, o cronista afirma ter participado das comemorações, enquanto, neste, Aries é convidado a participar, mas se nega a fazê-lo. A descrição daquele dia 13 de maio é bastante similar nos dois textos. Outra aproximação possível entre eles se dá na referência à memória escravista, já que o narrador afirma que o fim do regime de cativo não apagará da história e da memória as marcas da escravidão, que ainda serão lembradas através da literatura que pode servir às futuras gerações como documento histórico. Em relação ao elemento temporal, *Memorial de Aires* a crônica referida e o conto “Pai contra mãe” se aproximam por indicar a rememoração do narrador dos tempos marcados pelo cativo.

A 09 de junho, em conversa com Fidélia, esta revela ao conselheiro a situação em que se encontrava o pai, o barão de Santa-Pia, após a aprovação da lei: “Hoje creio que está tudo acabado; a abolição fê-lo desgostoso da vida política. Já mandou dizer aos chefes conservadores daqui que não contem mais com ele para nada” (1997, 1125). As poucas palavras da jovem viúva indiciam o fim do barão escravista; já não tendo a filha ao lado, devido a dissidências políticas, sem a posse dos cativos, e com os negócios da fazenda indo mal, ela conclui que “está tudo acabado” para o barão, seu pai.

De fato, é o que nos mostra a narrativa. Em 14/06, o diário registra a “congestão cerebral” que havia acometido o barão, vindo este a falecer a 20/06<sup>31</sup>. Após a morte do pai, Fidélia volta à fazenda a fim de avaliar a propriedade. O conselheiro relata as impressões da jovem, depois de muitos anos longe do lugar de origem: “mucamas e moleques deixados pequenos e encontrados crescidos, livres com a mesma afeição de escravos” (1997, 1130). Vale ressaltar que nem as alforrias concedidas, nem o fato histórico da abolição, apesar de deixar profundas marcas no barão, considerado pela filha como um homem acabado, não teriam alterado muito a vida dos libertos que ali estavam: livres se comportavam perante a sinhozinha como se ainda escravos fossem. O passado parece incrustado naquela propriedade, onde Fidélia reconhecia os vultos do pai, da mãe e do marido, todos mortos, mas ainda fazendo-se presentes.

Quando Tristão, noivo de Fidélia, decide por visitar a fazenda, ele a toma como “documento de costumes”, indiciando assim o passado que marca aquela propriedade.

---

<sup>31</sup> A respeito da importância da morte dos senhores na configuração das narrativas machadianas, Cf. Duarte (2007).

Prestes a se casar, vivendo há anos na corte, Fidélia não teria o mesmo apego à propriedade paterna a fim de com ela permanecer, mesmo porque os tempos eram outros... Então decide vendê-la:

Parece que os libertos vão ficar tristes; sabendo que ela transfere a fazenda pediram-lhe que não, que a não vendesse, ou que os trouxesse a todos consigo. (...) Tinha graça vê-la chegar à Corte com os libertos atrás de si, e para que, e como sustentá-los? Custou-lhe muito fazer entender aos pobres sujeitos que eles precisam trabalhar, e aqui não teria onde os empregar logo (1997, 1138).

A passagem pode ser lida como exemplo do não lugar do liberto, após a abolição. Sem terem o que fazer, eles permanecem na fazenda onde viveram e pedem a Fidélia que os leve consigo. Na Corte, eles não teriam como desempenhar função alguma. Alguns deles começam a se dispersar, abandonando a fazenda. Outros lá permaneciam em consideração à jovem. Tristão sugere a Fidélia que passe a propriedade aos cativos que lá estavam a fim de que trabalhassem para si mesmos. O que os comentários do Conselheiro deixam entrever é que a atitude tomada por Tristão tinha um outro motivo: afastar qualquer indício de interesse da parte dele na união que iria se realizar. A 28 de abril de 1889, dá-se o desfecho do caso: “lá se foi Santa-Pia para os libertos, que a receberão provavelmente com danças e com lágrimas; mas também pode ser que esta responsabilidade nova ou primeira...” (1997, 1192). A suspensão do pensamento do narrador, indicada pelas reticências, deixa-nos um enigma a ser desvendado: estariam os libertos aptos a gerir a propriedade?

O momento a que assiste, marcado pela transição de um regime a outro, toma várias páginas do diário do Conselheiro Aires. Ao lê-las, percebemos que se tudo lhe parecia igual, nas primeiras anotações de 1888, após 13 de maio, elas registram mudanças políticas, sociais e comportamentais. No enredo são lançados comentários acerca do fim de uma era e de uma classe. Não é por acaso que o barão morre um mês após a abolição. Sua função, enquanto proprietário rural e dono de escravos, já não fazia mais sentido, e a única propriedade que lhe havia restado era a fazenda que levava seu nome. O barão havia acertado ao afirmar que, mesmo após oficializar a liberdade de seus escravos, a 10 de abril daquele ano, os libertos lá permaneceriam.

Uma nova geração seria, então, responsável pelas mudanças da mentalidade, e Tristão desencadeia, na narrativa, este papel, ao sugerir a Fidélia que passasse a propriedade para os libertos que lá ainda permaneciam.

Nestes escritos é possível entrever o retrato da classe senhorial e a sua morte simbólica, metonimicamente representada pela morte do barão. Os comentários adicionados por Aires, muitas vezes, dão o tom do retrato crítico que Machado de Assis desejou fazer daquela classe. Os personagens escravistas, como o barão, são responsáveis por nos apresentar a sua visão de mundo, mas, muitas vezes, é a voz narrativa que tece as críticas à classe que representam.

Os textos selecionados para comporem este capítulo são capazes de exemplificar o posicionamento adotado por Machado de Assis diante da escravidão brasileira. O escritor, como exímio observador da realidade do país, é capaz de mostrar, através da literatura, o funcionamento do sistema escravista, através dos discursos e princípios que o sustentavam. Além disso, Machado de Assis se tornou também um crítico da liberdade tal como foi concedida aos escravizados. Ao se portar como observador distante da excitação e do regozijo nacional perante a liberdade, ele conseguia antever a imobilidade social a que estariam condenados os libertos, por estes se encontrarem ainda sob o jugo de uma mentalidade escravista, mesmo depois da abolição.



## Conclusão

### **Da Escravidão à Abolição: o olhar preciso de Machado de Assis**

Diante da escravidão, do movimento abolicionista e da abolição, Machado de Assis comportou-se como sempre fizera desde a mocidade: da denúncia ao entusiasmo. Denunciou a escravidão de inúmeras maneiras, mas especialmente procurou captar a organização ideológica que a mantinha, ainda quando já anacrônica diante do avanço das relações capitalistas de produção no país. A denúncia nunca foi simplesmente panfletária, mas sempre integrada no conjunto das relações sociais a fim de evitar a determinação de um ponto de vista ético-moral por si mesmo.

Valentim Facioli, em *Machado de Assis* (1982).

A formulação irônica de Machado de Assis oculta uma denúncia violenta através de um estado aparentemente conformista.

Sebastião Rios Jr., em *Ceticismo e ironia no pensamento social de Machado de Assis* (1998)

O discurso de parte da crítica literária brasileira dos oitocentos, que afirmava o não envolvimento de Machado de Assis com as questões políticas e históricas do seu tempo, ainda se faz recorrente, na atualidade, no apontamento da ausência de um posicionamento por parte do escritor com relação aos escravos e libertos da sociedade do século XIX. Como testemunha da transição histórica do regime escravista para o do trabalho assalariado, assim como a mudança da Monarquia para República, e ainda por se tratar de um escritor negro, pobre, que alcançou notoriedade nacional ainda em vida, alguns estudiosos da obra machadiana vêem uma lacuna temática na produção do escritor. Mais do que apontar as referências à escravidão e à abolição brasileiras nos escritos de Machado de Assis, esta dissertação teve por objetivo analisar estes personagens e a importância que têm para a visualização de um ponto de vista marcadamente crítico adotado pelo escritor quando se refere à escravidão e à forma como a liberdade foi concedida aos negros brasileiros.

O percurso realizado em torno da obra do bruxo do Cosme Velho, na tentativa de abarcar diferentes gêneros – contos, crônicas, romances, poesia –, teve como intuito demonstrar, através do alinhamento destes textos ficcionais, as representações dos senhores, dos escravos e dos libertos que se fazem presentes de maneira determinante na obra do escritor. Para tanto, demarcações históricas foram imprescindíveis para contextualizar a crítica machadiana à instituição e à mentalidade escravistas. No entanto, por se tratar aqui de um trabalho na área da literatura, são os próprios textos de Machado que me levaram ao diálogo com a História brasileira da segunda metade do século XIX, no intuito de demarcar o posicionamento do escritor frente às questões do seu tempo.

A crítica à escravidão manifesta-se de diversas maneiras. Ela se faz recorrente na composição tipificada do senhor de escravos que assume um discurso falsamente abolicionista, logo desmascarado e adjetivado pelo narrador – *Le pauvre homme!* –, como ocorre na crônica de 15/06/1877. A crítica à mentalidade escravista aparece, neste texto, na contraposição de dois discursos, o do narrador – “Tinha ele uma escrava de 65 anos, que já lhe havia dado a ganhar, sete ou oito vezes o custo”, e o do personagem que tinha Clarimunda por cativa, ao escrever a nota que intenta enviar ao jornal: “Ações desta merecem todo o louvor das almas bem formadas” (1997, 368).

O paternalismo enquanto ideologia senhorial é retratado como instrumento capaz de determinar comportamentos sociais desejáveis por parte dos cativos e dependentes, a exemplo dos contos “Virginius (narrativa de um advogado)” e “Mariana”. As relações sociais construídas sob uma aparente cordialidade são violadas pelo escritor ao revelar nos interstícios textuais a relação estreita entre o ato benemerente, por parte do senhor de escravos, e a manutenção do direito de propriedade sobre o outro. Diversificadas são as representações ficcionais dos escravos nos textos de Machado. Ao dar voz ao cativo, Machado nos permite ver a instituição pelos olhos escravizado, como em Mariana, quando esta maldiz o tratamento aparentemente familiar que lhe havia sido dado. O lugar de “escrava quase senhora” que ocupava a afastava de sua condição cativa, mas não a anulava. O favor concedido pela família que a tinha e o direito de propriedade sobre ela eram postos em constante diálogo para fazer valer o desejo senhorial.

Diante do prolongado debate político sobre a escravidão brasileira, nos idos de 1887, Machado constrói uma crônica em versos capaz de nos revelar a lentidão do processo emancipacionista no país e a ineficiência daquela discussão na vida do cativo. Nesta crônica de 27/09/1887, a voz de Pai Silvério revela que, mais do que debater, fazia-se preciso a mudança efetiva do regime, para que, de fato, houvesse uma possibilidade real de mudança na sociedade.

Nos textos em que o cativo aparece como ser moldado pela instituição escravista e alienado de si mesmo – a exemplo de Pancrácio (19/05/1888), Prudêncio (*Memórias Póstumas*) e João (04/11/1897) – a voz narrativa faz-se crítica do regime e da reprodução da ideologia escravista por parte do escravizado.

As representações de atos de caridade dos senhores para com seus cativos são logo desmascaradas pela voz narrativa que revela as verdadeiras intenções, individuais, subjetivas, escondidas por detrás do discurso falsamente abolicionista. Nas relações entre senhores e escravos, pode-se perceber que paternalismo e propriedade se configuram como faces de uma mesma moeda capaz garantir a manutenção do *status quo*.

Em “Pai contra mãe”, o narrador, ao deixar as máscaras sociais de lado, revela a lógica do regime escravista que tinha o negro como propriedade e o homem livre e pobre

como coadjuvante social, prestes a por em prática a concretização das vontades daqueles que se encontram no ápice da pirâmide social.

O percurso que tracei pelos textos de Machado de Assis me permite apontar que o caminho rumo à abolição, apontado pelas leis emancipacionistas, foi exaltado pelo escritor, que via em cada uma delas um passo rumo à esperada e temida abolição total. A exaltação da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea aparecem nos escritos de Machado, porém, mesmo nestes casos, é possível perceber um olhar de desconfiança por parte do autor, no que se referia às aplicações destas.

O tratamento alegórico da mudança do regime, tal como ocorre na crônica de 16/10/1892, através da representação dos burros falantes, indica que o tema da escravidão se faz presente na obra de Machado também de forma enviesada, capaz de revelar o dito pelo não dito. Naquele texto, é pelo ponto de vista dos escravos que o sentido da abolição é questionado. Nesta fábula, o escritor reflete sobre o não-lugar social do liberto ao mencionar que a chegada dos bondes elétricos faria com que os burros, como bens da companhia, mudassem de dono; assim como a liberdade concedida aos escravos os fez mudar de “senhor”.

Ao alertar, em seus escritos, para a continuidade de alguns resquícios da ideologia senhorial no período posterior à maio de 1888, Machado aponta para a necessidade de haver uma mudança efetiva na mentalidade brasileira, para a qual poderia contribuir a escrita jornalística e a literária por serem capazes, no seu entender, de determinar a “a sentença de morte de todo o *status quo*, de todos os falsos princípios dominantes” (1997, 964). A presença de uma “oligarquia absoluta”, capaz de ditar leis e comportamentos, pouco afeita a mudanças sociais e políticas, facilitaria o sobrevivência de uma mentalidade tipicamente escravista, mesmo após a efetivação da Lei Áurea. Ao retratar os libertos como personagens ainda presos socialmente e/ou psicologicamente às amarras do regime escravista, o escritor alude à dificuldade de inserção do negro, enquanto sujeito, no seio da sociedade dos fins dos oitocentos. A “emancipação do brancos”, após a libertação dos escravos, apontada por Paulo, personagem de *Esau e Jacó*, parecia ser a única saída vislumbrada por Machado para a efetivação da liberdade dos negros no país.

Diante de tantos textos nos quais aspectos da instituição escravista são tomados como elementos a circundar as narrativas ficcionais, a ausência da escravidão na obra do

escritor não se configura como verdade. Diante de tantas críticas direcionadas à classe senhorial, através da representação irônica da mentalidade oitocentista e de seus princípios, só é possível pensar Machado de Assis como um escritor que, aclamado pela elite brasileira do seu tempo, fez uso do recurso da ironia, sob várias facetas, para fazer a crítica daquela parcela da população que se encontrava representada no seus escritos.

Tão importante quanto todos estes apontamentos é a percepção do ponto de vista, o *locus* discursivo, de onde partem os textos machadianos que tematizam, mesmo que de forma enviesada, a escravidão, a abolição, os senhores, os escravo e os libertos. Faz-se importante ressaltar que, no sentido lato do termo, não há ex-senhores nos escritos de Machado. Mesmo após a emancipação dos negros, tais personagens ainda permanecem presos à lógica escravista, a exemplo do narrador da crônica de 19/05/1888, proprietário de Pancrácio; o senhor de Clarimunda; o Barão de Santa-Pia, a quem a abolição leva à morte; e Brás Cubas, o senhor de Prudêncio, já morto ao narrar-nos os fatos de sua vida.

Seja como for, a presença destes personagens na obra de Machado de Assis tem a importância de nos permitir mostrar algumas facetas do comprometimento político e social do escritor em relação à temática negra, quer seja em presenças ou em ausências, entre ditos e interditos.

O intuito de libertar esses personagens negros machadianos do esquecimento/apagamento a que foram relegados e de revelar a importância destes para o entendimento das narrativas nas quais se fazem presentes, somado à necessidade de apontar a adoção de um posicionamento crítico por parte do escritor frente às questões históricas de seu tempo motivaram a realização deste trabalho que agora dou por finalizado. Os próprios escritos de Machado confirmam a teorização por ele feita em “Instinto de nacionalidade”, a respeito da presença dos temas nacionais na literatura brasileira. Como pistas deixadas pelo caminho, os textos contemplados nesta dissertação são capazes de confirmar que Machado de Assis fez-se “homem do seu tempo e do seu país”, mesmo quando tratou de assuntos e temas *aparentemente* remotos no tempo e no espaço.

## Referências

### Bibliografia de Machado de Assis:

#### Contos (por ordem cronológica)

- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “Virginius: narrativa de um advogado”. *Jornal das Famílias*, Rio de Janeiro, jul./ago. 1864. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 2., p. 737-748.
- \_\_\_\_\_. “Mariana”. *Jornal das Famílias*, Rio de Janeiro, jan. 1871. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 2., p. 771-783.
- \_\_\_\_\_. “O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana”. *Papéis avulsos* (1882) In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 2. p.345-352.
- \_\_\_\_\_. “O caso da vara”. *Páginas Recolhidas* (1900). In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 2, p. 577-582.
- \_\_\_\_\_. “Pai contra mãe”. *Relíquias de Casa Velha* (1906). In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 2, p. 659-667

#### Crítica

- MACHADO DE ASSIS, J.M. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. *O Novo Mundo*, Nova York, 24 mar. 1873. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 3, p. 801-809.

#### Crônicas (por ordem cronológica)

- MACHADO DE ASSIS, J. M. A reforma pelo jornal. *O Espelho*, Rio de Janeiro, 23 out. 1859. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 3. p.963-965.
- \_\_\_\_\_. O folhetinista. *O Espelho*, Rio de Janeiro, 30 out. 1859. “Aquarelas”. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 3, p. 958-960.
- \_\_\_\_\_. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1864. “Ao acaso (crônicas da semana)”. In: *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W.M.Jackson Inc, 1970. v.2, p. 57-68.
- \_\_\_\_\_. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, 1º out. 1876. “História de Quinze Dias”. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 3, p. 349-352.

- \_\_\_\_\_. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1877. “História de Quinze Dias”. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 3, p. 367-369.
- \_\_\_\_\_. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1878. “Notas Semanais”. In: *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W.M.Jackson Inc. v.4, 1970. p. 78-90.
- \_\_\_\_\_. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 04 ago. 1878. “Notas Semanais”. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 3, p. 394-398.
- \_\_\_\_\_. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1885. “Balas de Estalo”. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 3, p. 478-479.
- \_\_\_\_\_. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 set. 1887. “Gazeta de Holanda”. In: *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W.M.Jackson Inc. v.4, 1970. p. 389-393.
- \_\_\_\_\_. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1888. “Bons Dias!”. In: GLEDSON, John (Org.). *Bons Dias!:* crônicas (1888-1889). São Paulo: Hucitec: Unicamp, 1990. p. 56-59.
- \_\_\_\_\_. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1888. “Bons Dias!”. In: GLEDSON, John (Org.). *Bons Dias!:* crônicas (1888-1889). São Paulo: Hucitec: Unicamp, 1990. p. 62-64.
- \_\_\_\_\_. *Imprensa Fluminense*, Rio de Janeiro, 20 e 21 mai. 1888. “Bons Dias!”. In: GLEDSON, John (Org.). *Bons Dias!:* crônicas (1888-1889). São Paulo: Hucitec: Unicamp, 1990. p. 65-69.
- \_\_\_\_\_. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1º jun. 1888. “Bons Dias!”. In: GLEDSON, John (Org.). *Bons Dias!:* crônicas (1888-1889). São Paulo: Hucitec: Unicamp, 1990. p. 74-76.
- \_\_\_\_\_. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1888. “Bons Dias!”. In: GLEDSON, John (Org.). *Bons Dias!:* crônicas (1888-1889). São Paulo: Hucitec: Unicamp, 1990. p. 84-87.
- \_\_\_\_\_. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 out. 1892. “A Semana!”. In: GLEDSON, John (Org.). *A Semana:* crônicas (1892-1893). São Paulo: Hucitec, 1996. p. 135-138.
- \_\_\_\_\_. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 mai. 1893. “A Semana!”. In: GLEDSON, John (Org.). *A Semana:* crônicas (1892-1893). São Paulo: Hucitec, 1996. p. 239-241.
- \_\_\_\_\_. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1894. “A Semana!”. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 3, p. 610-613.
- \_\_\_\_\_. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 04 nov. 1897. “A Semana!”. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 3, p. 770-772.

### Romances (por ordem cronológica)

- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881). In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 1, p. 510-639.
- \_\_\_\_\_. *Quincas Borba* (1891). In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 1, p. 640-806.
- \_\_\_\_\_. *Esau e Jacó* (1904). In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 1, p. 945-1093.
- \_\_\_\_\_. *Memorial de Aires* (1908). In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 1, p.1094-1200.

### Bibliografia sobre Machado de Assis:

- ANDRADE, Mário de. Machado de Assis. In: \_\_\_\_\_. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.
- BATISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- \_\_\_\_\_. A emenda de Sêneca. In: *Teresa: revista de Literatura brasileira*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, n.6/7. São Paulo: Editora 34: Imprensa Oficial, 2006. p. 207-231.
- BRAYNER, Sônia. Machado de Assis: um cronista de quatro décadas. In CANDIDO, Antonio et al. *Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 407- 417.
- BORGES, Valdeci Rezende. Imagens do negro em Machado de Assis. In: PEREIRA, Kênia Maria de Almeida et al. *Machado de Assis: outras faces*. Uberlândia, MG: Aspectus, 2001. p. 25-78.
- BOSI, Alfredo. A máscara e a fenda. In: \_\_\_\_\_ et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982. p. 437-457.
- \_\_\_\_\_. *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 2003.
- BROCA, Brito. Jornalismo político; A escravidão. In: \_\_\_\_\_. *Machado de Assis e a política*. São Paulo: Pólis; Brasília: INL, Fundação pró-Memória, 1983.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Estratégias de caramujo. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Machado de Assis afro-descendente: escritos de caramujo*. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálidas, 2007. p. 239-281.
- DUARTE, Lélia Parreira. Artimanhas do bruxo: ironia em alguns contos de Machado de Assis. In: *Boletim CESP*, v.12, n.14, jul./dez. 1992. p. 45-55.



- \_\_\_\_\_. “Missa do galo”: ironia romântica, humor e leveza. In: Cadernos CESPUC de Pesquisa. Belo Horizonte: PUC-MG, n.2, mai.1996. (Série ensaios, n.2). p. 34-42.
- FACIOLI, Valentim. Várias histórias para um homem célebre. In: BOSI, Alfredo et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982. p. 09-69.
- FAORO, Raimundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- GLEDSON, John. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Bons dias!:* crônicas (1888-1889). São Paulo: Hucitec; Unicamp, 1990. p. 7-27.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *A Semana:* crônicas (1892-1893). São Paulo: Hucitec; Unicamp, 1990. p. 11-34.
- \_\_\_\_\_. *Machado de Assis: impostura e realismo: uma reinterpretação de Dom Casmurro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Machado de Assis: ficção e história*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- IANNI, Octávio. Literatura e consciência. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*: edição comemorativa do centenário da Abolição da Escravatura. São Paulo, n. 28, 1988a.
- LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- LOBO, Luiza. Literatura negra brasileira contemporânea In: \_\_\_\_\_. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- MATOS, Mário. O meio e o temperamento apolítico de Machado de Assis. In: \_\_\_\_\_. *Machado de Assis: o homem e a obra (os personagens explicam o autor)*. São Paulo: Editora Nacional, 1939.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Machado de Assis e abolição. In: \_\_\_\_\_. *Machado de Assis desconhecido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957. p. 141-177.
- MARINS, Álvaro. *Machado de Assis e Lima Barreto: da ironia à sátira*. Rio de Janeiro: Utopos, 2004.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. Machado de Assis e Borges: nacionalismo e cor local. In: SCHWARTZ, Jorge (Org.). *Borges no Brasil*. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- PROENÇA FILHO, Domício. O negro e a literatura brasileira In: *Boletim bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo, v. 49, n. 1/4, jan./dez. 1988. p. 77-109.
- RAMOS, Ana Flávia Cernic. Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo”. In: CHALHOUB, Sidney et al. *Histórias em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 2005a. p.87-122.
- \_\_\_\_\_. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo”*. 2005b. 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- RIOS JÚNIOR, Sabastião. *Ceticismo e ironia no pensamento social de Machado de Assis*. 1998. 326f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Distrito Federal.
- ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis*. 2.ed. Rio de Janeiro: [s/i], 1936.

- SANT'ANNA, Affonso Romano de. Aspectos da crônica em Machado de Assis. In *Estudos de Literatura Brasileira: Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, n. 4, 1994.
- SANTIAGO, Silviano. Retórica da verossimilhança. In: \_\_\_\_\_. *Uma literatura nos trópicos: estudo sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 29-48.
- SCARPELLI, Marli Fantini. "Pai contra mãe", de Machado de Assis: a negativa das negativas. *Via Atlântica*. São Paulo, n.6, out. 2003. p. 121-133.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000a.
- \_\_\_\_\_. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000b.
- SCRIPTA: Machado de Assis. Belo Horizonte: PUC-MG, v.3, n.6, jan./jun. 2000.
- SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. *Machado de Assis, crítico da imprensa: o jornal entre palmas e piparotes*. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SILVEIRA, Daniela Magalhães. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do Jornal das Famílias*. 2005. 208f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- TRIPOLI, Mailde Jerônimo. *Imagens, máscaras e mitos: o negro na literatura brasileira no tempo de Machado de Assis*. 1997. 183f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- VILAÇA, Alcides. Querer, poder, precisar: "O caso da vara" In: *Teresa: revista de Literatura brasileira*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, n.6/7. São Paulo: Editora 34: Imprensa Oficial, 2006. p. 17-30.
- XAVIER, Terezinha Mucci. *Verso e reverso do favor no romance de Machado de Assis*. Viçosa, MG: UFV, 1994.

### **Bibliografia Complementar**

- ARRIGUCCI Jr., Davi. Fragmentos sobre a crônica In: *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Bibliotecas Públicas, v. 46, n.1/4, jan./dez. 1985.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BÍBLIA sagrada. N.T. *Mateus*. SAGRADA (Edição Pastoral). São Paulo: Paulus, 2001. (Edição Pastoral).
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- BRAYNER, Sônia. Uma definição de ironia. In: \_\_\_\_\_. *Labirinto do espaço romanesco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: INL, 1976. p. 100-118.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. p. 23-39.
- \_\_\_\_\_. A vida ao rés-do-chão. In: \_\_\_\_\_ et al. *Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Função Casa de Rui Barbosa, 1992. p.13-22.

- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Trad. Fernando de Castro Ferro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DEZOTTI, Maria Celeste Consolin (Org.). *A tradição da fábula: de Esopo a La Fontaine*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- FERREIRA, Roberto Guedes. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GOMES, Heloísa Toller. *As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: UFRJ: EDUERJ, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 25 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Trad. Julio Jeha. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- IANNI, Octávio. *Metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravidão no Brasil meridional*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988b.
- MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. v. 1.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp, 1999.
- TELES, Antônio Xavier. *Introdução ao estudo de filosofia*. 14. ed. São Paulo: Ática, 1976.